

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Valéria Hennigen

**OTIMIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM EDIFÍCIOS
RESIDENCIAIS DE PORTO ALEGRE/RS
DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Porto Alegre/RS, 2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Valéria Hennigen

**OTIMIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM EDIFÍCIOS
RESIDENCIAIS DE PORTO ALEGRE/RS
DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

Monografia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Gestão Empresarial.

Orientador: Prof. Cláudio Senna Venzke

Porto Alegre/RS, 2003

Dedico este trabalho a todas as pessoas que - no Brasil e no mundo - individual ou profissionalmente contribuem para a preservação e uso racional dos recursos naturais.

Valéria Hennigen

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente, na pessoa do Sr. Arthur Santos, pela valiosa colaboração e pelo exemplo de atuação responsável, solidária e cidadã.

Às empresas Matias Imóveis Ltda e Hubert Imóveis e Administração, de São Paulo/SP, pelo modelo de gestão ambiental difundido, inspirador para a abordagem deste trabalho, e pelas relevantes experiências gentilmente compartilhadas.

À Qualiware Soluções Organizacionais, pela presteza das informações solicitadas e envio de artigos que me motivaram a investir várias horas de trabalho e esforços no desenvolvimento deste estudo, na expectativa de que atenda aos objetivos propostos.

Aos meus familiares, colegas, amigos e pessoas de suas relações que, convictos da relevância da temática, concordaram em participar da pesquisa e/ou angariar candidatos para tal.

A todos aqueles que, pacientemente, responderam ao questionário de pesquisa e assim contribuíram para este projeto que visa melhorar a qualidade de vida em nossa cidade.

Ao meu orientador, Prof. Cláudio Senna Venzke, pelo profissionalismo, apoio e estímulo à realização deste estudo e ao pessoal responsável pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aos dirigentes e funcionários das Administradoras de Imóveis de Porto Alegre que, sensíveis às solicitações e com elevado espírito de colaboração, responderam à consulta específica formulada.

A todos aqueles que, no âmbito do Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura de Porto Alegre, de alguma forma disponibilizaram dados e informações úteis ao trabalho, em especial seu Diretor-geral, Sr. Arnaldo Dutra, por ter mobilizado a equipe para atendimento às solicitações.

Não existem países subdesenvolvidos. Existem países subadministrados.

Peter Drucker

Na vida das empresas não existe sucesso definitivo. O que pode ser definitivo é o fracasso.

Soichiro Honda

O Brasil é feito por nós. Só falta desatar os nós.

Barão de Itararé

RESUMO

O presente estudo analisa o Programa da Coleta Seletiva conduzido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Entende-se por coleta seletiva a separação na fonte geradora de resíduos orgânicos e inorgânicos (como papel/papelão, plástico, metais e vidros), realizada no âmbito domiciliar ou empresarial com vistas ao reaproveitamento (reciclagem) dos materiais. O foco está centrado no ambiente doméstico e o objetivo geral do trabalho é propor ações para aumentar e qualificar a adesão dos moradores em edifícios residenciais (condomínios), devido à sua representatividade e às tendências urbanísticas detectadas. A abordagem contempla duas análises que se inter-relacionam: a perspectiva da gestão pública municipal (política e ações) e a postura assumida por administradoras de imóveis locais, relativamente à problemática da gestão de resíduos sólidos na cidade. A metodologia adotada compreendeu a realização de uma pesquisa amostral da população residente em edifícios, com suporte de referencial teórico, de experiências relatadas na área da coleta seletiva em condomínios e do levantamento da realidade do programa nos dias de hoje. Visando conhecer as práticas gerenciais afetas e o nível de sensibilização das administradoras, procedeu-se à consulta específica. Os resultados do estudo apontam para desafios e oportunidades, associados basicamente à educação ambiental comunitária, à conquista da parceria da sociedade na solução dos problemas ligados ao gerenciamento de resíduos e à divulgação de informações técnicas e do potencial de negócios e benefícios gerados - a partir de eficientes programas de coleta seletiva - pela cadeia produtiva da reciclagem. No contexto das imobiliárias, as possibilidades apontam, ainda, para o aproveitamento de um ambiente condominial favorável e para a estratégia da diferenciação, que pode qualificar os serviços prestados e conferir maior visibilidade e sucesso ao setor.

Palavras-chaves: Coleta seletiva – Resíduos – Condomínios – Reciclagem - Gestão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS DO ESTUDO	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DO ESTUDO	16
3.1	CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL	17
3.1.1	Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	17
3.1.2	Incentivo Fiscal à Reciclagem	17
3.2	CONTEXTO POLÍTICO ESTADUAL	18
3.3	IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS	18
3.3.1	Relativos à Reciclagem	18
3.3.2	Associados aos Gastos Públicos Municipais	19
3.3.3	Oportunizados pelo Turismo	20
3.4	CONTEXTO DA ATUAÇÃO PRIVADA	20
3.4.1	Projetos Socioambientais	20
3.4.2	Projetos de Tecnologia	21
4	REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	21
4.1	GESTÃO AMBIENTAL	21
4.1.1	Justificativas Econômico-financeiras	22
4.1.2	Iniciativas na Área de Prestação de Serviços e Comércio	24
4.1.3	Produção Mais Limpa (P+L)	25
4.2	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	26
4.2.1	Gestão Sustentável	26
4.2.2	Comparativo com a Incineração	29
4.3	COLETA SELETIVA E RECICLAGEM	30
4.3.1	Participação da Sociedade em Programa de Coleta Seletiva	30
4.3.2	Oportunidades do Mercado da Reciclagem	31
4.3.3	Potencialidades e Viabilidade Econômica da Reciclagem	33
4.3.4	Considerações de Ordem Tecnológica	34
4.3.5	Possíveis Repercussões da Atuação no Mercado Externo	35

4.4	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	36
4.4.1	Oportunidades e Desafios	36
4.4.2	Legislação e Certificação	40
4.5	VOLUNTARIADO	41
4.6	COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	43
4.6.1	Perspectivas	43
4.6.2	Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis	44
4.6.3	O Desafio da Inserção de Catadores na Cadeia da Reciclagem	44
4.6.4	Associações de Bairros	46
4.7	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	47
4.7.1	Consciência Ambiental no Brasil	47
4.7.2	Educação e Consciência Ambiental	48
4.7.3	Educação Ambiental e Sustentabilidade.....	50
4.7.4	Nova Metodologia de Mobilização Social	52
4.7.5	Educação Ambiental na Esfera Pública Estadual	53
4.8	PROGRAMAS DE QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO	56
4.9	GESTÃO EMPRESARIAL NA ÁREA DE SERVIÇOS	59
4.10	GESTÃO PÚBLICA	61
5	PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE COLETA SELETIVA .	65
5.1	COLETA SELETIVA MUNICIPAL	65
5.1.1	Prefeitura de Jundiaí/SP	65
5.1.2	Prefeitura de Curitiba/PR	66
5.2	COLETA SELETIVA EM CONDOMÍNIOS	67
5.2.1	Experiências do Terceiro Setor e Divulgadas pela Internet	67
5.2.1.1	Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente	67
5.2.1.2	Orientação pela Internet	68
5.2.2	Experiências de Administradoras de Imóveis	71
5.2.2.1	Posturas do Sindicato da Habitação – SECOVI – SP	71
5.2.2.2	A Experiência da Matias Imóveis Ltda	72
5.2.2.3	A Experiência da Hubert Imóveis e Administração	73
6	A COLETA SELETIVA EM PORTO ALEGRE	75
6.1	DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E EVOLUÇÃO	76
6.2	DADOS, ESTATÍSTICAS E CUSTOS ENVOLVIDOS	78

6.3	DIFICULDADES E DESAFIOS ATUAIS.....	81
6.4	PERSPECTIVAS	83
6.5	RELATO DE VISITA A UNIDADES OPERACIONAIS	85
6.6	O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - VILA PINTO..	87
6.7	CONSIDERAÇÕES SOBRE PARCERIAS	87
6.8	PROGRAMA DE COMPOSTAGEM CASEIRA	88
6.9	O MODELO DE GESTÃO DO DMLU	89
7	ELABORAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DE RESULTADOS	91
7.1	METODOLOGIA	91
7.2	ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÕES.....	92
7.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	93
7.3.1	Perfil Socioeconômico da Amostra	93
7.3.2	Situação e Relacionamento Condominial	95
7.3.3	O Programa da Coleta Seletiva nos Edifícios Residenciais	97
7.3.4	Responsabilidade Social e Ambiental dos Condôminos	112
7.3.5	Comentários e Resumo	123
8	PROPOSTAS E SUGESTÕES DE ATUAÇÃO	124
8.1	CONTEXTO DAS ADMINISTRADORAS DE IMÓVEIS	125
8.1.1	Entidades Representativas e Tendências Urbanísticas	125
8.1.2	Análise de Práticas Gerenciais Adotadas	126
8.1.3	Proposições e Justificativas	132
8.2	CONTEXTO MUNICIPAL	134
8.2.1	Proposições e Justificativas	134
8.2.2	Sugestões para o Desenvolvimento de Parcerias	140
8.2.2.1	Organizações Religiosas	140
8.2.2.2	Mídia	141
8.2.2.3	Agências de Publicidade e Organizações Não-Governamentais	142
8.2.2.4	Supermercados	143
8.2.2.5	Centros de Compras (Shoppings Centers)	144
8.2.2.6	Outros Órgãos Públicos	145
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

ANEXO A – QUESTIONÁRIO–BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO A MATIAS IMÓVEIS LTDA.....	154
ANEXO B - QUESTIONÁRIO–BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO A HUBERT IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO	157
ANEXO C - QUESTIONÁRIO-BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E ENTREVISTAS JUNTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU)	160
ANEXO D – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADA AOS MORADORES DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS EM PORTO ALEGRE – RS	165
ANEXO E – QUADRO-RESUMO DA PESQUISA COM MORADORES	169
ANEXO F – QUESTIONÁRIO DA CONSULTA APLICADA ÀS ADMINISTRADORAS DE IMÓVEIS DE PORTO ALEGRE – RS	171

LISTA DE ABREVIATURAS

III FSM – III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

ABEPET – Associação Brasileira de Fabricantes de Embalagens PET

AGADEMI - Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário

Cap. – Capítulo

CE . – Ceará

CEA Vila Pinto – Centro de Educação Ambiental – Vila Pinto

CEATS – Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CS – Coleta Seletiva

DEP – Departamento de Esgotos Pluviais

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISO – International Organization for Standardization

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MG – Minas Gerais

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PE - Pernambuco

PET – polietileno tereftalato

PEV – Posto de Entrega Voluntária

PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade

P+L – Produção Mais Limpa

PNQ – Prêmio Nacional da Qualidade

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PQE – Programa Qualidade Essencial do SECOVI -SP

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECOVI – SP - Sindicato da Habitação – SP

SECOVI – RS - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul - Sindicato da Habitação

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SP – São Paulo

Tab. – Tabela

UTs. – Unidades de Triagem

UTC – Unidade de Triagem e Compostagem

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 21 é um programa de ação que busca promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. É um compromisso mundial e brasileiro, firmado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Eco-92, realizada naquele ano no Brasil na cidade do Rio de Janeiro.

No contexto da Agenda 21, o desafio do desenvolvimento sustentável, que se impõe ao poder público e à coletividade, é aliar crescimento econômico à preservação e uso racional dos recursos naturais, assegurando condições às presentes e futuras gerações para atendimento às suas necessidades.

A gestão dos resíduos sólidos domésticos é um problema ambiental que tem impacto direto na qualidade de vida das pessoas, especialmente nas grandes e médias cidades brasileiras, mas que se constitui, também, em oportunidade para obter o comprometimento da população com a sustentabilidade.

O gerenciamento inadequado de rejeitos industriais e domiciliares está associado à degradação do solo e subsolo, à contaminação do ar e dos mananciais e lençóis d'água subterrâneos. Segundo especialistas, 80% das 130 mil toneladas de resíduos sólidos gerados por dia no país não têm destino correto, ocasionando crescentes problemas socioambientais e ônus aos cofres públicos, com reflexos na saúde da população e prejuízo às atividades produtivas e turísticas.

Em âmbito mundial, a reciclagem é considerada parte importante da solução da problemática do lixo, porque as iniciativas de redução da quantidade de resíduos nas fontes geradoras, avaliadas como ideais, ainda são incipientes.

A coleta seletiva (CS), que consiste na separação de resíduos orgânicos e inorgânicos, contribui para a eficiência do processo de reciclagem de materiais nobres como papel, alumínio, aço, plástico e vidro. A inexistência ou funcionamento precário da CS é responsável pelo desperdício de grande parte do chamado lixo seco e pela baixa rentabilidade e atratividade desse mercado no país.

Num universo de mais de 5 mil municípios brasileiros, menos de 200 prefeituras mantêm programas de CS que dão suporte e viabilizam o aproveitamento de materiais recicláveis. Tais programas permitem, ainda, articular objetivos de redução de impactos ambientais com políticas de inclusão social.

Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), foi uma das cidades pioneiras na implantação da CS. No entanto, decorridos cerca de 12 anos, constata-se que há um bom espaço para melhorias. O índice de aproveitamento do volume potencialmente reciclável, da ordem de 17%, e a observação da realidade nas ruas revelam que os níveis de consciência e participação da sociedade merecem ser ampliados.

A questão ambiental não pode ser relegada a um segundo plano na construção de um mundo mais justo e solidário, pois o homem faz parte da natureza a ser preservada. Não basta que se exijam tratados, leis e fiscalização. Cada pessoa, empresa, instituição ou país precisa mudar seus comportamentos e aderir à idéia de que proteger o meio ambiente é uma obrigação humana fundamental. Sem consciência e ações concretas, as perspectivas são sombrias.

Nesse contexto e tendo em vista a urgência de compartilhar com os cidadãos a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos domésticos, o tema escolhido para o presente estudo de caso tem por foco a seguinte questão de pesquisa: “Como aumentar e qualificar a adesão dos moradores de edifícios residenciais ao programa de CS da prefeitura de Porto Alegre?”. A escolha do universo dos condomínios prediais foi proposital, devido ao maior número de cidadãos atingidos, e influenciada pelas tendências urbanísticas detectadas.

Há que se considerar, ainda, que as grandes empresas vêm, gradativamente, revelando preocupação em atender a legislação ambiental e os padrões internacionais de conduta, algumas motivadas por questões mercadológicas e de “marketing” e, também, em obter melhor relação custo-benefício no uso de matérias-primas e insumos. Num contexto de gestão racional dos recursos hídricos, a iminente cobrança pelo uso da água é fator que está sendo ponderado. As médias empresas, quando fornecedoras da cadeia produtiva, são afetadas pelas exigências e forçadas a dar início a processos de gestão ambiental dos seus negócios.

Já no setor de serviços, onde atuam as administradoras de imóveis, a inserção da variável ambiental e os avanços são ainda tímidos e justificariam o chamamento à reflexão, um dos propósitos secundários e importantes do estudo, na medida em que a maioria dos moradores de prédios residenciais contrata os serviços de tais empresas e são poucas as que mantêm programas internos de seleção de resíduos recicláveis.

A pretendida otimização da CS praticada por moradores de edifícios residenciais envolve uma série de desafios, associados à baixa mobilização e consciência ambiental dos condôminos, às barreiras e dificuldades no trato da questão pelos síndicos, à rotatividade de moradores e inquilinos e à postura predominante das imobiliárias locais, que não se envolvem com o assunto.

Embora as agressões ambientais sejam sérias e o enfrentamento dos problemas urgente, educação ambiental é um processo lento e gradual, que exige integração de esforços públicos e privados e participação ativa dos cidadãos.

As análises desenvolvidas com o objetivo de subsidiar propostas para o aumento da adesão qualificada à CS concluem ser questão abrangente, desafiadora e complexa, que inclui aspectos políticos, econômicos, socioambientais e tecnológicos, paralelamente a fatores de ordem gerencial, educacional e cultural.

No entanto, os esforços são válidos e os investimentos em conscientização e educação ambiental compensadores, pois se bem-sucedidos têm potencial para multiplicar comportamentos desejáveis nas escolas e universidades, empresas, órgãos públicos, escritórios de profissionais autônomos, enfim em todos os locais onde estudam e trabalham os moradores atingidos.

No médio e longo prazo, é razoável supor que tais cidadãos assumam novos hábitos, comportamentos e padrões de consumo, estejam mais atentos a produtos e empresas ecologicamente corretos e evitem os desperdícios tão comuns na cultura vigente. Realidade que interessaria à iniciativa privada responsável e aos governantes efetivamente comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Alguns paralelos podem ser traçados relativamente à atuação das empresas e do poder público. As empresas ao mobilizar colaboradores para as práticas de gestão ambiental atendem a legislação, reduzem custos e aumentam sua produtividade e competitividade. Ao engajar cidadãos na busca da sustentabilidade, o Estado otimiza seu orçamento, racionaliza os gastos públicos, amplia os benefícios coletivos e reduz a aplicação de sanções e multas.

Assim como é estratégico para as organizações privadas considerar o ambiente de negócios e a postura da concorrência, avaliando seus pontos fortes e dificuldades na busca de um melhor posicionamento, o gestor público deve estar atento às posturas, ações e demandas das empresas e cidadãos, especialmente nos mercados e segmentos onde se inserem os serviços prestados. O presente estudo objetiva contribuir para essa análise por entender que o tema é relevante e oportuno, conforme será mais bem detalhado nos Capítulos 3 e 6.

2. OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo é propor ações para aumentar e qualificar a adesão dos moradores de edifícios residenciais ao Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), a cargo do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como desdobramentos do objetivo geral, foram considerados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as oportunidades de melhoria a partir das ações e estatísticas atuais; b) investigar os motivos da não-adesão e as possíveis soluções a serem implementadas; e c) propor ações para qualificar o programa e a atuação do órgão competente.

De forma complementar e simultânea, a intenção é sensibilizar as administradoras de imóveis e representantes institucionais e buscar o seu comprometimento com a problemática da gestão de resíduos domiciliares, pois tem relação com os serviços prestados, pode representar uma oportunidade para inovação gerencial e conferir maior visibilidade aos negócios do setor.

3. ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O capítulo reúne argumentos que procuram demonstrar a oportunidade e relevância do tema no contexto nacional e estadual. São analisados os impactos positivos da evolução do mercado da reciclagem e a economia de recursos públicos, possível a partir de um gerenciamento orientado para a conscientização da sociedade com vistas a reduzir o volume de resíduos em aterros sanitários e favorecer o reaproveitamento.

3.1 CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL

3.1.1 Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Legislação que regulamentará a limpeza urbana e o tratamento de resíduos sólidos, em trâmite no Congresso Nacional, pretende transformar os costumes do brasileiro, oportunizar negócios e contribuir para a preservação do meio ambiente.

As propostas em estudo no projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) são: tornar obrigatória a CS nas cidades com mais de 100 mil habitantes, elevar o prazo das concessões de serviços de coleta de 5 para 20 anos, responsabilizar as indústrias pela correta disposição de seus rejeitos, criar taxas exclusivas para coleta, benefícios fiscais para empresas exclusivamente recicladoras e incentivar prefeituras a contratar cooperativas de catadores.

Cálculos apontam que o custo da coleta por habitante/mês varie entre R\$ 1,00 e 3,00, com tendência de alta. Os recursos arrecadados seriam administrados por fundos municipais previstos na futura legislação. Alguns técnicos, cientes da necessária sustentabilidade financeira da gestão do lixo, estariam preocupados em criar mecanismos capazes de onerar o cidadão de forma diferenciada, segundo a quantidade de lixo produzida, e defendem transparência no gasto dos recursos de modo a garantir a co-responsabilidade de todos os elos da cadeia envolvida.

Conforme o texto do projeto, os resíduos são classificados segundo: a origem (difusa ou determinada), a natureza (perigosos ou não) e o gerenciamento (comum ou especial). A responsabilidade pelos resíduos do processo produtivo será do produtor ou solidária, no caso dos rejeitos perigosos encaminhados para tratamento por terceiros. Já a responsabilidade pós-consumo será compartilhada entre poder público, setor produtivo e consumidor.

A tendência é que a problemática do lixo venha a exigir um envolvimento e participação pecuniária maior dos cidadãos, sendo oportuno desde já conscientizá-los dessa realidade e das alternativas viáveis.

3.1.2 Incentivo Fiscal à Reciclagem

Em outubro de 2002, a legislação tributária federal foi alterada para beneficiar as empresas que compram resíduos plásticos: elas terão direito a crédito presumido de IPI (Imposto sob Produtos Industrializados), na prática ficando isentas. Até então, indústrias

consumidoras de matérias-primas virgens pagavam alíquotas menores que a cadeia da reciclagem, modelo que estimulava a produção de lixo e não o reaproveitamento.

Segundo especialistas, a gestão de resíduos sólidos que contava apenas com mecanismos de fiscalização, ganha agora um instrumento econômico que pode auxiliar no combate ao desperdício e má disposição. Estuda-se, ainda, a isenção de imposto estadual para produtos reciclados. Em suma, o ambiente é propício à dinamização do setor, que tem seu principal suporte nos programas de CS.

3.2 CONTEXTO POLÍTICO ESTADUAL

A Conferência Estadual do Meio Ambiente 2002, promovida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), reuniu participantes ligados ao governo e à sociedade civil e estabeleceu metas ambientais para dois anos. Entre as prioridades, consta a proteção dos recursos hídricos, a gestão integrada envolvendo municípios e o enfrentamento do problema do lixo e dos agrotóxicos.

Em agosto de 2002, foram apresentadas as diretrizes do Sistema Estadual de Saneamento Ambiental que objetiva sistematizar as ações nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, drenagem urbana, proteção contra inundações e controle de vetores de doenças. O plano de ação busca articular e integrar os diversos agentes públicos e privados atuantes no Estado.

Propostas que visem qualificar a CS contribuem para a gestão de resíduos, se ajustam às prioridades da sociedade gaúcha e reforçam a importância e urgência de políticas e ações públicas focadas, convergentes e oportunas.

3.3 IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS

3.3.1 Relativos à Reciclagem

Os passivos ambientais, situações e danos passados que exigem correções no presente, muitas vezes assumidas pelo Estado com recursos da sociedade, incluem a má disposição de resíduos industriais e domiciliares. Nossa cultura doméstica é, ainda, de nos desobrigarmos do lixo no momento de entregá-lo ao poder público.

Assim, programas preventivos para diminuição de resíduos nas indústrias, comércio, setor de serviços e, também no âmbito doméstico, têm potencial para reduzir gastos públicos,

gerar lucro às empresas (melhor aproveitamento de matérias-primas) e beneficiar o meio ambiente (economia de recursos naturais e menor volume de rejeitos descartados).

O Brasil recicla apenas entre 1 e 2% das 130 mil toneladas de lixo urbano produzidas por dia. O restante termina em lixões (70%), em aterros controlados (20%) e em aterros sanitários (10%), dados que revelam a urgência de melhorar tais indicadores.

No Cap. 4 as potencialidades do mercado da reciclagem no país serão mais bem detalhadas, evidenciando os ganhos socioeconômicos associados à atividade, que é responsável por grande economia de divisas, energia elétrica e recursos minerais, e os impactos positivos sob o meio ambiente, que deixa de receber enorme quantidade de resíduos, cujos períodos de decomposição na natureza, em média, superam o prazo de 100 anos.

3.3.2 Associados aos Gastos Públicos Municipais

É comum o acúmulo de lixo industrial e doméstico em áreas de captação de água bruta na região metropolitana de Porto Alegre, o que provoca a interrupção do processo de bombeamento de água, compromete o abastecimento da população e, eventualmente, exige ação de mergulhadores, com ônus aos cofres públicos.

Garrafas de refrigerantes, sacolas e embalagens plásticas avolumam-se em aterros clandestinos, becos, ruas e córregos, sendo uma das principais causas de enchentes nas grandes cidades brasileiras, especialmente no verão, demandando ações periódicas de limpeza.

A retirada manual de resíduos sólidos e o desassoreamento de arroios na capital gaúcha são ações preventivas e educativas, sistematicamente empreendidas pela prefeitura, com objetivo de evitar inundações e sensibilizar as populações ribeirinhas para o não lançamento de lixo, móveis e até animais mortos nos cursos d'água.

O desafio de encontrar espaços urbanos para implantação de aterros sanitários (obras de engenharia recomendadas pela legislação ambiental para adequado destino final de resíduos) não se encerra na aquisição de grandes áreas para esse fim; significa principalmente, arcar com custos elevados durante todo o período de operação e após o término da vida útil dos mesmos, cada vez mais curta devido ao aumento da produção de lixo.

3.3.3 Oportunizados pelo Turismo

O turismo é atividade fomentadora de emprego, renda e divisas para o país. No setor, a geração de um emprego custa em média R\$ 20 mil, enquanto na indústria ultrapassa R\$ 200 mil, afirmam entidades ligadas à área. Ela constitui-se, ainda, numa das poucas oportunidades de absorção de mão-de-obra com menor grau de especialização e conteúdo tecnológico, mas que demanda, além de planejamento, financiamento, qualificação profissional e infraestrutura básica, ambientes naturais e cidades onde a gestão do lixo e o controle da poluição sejam adequadamente realizados.

3.4 CONTEXTO DA ATUAÇÃO PRIVADA

3.4.1 Projetos Socioambientais

A Fundação Banco do Brasil lançou, em setembro de 2002, o programa Bio Consciência, com o objetivo de disseminar práticas ambientais de uso racional e reutilização de recursos naturais, com ênfase na questão hídrica e de resíduos sólidos, considerados “insumos” importantes para novas cadeias produtivas. Durante o seminário “Atividade Bancária e Meio Ambiente” duas ações foram anunciadas: o convênio de cooperação técnico-financeira com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), entidade composta por grandes empresas nacionais e multinacionais que incentiva ações na área, e a parceria com a Associação de Moradores de Porto de Sauípe, na Bahia.

Com o CEMPRE a proposta é difundir informações e práticas que estimulem a implantação da CS de lixo comercial e domiciliar, coordenada pelas prefeituras. Cerca de 5,6 mil kits estão sendo distribuídos para multiplicação, contendo informações que vão da problemática do lixo até como montar a coleta e uma cooperativa de catadores. O investimento é da ordem de R\$ 500 mil e objetiva ampliar em 50% o número de municípios com coleta.

No complexo hoteleiro baiano as cerca de 8 toneladas diárias de resíduos sólidos geradas pelos turistas passarão a ser tratadas por cooperativa de catadores local. Está prevista a compra, pelo próprio hotel, de parte do biofertilizante que irá resultar da reciclagem, sendo a outra fração destinada à revitalização de áreas degradadas de mangue na região.

Gradativamente, o engajamento do setor empresarial brasileiro, muitas vezes em parceria e com apoio de fundações e entidades sem fins lucrativos, mostra-se mais frequente e

qualificado na área socioambiental, complementando políticas e ações públicas que carecem de maior ênfase na participação ativa dos cidadãos em geral.

3.4.2 Projetos de Tecnologia

Por iniciativa de empresários da indústria de máquinas e equipamentos, da área tecnológica, de software e de medicamentos, cinco institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico instituídos pela iniciativa privada começaram a operar em outubro de 2002. São eles: o Pró-Maq, Eletromaq, Pró-Farma, Phenix e Pró-Recicla. Congregando acervos intelectuais intangíveis deverão atender projetos de pesquisa de empresas e serão financiados com recursos privados e de fundos setoriais e estrangeiros destinados à reciclagem.

Os avanços tecnológicos compreendem não apenas novos equipamentos para processar diferentes tipos de resíduos, mas também o desenvolvimento de técnicas inovadoras que ampliem os usos e possibilidades de incorporação de recicláveis aos processos produtivos industriais e de manufatura.

Em suma, a relevância de explorar o tema da CS e, por conseqüência, da gestão de resíduos sólidos não se restringe a considerações de ordem econômico-financeira, tecnológicas e ambientais que, embora significativas, se somam aos benefícios sociais representados pela geração de trabalho e renda.

4. REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Sob o título de referências teórico-conceituais, foram analisados diversos assuntos que têm interface com o tema da CS. Além dos aspectos ligados à gestão ambiental, à gestão de resíduos sólidos municipais e ao mercado da reciclagem, examinou-se, com o objetivo de fundamentar a pesquisa e as proposições finais, os seguintes conteúdos: responsabilidade social corporativa, voluntariado, cooperativismo, educação ambiental, programas de qualidade e gestão na área de serviços e pública.

3.1 GESTÃO AMBIENTAL

Considerando os propósitos do estudo, o enfoque na área da gestão ambiental está centrado em justificativas econômico-financeiras mais amplas e exemplos de ações adotadas por algumas médias e pequenas empresas prestadoras de serviços e comerciais. A intenção é

conscientizar gestores de imobiliárias, que ainda não têm clara a associação de seus negócios com a problemática ambiental, por considerá-las atividades administrativas, em princípio, não poluidoras.

Na última parte, breves considerações sobre o conceito de Produção Mais Limpa (P+L) e exemplos de soluções ambientalmente corretas demonstram que, no âmbito das indústrias, elas avançam com maior velocidade e eficácia, alcançando inclusive a cadeia de fornecedores, devido ao rigor da legislação ambiental e à crescente busca de produtividade e competitividade. O desafio, portanto, é demonstrar ao segmento de serviços e aos cidadãos as potencialidades de uma maior interação e compromisso com a temática ambiental.

4.2.1 Justificativas Econômico-financeiras

Lovejoy (2002) afirma que os avanços científicos e tecnológicos dos últimos tempos podem dar a impressão de que a natureza não é assim tão importante para a humanidade, o que é rapidamente desmentido quando nos apercebemos de que o projeto genoma humano, por exemplo, se tornou possível devido à enzima de uma bactéria. A diversidade biológica não proporciona apenas bens valiosos, serve também de biblioteca fundamental para as ciências naturais. A história está pontilhada de exemplos de grandes avanços, como antibióticos e vacinas, baseados em observações casuais de organismos até então pouco conhecidos.

O grande desafio que os países enfrentam é obter uma abordagem de desenvolvimento sustentável integrada por todos os setores. Outra necessidade crítica é considerar o desenvolvimento num contexto ambiental vasto. Frequentemente, os problemas ambientais se instalam sem chamar a atenção, crescendo aos poucos, cada aumento parecendo razoável a seu tempo e em seu contexto. No entanto, o agregado é desastroso. A Flórida, nos Estados Unidos da América, exigiu esforços multibilionários para restaurar o esgotamento natural decorrente de cinquenta anos de decisões inadequadas sobre uso da água (LOVEJOY, 2002).

A natureza contribui para o bem-estar humano por meio de vários tipos de serviços prestados pelos ecossistemas. Estima-se um valor econômico global de US\$ 33 trilhões por ano. Ela recicla nutrientes e mantém o solo fértil indefinidamente, purifica a água, fornece oxigênio a mais de 6 bilhões de pessoas no planeta e recicla o carbono, de modo que temos uma atmosfera capaz de manter uma temperatura adequada à vida.

À medida que a degradação compromete a qualidade desses serviços naturais temos de obtê-los de outra forma e, mesmo que isso seja possível, será cada vez a um custo mais alto. O

uso de combustíveis fósseis tem causado o aquecimento global, intensificando enchentes e furacões. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 90, o custo dos desastres naturais foi calculado em US\$ 850 bilhões. A destruição dos ecossistemas vem prejudicando a qualidade das águas e elevando significativamente o custo do tratamento para atingir padrões de potabilidade. As práticas agrícolas reduzem a fertilidade do solo, elevando custos com fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Esse panorama estaria a impor uma reflexão: o que é mais vantajoso para empresas e governos, investir e estimular a produção limpa que minimiza os impactos ambientais ou arcar com os custos do gerenciamento de resíduos e dos passivos ambientais? Aumentar a eficiência energética ou arcar com despesas crescentes na conta de energia? De acordo com a nova “economia da natureza”, a melhor decisão ambiental é a melhor decisão econômica.

De acordo com essa nova economia, os investimentos em meio ambiente abrem oportunidades de ganhos econômicos reais. Aceitar esse novo paradigma implica internalizar os custos ambientais e contabilizar os serviços naturais. Para o autor, os atuais sistemas contábeis são falhos ao não incluir, nos custos de produção, os decorrentes da degradação imposta a toda a sociedade. Postura que já vem sendo considerada, na medida em que as leis vigentes cobram do produtor a destinação adequada de embalagens tóxicas e os responsabilizam administrativa, civil e criminalmente por condutas danosas e acidentes ambientais.

Relatório recente da ONU, intitulado Mudanças Climáticas e Serviços Financeiros, correlaciona diretamente desastres naturais e agressões ambientais e alerta para o fato de que a frequência de eventos climáticos de monta tem potencial para desestabilizar o sistema financeiro. No verão de 2002 no Hemisfério Norte, enchentes na Europa Central e furacões na América Central e sudeste americano provocaram prejuízos materiais da ordem de US\$ 27 bilhões, preocupando bancos e seguradoras, coincidentemente na mesma oportunidade em que acontecia em Johannesburgo, na África do Sul, a conferência ambiental “Rio+10”. Uma proposta aprovada por consenso diz respeito à criação de créditos diferenciados ou favorecidos a empresas e países que venham a investir, de forma significativa, em programas e sistemas com status de responsabilidade ambiental.

Durante a referida conferência, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável apresentou relatório dos avanços na gestão ambiental da grande empresa privada, mas considerou ainda desafiadora a integração das pequenas e microempresas no processo. Pesquisa sobre a competitividade da indústria brasileira, a cargo

da Confederação Nacional da Indústria, teria apontado que 57,5% das microempresas não adotam qualquer prática de gestão ambiental.

4.2.2 Iniciativas na Área de Prestação de Serviços e Comércio

Algumas redes hoteleiras do país, que convivem com a realidade da redução na taxa de ocupação e o simultâneo aumento na oferta de leitos, estão adotando programas de gestão ambiental com dois resultados imediatos: redução de custos e apoio de marketing.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, que lançou o programa “Hóspedes da Natureza”, os hotéis podem obter 30% de redução no consumo de energia elétrica, 20% no de água e 15% em gás, além de gerar um volume de lixo sólido até 25% menor. A idéia é o uso racional, pois no país ainda é forte a cultura do desperdício.

Cerca de 70% das ações implantadas não exigem investimentos, apenas mudanças comportamentais, envolvendo capacitação de empregados para a função multiplicadora. Os benefícios da redução de custos associam-se ao diferencial de marketing: é comum operadoras internacionais exigirem certificados ou selos de compromisso ambiental, conceito difundido no exterior.

Já a experiência de uma pequena empresa de análises clínicas paulista mostra que a gestão ambiental deve envolver toda a equipe. Apesar de ter sido criado um sistema para fiscalizar cada pessoa que trabalha na empresa, ele não é visto com maus olhos ou algo que possa originar uma punição. Conforme a gerente, é imprescindível orientar: se um funcionário toma um iogurte, por exemplo, é informado de que se não lavar a embalagem antes de jogá-la fora, a mesma será considerada lixo orgânico e não reciclável. É apenas uma questão de consciência e de colocá-la em prática.

O treinamento aplicado aos colaboradores vai além dos manuais internos de procedimentos. Para obter uma maior conscientização sobre políticas ambientais, a direção organiza, por exemplo, visitas às instalações de órgãos públicos ligados ao destino de resíduos. Na empresa em foco, a preocupação ambiental foi uma decorrência dos trabalhos da área responsável pela gestão da qualidade, que estendeu o conceito para o ambiente externo à organização.

No interior do RS, uma rede de farmácias comemora a participação ativa de 6% da clientela e a adesão de seus 50 funcionários às práticas que beneficiam a natureza e as pessoas carentes. Desenvolvido em 2000, o projeto consiste na troca de embalagens de produtos da marca própria por brindes. Com a ajuda de 20 mil clientes já foram recicladas mais de 166 mil

embalagens. Elas são selecionadas e doadas para famílias carentes ou instituições escolhidas pela própria comunidade que as vendem às usinas de reciclagem. Segundo a empresa, não são necessários investimentos altos (os brindes custam em média R\$ 0,60), valor pequeno frente às vantagens apontadas: uma nova cultura de assumir o papel de cidadão que contagiou a todos.

Em São Paulo (SP), grandes centros de compras (shoppings) começam a implementar projetos de reciclagem de lixo. Além da preocupação ambiental, a possibilidade de redução dos custos de coleta tem sido determinante e estimada em até 30%. Em algumas cidades, os programas municipais de CS têm forçado a adaptação dos empreendimentos ao processo.

4.2.3 Produção Mais Limpa (P+L)

A Produção Mais Limpa (P+L), definida como a que busca aumentar a eficiência no uso das matérias-primas, água e energia, por meio da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos, é uma oportunidade que se abre às empresas de todos os portes. Dela decorrem benefícios ambientais, sociais e econômicos nos processos produtivos: redução de custos (maiores lucros), aumento da produtividade (e da competitividade) e ganhos em termos de saúde ocupacional e segurança do trabalho.

A P+L está revolucionando o setor de fabricação de jóias em Limeira/SP, considerado grande poluidor. O lodo residual altamente tóxico produzido pelas 450 indústrias locais, que contém metais pesados e cianeto, agora é transformado em corante de vários tons para pisos cerâmicos, vasos sanitários e fibras de piscinas, podendo também ser reaproveitado na própria cadeia produtiva, em pastilhas de vidro coloridas.

Nessa linha, empresa líder mundial no mercado de adesivos, resolveu com tecnologia e criatividade um problema tão antigo quanto seu produto: uma embalagem para o adesivo industrial fabricado que não gerasse resíduo. Trata-se de um invólucro feito do próprio adesivo, que dispensa a abertura e funde-se com o produto no momento do uso. A inovação resultou no aumento das vendas, no atendimento às diretrizes globais do grupo – bom relacionamento com o mercado, respeito ao meio ambiente e produtos que facilitem a vida do cliente – e na redução dos custos de produção para a empresa e clientes. O mais importante, no entanto, é dispensar a antiga embalagem de papel siliconado, agressiva ao meio ambiente e de descarte adequado oneroso.

No meio industrial são cada vez mais comuns os exemplos de soluções ecoeficientes. Algumas não são tecnologicamente complicadas, no entanto o assunto ainda não é tratado

com a devida atenção. Considerando o exposto, sensibilizar micros e pequenas empresas, bem como o cidadão brasileiro, é fundamental devido à representatividade na economia e à ampliação de benefícios possível a partir da popularização do conceito.

4.3 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS

4.3.1 Gestão Sustentável

Uma abordagem mais sustentável para o gerenciamento dos resíduos sólidos municipais é desafio que se impõe aos gestores públicos. Entre as principais justificativas, estão: a) o crescimento dos volumes gerados, decorrente do aumento populacional, da maior circulação de pessoas e da industrialização, em especial nas principais áreas urbanas; b) o crescente reconhecimento dos danos ambientais provocados pelos métodos tradicionais de disposição final; e c) as dificuldades cada vez maiores de espaços urbanos, e mesmo rurais, para dispor os resíduos de forma segura e econômica.

A gestão de resíduos sólidos envolve decisões tomadas por fabricantes de produtos, entes governamentais, empresas privadas e cidadãos e visa reduzir o volume gerado (redução na fonte) e separar os materiais para os diferentes processos de beneficiamento possíveis (reciclagem, compostagem e conversão em energia) “antes” de sua disposição final.

A reciclagem, principal objetivo da seleção do lixo, compreende a separação e coleta de vários tipos de resíduos e a sua conversão em produtos que tenham valor econômico para revenda por meio da remanufatura (TAYLOR, 2000). Enquanto a reciclagem é solução para reaproveitar materiais como plástico, vidro, papel e alumínio, a técnica indicada para resíduos orgânicos é a compostagem, cujo produto final é um fertilizante rico em nutrientes que pode ser utilizado na agricultura, em vasos, hortas e jardins.

Os fabricantes contribuem para redução na fonte intervindo no desenho dos produtos e concepção das embalagens, de forma a minimizar a quantidade e toxicidade das matérias-primas agregadas aos processos (da produção ao descarte final pelo consumidor). Diminuir a compra de produtos embalados e incentivar o reaproveitamento de materiais que eventualmente seriam jogados fora são as possibilidades que se abrem às instituições governamentais e aos negócios privados que incluem prisões, hospitais e escolas (TAYLOR, 2000).

Para contribuir no gerenciamento, os cidadãos devem avaliar suas compras considerando as particularidades dos produtos e também as implicações em termos de

“resíduos adquiridos junto com os mesmos”, promover reutilizações de itens que seriam descartados e incentivar sistemas de troca, doação ou comércio de materiais usados.

Entre as motivações pessoais e institucionais que potencializam tais esforços, estão: a) evitar o lixo desnecessário; b) economizar recursos naturais; c) reduzir custos e possíveis degradações ambientais; d) responder à pressão da família, vizinhos e líderes comunitários, ou ao comportamento de empresas e órgãos concorrentes; e) sentir-se bem por estar fazendo algo em benefício da comunidade e da natureza; f) receber pagamento pela venda de materiais recicláveis; e g) obter boa imagem pública.

Segundo Taylor (2000), as pessoas responsáveis pelos diversos estágios do ciclo de vida “matérias-primas-produtos-resíduos” tendem a ser heterogêneas e a não ter vínculo econômico umas com as outras, o que ressalta o papel historicamente relevante do setor público. Num contexto em que muitos governantes transferiram para a iniciativa privada a responsabilidade pela coleta e disposição do lixo, a atuação é especialmente importante para melhorar a eficiência e uso dos recursos.

Cabe à administração pública, também, assegurar: a) desenvolvimento, monitoramento e imposição de uma estrutura legal e regulatória apropriada para os vários agentes do setor de resíduos sólidos municipais; b) serviços complementares como programas de treinamento profissional e estímulo à integração e às parcerias intersetoriais; e c) condições ambientais das cidades e de saúde pública e sanitária dos cidadãos que nelas residem. No âmbito federal e estadual, as políticas devem incluir o desenvolvimento de mercado e preços para materiais reciclados, padrões de qualidade, durabilidade, requisitos para intercâmbio dos vários itens, entre outros.

O objetivo da minimização de resíduos pode ser alcançado por meio de diversos tipos de políticas de incentivo: de regulações coercitivas a incentivos sociais, psicológicos e econômicos. Há que se considerar a inter-relação que se estabelece entre eles. A adequação à legislação, freqüentemente, exige grandes esforços pessoais e organizacionais e/ou aumento nos custos de produção e operação, logo é importante que os atores compreendam tais custos ou esforços como intrínsecos da obrigação social ou coletiva.

Para Taylor (2000), os incentivos psicossociais têm por finalidade iniciar e manter atitudes e comportamentos favoráveis à redução de resíduos e reciclagem e incluem: a) disseminação de informações sobre o que é preciso fazer, por que e como pode ser feito; b) comunicação persuasiva sobre os benefícios familiares (segurança pessoal e de seus membros), bem-estar nacional e preservação de recursos naturais para as futuras gerações; c) incentivos financeiros de curto prazo para atores institucionais ou indivíduos, relacionados ao

alcance de metas (dinheiro, promoções, descontos, prêmios, concursos); d) estímulo a compromissos integrados; e) pressão social e encorajamento de líderes de negócios e comunitários (por exemplo, quanto mais moradores de determinada rua ou prédio começam a reciclar, maior a perspectiva dos reticentes ficarem em situação embaraçosa e passarem a agir de acordo com o grupo); e f) envolvimento direto dos atores no desenvolvimento de programas, de forma que sintam a obrigação e responsabilidade de participar e contribuir para o sucesso dos mesmos.

Já a razão de se introduzir incentivos econômicos para minimização de resíduos é corrigir distorções, que surgem em dois contextos:

- a) taxas fixas mensais ou anuais são sistemas que não ponderam a geração maior ou menor, assim os munícipes que produzem menos resíduos não pagam menos, já os grandes geradores também não pagam mais, contribuindo para uma mentalidade de desperdício; e
- b) práticas que estabelecem taxas de disposição somente com base em custos privados (área de aterro e operação) sem avaliar o “custo social” levam a subvalorizações de preço. Em muitos casos, os custos ficam escondidos da sociedade, sendo os privados menores que os sociais. Os custos sociais referem-se ao possível dano ambiental pelo vazamento de chorume (líquido poluente resultado da decomposição de matéria orgânica misturada a rejeitos tóxicos) para solo e águas subterrâneas, à liberação de gás metano na atmosfera (gás do lixo), aos incômodos à população provocados por odores e paisagem desagradáveis, à aparência e cheiro advindos de lixo acumulado nas ruas no aguardo da coleta, aos danos à saúde pública e dos trabalhadores que lidam com resíduos e ao barulho e poluição atmosférica associada ao transporte de resíduos até os locais de destino final. Há indicativos de que serviços de coleta e disposição de resíduos subvalorizados provocariam superfaturamento, projetando-se uma expectativa de geração maior do que realmente se tem na sociedade.

Os instrumentos econômicos disponíveis e mais comuns são: a) subsídios públicos (para encorajar negócios na área da redução e seletividade, para pesquisa e inovações ou, ainda, compensações em relação ao uso de matérias virgens); b) taxas de disposição (em geral, por conveniência são estipuladas por peso e não volume, sendo diferenciadas conforme o dano potencial à natureza); c) taxação de produtos (mais comum nos países industrializados, penaliza-os conforme o potencial lesivo); d) sistemas de depósito-devolução (inclui taxação na

compra e subsídio (reembolso) no retorno de produto ou embalagem durável, reutilizável ou reciclável, mais usado no mercado de bebidas em países desenvolvidos); e) taxa de usuários (taxas fixas, calculadas com base no valor da propriedade ocupada, ou variáveis cobradas de acordo com a quantidade de resíduos gerados).

No sistema de taxas variáveis os cidadãos sabem que quanto mais resíduos eles gerarem mais terão de pagar pela coleta e disposição, diferentemente dos sistemas de taxa única (fixas) onde o incentivo pessoal está limitado à renda (valor do imóvel). Quando integrados a programas de estímulo à redução e seletividade (reciclagem e compostagem), os sistemas de taxas variáveis não só contribuem para diminuir a possível destinação ilegal de resíduos, como desempenham importante papel na gestão do lixo e educação ambiental.

Moradores de comunidades onde eles são adotados tendem a julgá-los mais justos, e as respostas em termos de redução de resíduos implicam menores custos de coleta e destinação, propiciando melhor aproveitamento das escassas áreas urbanas para aterramento e impactos ambientais menores. Os participantes dos programas experimentam satisfação pessoal por exercitar opção que reduz seus gastos e por manter um comportamento ambientalmente mais responsável.

As dificuldades desse modelo estão vinculadas a uma maior incerteza nos rendimentos e fluxos monetários das empresas ou agentes responsáveis pela coleta e disposição, pois dependem da quantidade de resíduos descartados; e, num estágio inicial de implantação, à resistência da população à mudança, especialmente se implicar um custo adicional. No entanto, a dedicação de tempo extra e os esforços que tais sistemas e programas exigem da população culminam, no médio e longo prazo, em mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos que, quando obtém consenso comunitário, representam importante conquista na solução da crise do gerenciamento dos resíduos sólidos municipais (TAYLOR, 2000).

4.3.2 Comparativo com a Incineração

Estudos conduzidos por pesquisadores estrangeiros, onde a tecnologia da incineração e a promoção do “lixo-para-energia” têm sido utilizadas e encontram defensores, concluíram que a reciclagem economiza mais energia do que a incineração produz. A razão dessa diferença, que seria da ordem de 3 a 5 vezes maior em favor da primeira, decorre do fato de que a queima só recupera parte do valor calorífico contido no lixo, ela não pode recuperar a energia investida na extração de matérias-primas, no processamento primário e na fabricação de objetos e produtos.

Os materiais recicláveis e comercializáveis que hoje “alimentam” os incineradores podem ser reaproveitados sucessivas vezes. Tal fato é frequentemente esquecido por alguns tomadores de decisão municipais, que consideram apenas a produção líquida de energia quando comparada aos sistemas de aterro.

Segundo especialistas, as nações industrializadas, de forma crescente, vêm impondo à biosfera (conjunto de ecossistemas da Terra) um sistema “linear” de manejo de materiais, que em alguns casos culminaria com a incineração, sem considerar que se atua sobre um sistema biológico que é “circular” (biociclo). Num planeta com recursos naturais finitos, essa abordagem não é sustentável. No entanto, essa “não-sustentabilidade” tem sido ocultada há longos anos por um abastecimento aparentemente abundante de combustíveis fósseis.

Toda vez que alguma coisa é queimada ou depositada num aterro há necessidade de substituí-la, o que significa voltar atrás e desprezar a energia introduzida no processamento primário, que implicou redução do estoque natural de bens e gerou poluição. É justamente o enorme volume de processamento primário que causa o aquecimento global e as crises de gestão do lixo que assolam os países. Para fazer frente aos excessos de consumo há que se promover a redução, a reutilização e a reciclagem. Nesse sentido, a lata de lixo seria a conexão mais concreta que cada indivíduo tem com a crise global (CONNETT, 2003).

4.4 COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

4.4.1 Participação da Sociedade em Programas de Coleta Seletiva

Pesquisa realizada por empresa multinacional sobre o comportamento do brasileiro frente à prática da CS, entrevistou mil pessoas, de ambos os sexos, com mais de 18 anos e de diferentes classes sociais, nas capitais e interior dos estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e Pernambuco (PE).

Os coordenadores do trabalho afirmam que 27% declararam colaborar e 23% revelaram não conhecer e não se interessar pela atividade. Embora 46% dos moradores dos cinco estados sejam simpáticos ou mostrem-se favoráveis, especialistas afirmam que é difícil transformar “interesse em prática”.

Consta que variáveis demográficas estariam relacionadas à prática: pessoas de classes mais altas (A e B), mais velhas e com maior grau de instrução (ensino médio ou superior) tendem a um comportamento mais positivo e participativo.

O RS aparece na pesquisa como o estado com a postura mais efetiva: 58% declararam já fazer a CS. Na seqüência, estão SP (24%), MG (23%), PE (18%) e RJ (17%). Em termos geográficos, nos estados onde há programas já consolidados a população se mostra mais ativa. Quanto aos entrevistados que se predispõem à CS, a pesquisa revela serem 45% em SP, 43% em MG, 33% no RJ e 30% em PE. Os entrevistados dos dois últimos estados surpreenderam pela indiferença em relação à reciclagem: em ambos, 33% não se preocupam com a questão, embora residam em regiões com forte apelo turístico. Conclui-se, portanto, que é longo o caminho a ser percorrido para obter um maior comprometimento do cidadão brasileiro.

4.4.2 Oportunidades no Mercado da Reciclagem

Conforme dados do CEMPRE, as cifras movimentadas pelo mercado da reciclagem, limitado principalmente às latas de alumínio, papel/papelão e plástico, são as seguintes: cerca de R\$ 2 bilhões (2001) e R\$ 3 bilhões (2002), devendo dobrar em dois anos.

O aumento do preço do papelão, da ordem de R\$ 300 a tonelada, teria contribuído para a valorização dos materiais reciclados. O papelão ondulado é o líder em volume, tendo sido reciclado, em 2001, 1,8 milhão de toneladas, quase 72% da quantidade colocada no mercado.

O plástico filme é normalmente usado em sacolas de supermercado, sacos de lixo, lonas agrícolas, embalagens de alimentos e outros fins. O rígido, em garrafas de refrigerante, potes para acondicionar alimentos, produtos de limpeza e higiene, fibras e montagem de eletrodomésticos. Cerca de 15% dos plásticos rígidos e filme usados no Brasil são reciclados.

Em 1994, a produção de garrafas PET, sigla do polietileno tereftalato, usado nas embalagens de refrigerantes, era de 1,1 bilhão. Seis anos depois, já alcançava 5,7 bilhões com tendência de alta. A reutilização do material pode ser feita em produtos como cerdas para vassouras e escovas, fibras para cordas, fios para tecidos e costuras, manequins de plástico, carpetes, enchimentos para travesseiros, entre outros. De acordo com a Associação Brasileira de Fabricantes de Embalagens PET (ABEPET), o Brasil recicla apenas 89 mil toneladas anuais de garrafas, cerca de 33% da produção anual do segmento.

Empresa pernambucana que produz 500 toneladas mensais de PET a partir da reciclagem de embalagens trabalha para agregar valor ao produto, hoje vendido sob a forma de flocos, primeiro estágio da transformação. O PET reciclado custa entre 30 e 40% menos quando comparado ao preço da resina virgem, derivada do petróleo. Para garantir um fluxo constante de matéria-prima, a empresa conta com 50 pontos de coleta no nordeste, fornece equipamentos para compactação de garrafas em fardos e vem firmando convênios com

prefeituras, igrejas, cooperativas e associações para a coleta do material. Segundo seus diretores, ou se tem escala suficiente e se agrega valor ou nada pode ser feito, seja no aspecto econômico ou de preservação ambiental.

Os custos da indústria do plástico que tem o preço da matéria-prima dolarizado sujeitam-se a constantes aumentos, especialmente em situação de instabilidade mundial e câmbio flutuante, sendo repassados ao mercado consumidor. Por outro lado, estima-se que, para cada tonelada de plástico reciclada no país, se criem entre 2 e 3 empregos. Individualmente, empresas pequenas reciclam em média 80 toneladas/mês. No Brasil, a reciclagem de resíduos sólidos gera cerca de 200 mil empregos, a maioria informais.

Mesmo as embalagens de vidro, que não são as preferidas dos catadores, registraram uma boa marca em 2001: 42% voltaram para as indústrias. A maior dificuldade para a reutilização do material é o custo do transporte devido ao seu peso.

Porém, quando se trata das latinhas de alumínio, o país bateu o recorde mundial de reciclagem voluntária em 2002, alcançando 87% de reutilização, superando números de países mais desenvolvidos. Tal desempenho, influenciado não por consciência ambiental, mas conjuntura desfavorável que faz com que milhares de pessoas sobrevivam do trabalho de catar o material, permitiu resultados importantes em economia de energia. Cálculos do Instituto Nacional de Eficiência Energética apontam que as 9 milhões de latas reaproveitadas em 2001 proporcionaram 120 mil toneladas de alumínio e uma economia de 0,5% de toda a eletricidade produzida no país, em pleno período de racionamento.

Isso ocorreu porque a transformação da bauxita (recurso mineral) em alumínio exige 17,6 megawatts por tonelada e cai para 0,8 na reciclagem. A energia poupada seria suficiente para atender a demanda anual de uma cidade de cerca de um milhão de habitantes, um pouco menor que Porto Alegre.

Nos últimos cinco anos, o perfil dos que reciclam latas de alumínio vem mudando: a atividade que tradicionalmente era desempenhada pelos mais pobres, agora é realizada também por escolas, instituições, igrejas, desempregados, aposentados e donas de casa.

Durante o 3º Seminário e Exposição sobre Desafios Técnicos e Econômicos para a Reciclagem (Recicleshaw 2002), ocorrido em Porto Alegre, foram exibidos entre outros produtos: telhas e placas feitas a partir das embalagens laminadas (conhecidas por longa vida) pelas empresas Ecoform, Ecoways, Ibaplac e Reciplac. Com produção de 7 mil unidades mensais, a R\$ 9,00 a unidade, as companhias esgotam seus estoques todos os meses. As telhas ecológicas custam 40% menos do que as fabricadas com amianto, material agressivo ao meio ambiente que vem sendo sistematicamente proibido em diversos países e estados brasileiros.

Em 2001, o Brasil produziu 6 bilhões de embalagens longa vida, das quais apenas 15% foram recicladas, o que revela o grande potencial a ser explorado no segmento.

Analistas consideram que o Brasil está numa posição intermediária no setor da reciclagem: há que se evoluir na questão dos impostos sobre o produto reciclado e na CS do lixo. Apesar dos graduais avanços, o mercado ainda demanda financiamento, capacitação e desenvolvimento tecnológico.

4.3.3 Potencialidades e Viabilidade Econômica da Reciclagem

Estudos de Calderoni (2003) concluíram pela viabilidade econômica da reciclagem no Brasil, tanto no que se refere à fração orgânica como à parte seca. Do volume total produzido, 130 mil toneladas/dia, os 60% de lixo orgânico permitiriam a implantação de um parque gerador de energia elétrica a partir desses resíduos, com potência instalada de 1.080 megawatts, capaz de permitir aos municípios uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, além de evitar gastos de cerca de R\$ 500 milhões com a disposição final em aterros sanitários.

Quanto à fração seca, a economia possível é estimada, no país, em cerca de R\$ 5,8 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão é realizada e R\$ 4,6 bilhões são perdidos. Há quem estime um valor de até R\$ 10 bilhões. A maior parte do ganho é representada pela economia de matéria-prima possível ou obtida na reciclagem, seguida da energia elétrica possível ou obtida no reaproveitamento.

As principais conclusões indicam que não apenas a CS é economicamente viável como poderia ser praticada nos municípios com grande proveito para todos os agentes: o mercado de recicláveis pode auferir cerca de R\$ 135 por tonelada, valor que remunera sucateiros, carrinheiros, catadores e cobre gastos de transporte, armazenagem e processamento. Os custos que a reciclagem evita para as prefeituras com coleta, transbordo e disposição final do lixo seriam de quase R\$ 50 por tonelada. A CS, em teoria, permite a obtenção de produtos recicláveis com menor grau de impurezas, o que eleva o valor de mercado.

Observa-se, porém, que a reciclagem não vem sendo contemplada pelas três esferas de poder no país como objeto de políticas públicas. A causa pode estar na falta de informações técnicas, na pressão das demais questões da agenda política, nas dificuldades de aparelhamento administrativo e, ainda, na ausência de pressão de segmentos interessados na manutenção do *status quo*. Como consequência, os governantes deixam de estimular atividade de grande potencial para a promoção do desenvolvimento, em termos de geração de renda, emprego, equilíbrio ambiental e qualidade de vida da população.

3.1.4 Considerações de Ordem Tecnológica

O consumo das embalagens longa vida aumentou na última década em decorrência da melhoria no padrão de vida do brasileiro e pelo fato da mesma permitir a conservação dos alimentos fora de refrigeração, protegendo-os da luz e entrada de ar, oxigênio, água e microorganismos. Possibilita, por exemplo, o transporte do leite a grandes distâncias, conservando a qualidade e reduzindo, ainda, os efeitos da entressafra do produto.

O Instituto Tecnológico do Paraná, órgão ligado ao governo estadual, com patrocínio de fundação privada desenvolveu uma nova tecnologia, batizada de neociclagem, que permite separar, num processo químico inédito, os três materiais da embalagem (papelão, plástico e alumínio). Até então, as técnicas de reciclagem separavam o primeiro item (75% da composição total), mantendo plástico e alumínio juntos, que prensados e vendidos constituem matéria-prima para fabricação, por exemplo, de placas e telhas, já referidas. A legislação brasileira proíbe a utilização de matéria-prima reciclada em embalagens de alimentos.

Inaugurada em outubro de 2002, a usina curitibana que usa a técnica inovadora é resultado da parceria de entes públicos e privados e exigiu investimentos de cerca de R\$ 370 mil. Ela tem uma capacidade de processamento de 3 toneladas/dia e poderá reciclar, também, embalagens biadesivas de plástico e alumínio (usadas para acondicionar salgadinhos e café em pó). Consta que a usina emprega quinze presidiários que cumprem pena em regime semi-aberto.

Um projeto de maior escala (40 toneladas/dia processadas) está sendo desenvolvido em parceria por instituto de pesquisas paulista e líderes do setor, usando tecnologia que pretende recuperar o alumínio das embalagens (hoje sem valor econômico), mas que no caso da usina em estudo pode alcançar US\$ 1,5 mil/tonelada e sustentar programas rentáveis para grupos de pessoas que hoje sobrevivem da coleta.

Outro exemplo tecnologicamente interessante envolve multinacional do ramo de tintas e vernizes. A empresa promoveu inovações no processo produtivo e vem obtendo a matéria-prima básica da composição de seus produtos (resina) a partir da reciclagem de garrafas PET, com diversas vantagens: melhoria no desempenho do produto, redução de custos e recursos não renováveis, diminuição da quantidade de água no processo e geração de empregos. Em 2002, a economia teria atingido R\$ 3 milhões e proporcionado a retirada de 50 milhões de garrafas do meio ambiente.

Mitos vêm sendo derrubados por multinacionais instaladas no país. Há notícia, no ramo de higiene e limpeza, que o desafio da reciclagem de tubos de pastas de dente

(compostos de plástico e alumínio) está sendo superado. O mesmo acontece com aerossóis, produtos e embalagens danificados em gôndolas de supermercados.

Nos últimos anos, a reciclagem movimentou também a indústria de equipamentos. Fabricantes de linhas de extrusão, moinhos e prensas comemoram vendas e desempenho superiores aos da economia como um todo, com ênfase no mercado do PET, e atribuem o aumento dos negócios à elevação do dólar. Equipamentos de prensagem inovadores vêm sendo desenvolvidos, e até mesmo o segmento dos “catadores” está na mira de algumas empresas, que desenvolvem produtos pequenos e de baixo custo para prensar garrafas PET, ainda pouco atrativas pelo volume que ocupam nos carrinhos, apesar do baixo peso.

4.4.3 Possíveis Repercussões da Atuação no Mercado Externo

Algumas das principais metas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estariam sinalizando bons negócios também para o setor da reciclagem. Nos últimos anos, o Brasil exportou alguns tipos de aparas (sucatas), quando as oscilações nos volumes decorreram de fortes variações cambiais.

Dados do CEMPRE indicam que as aparas de polietileno (tipo de plástico) lideram a pauta de exportações do segmento, embora resíduos do setor de couro também comecem a gerar volumes e divisas, ainda que modestos (em 2001, cerca de 4 mil toneladas e US\$ 2,3 milhões). Especialistas afirmam, no entanto, que o setor da reciclagem, em geral, ainda não tem maturidade suficiente para driblar obstáculos como a falta de consistência na qualidade e quantidade de material para exportação.

Consta que a ABEPET não é favorável à via da exportação, embora países como Canadá e China estejam interessados nesse tipo de resíduo, pois a “demanda” por garrafas prensadas é sempre “maior que a oferta” em torno de 40%, portanto, não há excedentes. Exportar provocaria grave situação interna de desabastecimento, num mercado que cresce em média 30% ao ano e gera inúmeros postos de trabalho.

Representantes da entidade constatarem que os negócios externos não oferecem segurança para os fornecedores brasileiros: os valores das primeiras transações em estudo estariam inflacionados havendo tendência de queda ao longo do tempo. Além disso, os recicláveis exportados voltarão ao país na forma de produtos “beneficiados, portanto muito mais caros”.

Em suma, há inúmeras oportunidades a explorar no mercado da reciclagem que, embora registrando avanços, estaria a demandar políticas públicas específicas, algumas de

caráter federal. No entanto, na esfera dos municípios uma das contribuições possíveis é implementar ou otimizar programas de CS já existentes. O apoio da sociedade é fundamental, tanto quanto dotá-la de informações qualificadas e estímulos à participação.

4.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Registram-se a seguir idéias que visam justificar a preocupação com responsabilidade social, bem como oportunidades e desafios a ela associados. Na parte final, há referências sobre recente legislação aprovada no RS, incentivando empresas socialmente responsáveis, e a um movimento internacional pela sua normalização.

4.5.1 Oportunidades e Desafios

De forma crescente, o ser humano tem buscado reverter o quadro de degradação ecológica e vem percebendo a relação existente entre os problemas sociais e ambientais. No entanto, a responsabilidade social como fator estratégico para o sucesso dos negócios é ainda incipiente no Brasil. Na área do meio ambiente, alguns empresários já se mostram proativos e estabelecem políticas e metas avaliando o equilíbrio ambiental e administrando os efeitos colaterais dos agentes poluidores, desde a escolha da matéria-prima ao destino final dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos gerados.

Antes encarado como mero e pesado ônus para as empresas, devido às expressas disposições legais, o meio ambiente tem gerado novas oportunidade de negócios. Empresas ambientalmente responsáveis gozam de crédito junto à sociedade. Devido à boa imagem, elas têm preferência frente a concorrentes e se beneficiam do comércio exterior, onde há clientes pagando mais caro por produtos orgânicos ou ecológicos, ditos “verdes”.

Mello (2002) destaca que a empresa para perpetuar seu negócio deve adotar uma estratégia que crie valor nas dimensões econômica, ambiental e social. A sustentabilidade não é algo restrito ao meio ambiente, bem como responsabilidade social não se limita a investimento em projetos sociais. O conceito de responsabilidade social corporativa é amplo: pressupõe benefícios aos acionistas e impacto positivo no meio ambiente e na comunidade de atuação da empresa, que deve agir com ética e respeito à sua cultura.

Para Lummertz (2003), as empresas estão aceitando a idéia de que suas responsabilidades não se limitam à remuneração de proprietários e acionistas, à geração de empregos e ao pagamento de impostos. Uma nova espécie de dirigente considera a gestão

empresarial uma arte voltada, prioritariamente, ao ser humano e ao desenvolvimento da comunidade interna e externa. O cientista observa que a postura não se limita às grandes empresas e afirma que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem multiplicado programas próprios e parcerias para incentivar a responsabilidade social corporativa das pequenas empresas e se surpreendido com a receptividade encontrada, que poderia ser infinitamente maior caso recebesse mais reconhecimento e apoio da sociedade e do governo.

Segundo Ponchirolli (2003), a razão estratégica que faz com que uma companhia destine parte de seus recursos para projetos sociais ligados à educação, meio ambiente, saúde, lazer e cultura não se esgota no aspecto humanitário. Ele detalha os objetivos de marketing da responsabilidade social:

- a) proteger e fortalecer a imagem da marca e sua reputação, especialmente num mercado global e competitivo;
- b) diferenciação da empresa e da marca como estratégia mercadológica;
- c) formação de mercado consumidor futuro, pois as ações patrocinadas vinculam-se à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida das populações, o que garantiria sobrevivência no longo prazo, até porque a instabilidade política e econômica interfere no desempenho dos negócios;
- d) proteção contra ações negativas (denúncias, boicotes) por parte de grupos organizados de consumidores que rejeitam empresas consideradas socialmente irresponsáveis;
- e) atrair e reter clientes social e ambientalmente exigentes;
- f) atrair e reter talentos que valorizam ações de marketing social;
- g) atrair investidores que privilegiam valores éticos e responsabilidade social corporativa e,
- h) por fim, dedução fiscal, aspecto pouco mencionado pelas empresas, mas que não pode ser ignorado num país de carga tributária elevada como o Brasil.

Em resumo, com ações de responsabilidade social, as empresas podem ganhar o respeito do mercado, a dedicação dos funcionários, a satisfação dos consumidores, ao mesmo tempo em que criam um lugar melhor para viver, vender, lucrar e tornar perene as organizações.

Para Giosa (2002), a ampliação do conceito de cidadania é decorrente e, ao mesmo tempo, um contraponto à globalização econômica. Nesse contexto, empresas socialmente responsáveis buscam parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs.), que dominam a tecnologia de intervenção na sociedade, e cobram resultados concretos. Importantes organismos financiadores internacionais privilegiam a aprovação de recursos para

empresas com projetos sociais sérios. No Brasil, o setor financeiro privado começa a oferecer linhas de crédito com base na responsabilidade social.

Essa mudança de perspectiva seria decorrente do descontentamento com a globalização que aprofundou desigualdades entre países pobres e ricos e do surgimento de uma sociedade mais disposta a reagir e a participar da consolidação do chamado “terceiro setor”, que congrega ONGs., fundações, institutos, associações da sociedade civil e entidades sem fins lucrativos. A idéia extrapolou o mero associativismo. Em 10 anos, o total de ONGs. em operação no país teria saltado de 38 mil para 235 mil.

A responsabilidade social empresarial é fruto da responsabilidade ética, que deve permear o ambiente de negócios e se estender ao setor público e à comunidade. No campo social, as primeiras formas de ação caracterizavam-se por serem reativas, pontuais e não sistemáticas, carecendo de critérios claramente definidos.

Hoje, as empresas não só financiam, mas participam do diagnóstico e das ações. Muitas estão voltadas ao seu público interno (funcionários), outras atuam junto às comunidades onde se inserem e algumas, mais experientes, capacitam entidades sem fins lucrativos para a obtenção de recursos e desenvolvem programas de voluntariado. O efeito multiplicador desses projetos confirmaria a potencialidade do terceiro setor como alternativa para atendimento, de forma complementar, às inúmeras demandas sociais brasileiras.

Seminário ocorrido em outubro de 2002, na capital gaúcha, possibilitou uma reflexão sobre solidariedade, responsabilidade social e coletividade como valores capazes de colaborar para a construção de um mundo melhor. Na ocasião, pesquisadora colombiana condenou a relação hierárquica de voluntariado, as pessoas que trabalham por alívio da própria consciência e as iniciativas que mantêm a situação e não a alteram. É válido ajudar quando se promove a consciência de quem é auxiliado e quando há honestidade, trabalho em equipe e liderança social.

No Brasil, estima-se que a filantropia movimenta cerca de R\$ 1,5 bilhão, porém a falta de acompanhamento da aplicação dos recursos angariados compromete a continuidade e, em geral, não reverte em favor da imagem do doador.

Pesquisa do Centro de Empreendedorismo Social e Administração do Terceiro Setor (CEATS), ligado à Universidade de São Paulo, revelou os principais obstáculos enfrentados nas parcerias entre empresas e organizações do terceiro setor: dificuldades em definir papéis e responsabilidades, medir os resultados das ações sociais e compará-los com entidades semelhantes. Não haveria um planejamento prévio e conjunto de atuação, um alinhamento de expectativas e indicadores para medir resultados e obter controle de qualidade.

O uso dos recursos é acompanhado, mas não se sabe avaliar se a criminalidade diminuiu no bairro devido ao programa específico, se pessoas participantes de projeto educacional deram continuidade aos estudos e assim por diante. O CEATS detectou, ainda, problemas de comunicação em algumas parcerias, quando desconfianças de que a empresa estaria apenas pretendendo melhorar sua imagem foram levantadas.

O desenvolvimento de uma nova ferramenta de gestão pretende avaliar e monitorar as alianças entre iniciativa pública e privada e as entidades de assistência. São oito referenciais para ambos os parceiros do projeto social: comportamento e envolvimento, expectativa, comunicação, recursos, papéis e atribuições, geração de valor, sistema de avaliação e liderança. A pesquisa do CEATS junto a 440 companhias revelou que cerca de 80% dos entrevistados limitavam sua atuação a doações e patrocínios e, agora, pretendem montar uma estratégia para agir de forma estruturada.

Para os técnicos, não bastam ações paternalistas, doações caritativas ou intervenções pontuais, características de alguns programas oficiais que fracassaram no passado. As empresas que pretendam assumir na plenitude sua dimensão social têm de se preparar de forma séria e sistemática para que as ações se tornem efetivas, tendo clareza em relação ao foco e aos objetivos a serem atingidos e se apercebam que atuar no terceiro setor reforça seus valores corporativos e os associam aos projetos comunitários de que participam.

As organizações empresariais têm encontrado saídas criativas para desafiar o discurso de economistas que consideram a boa cidadania um “desvio” dos princípios capitalistas e dos propósitos da empresa, criada para “gerar lucro” a seus proprietários. Os investimentos sociais provam-se capazes de beneficiar diretamente as operações principais das mesmas e promover a expansão de seus mercados consumidores no médio e longo prazo.

Alguns supermercados do centro do país ao doarem a entidades cadastradas mercadorias com danos em embalagens (no entanto, aptas ao consumo) estão substituindo custos de transporte por benefícios a pessoas carentes. Companhias telefônicas, que investem em laboratórios de informática em escolas voltadas a jovens excluídos do mundo digital, vislumbram potenciais consumidores da sua tecnologia no futuro. Empresas de energia prevêem que a instalação de sistemas de aquecimento solar para chuveiros, em conjuntos habitacionais de baixa renda, poderá contribuir para a redução do consumo em horários de pico, compatibilizando seus programas sociais e de eficiência energética.

Estudos do Instituto Ethos, que defende práticas de responsabilidade social, indicam que o baixo poder aquisitivo faz com que o brasileiro defina suas compras pelo preço. É incipiente tal consideração e pequeno o número de consumidores que dão preferência a

fabricantes por atuarem de forma responsável, embora essa seja uma tendência considerada sólida e irreversível.

Um movimento tem início no âmbito das agências de propaganda e não se trata apenas de organizar a filantropia das grandes empresas, mas de aumentar os lucros e fazer com que ação social reverta em favor das marcas que elas comercializam. Na verdade, o conceito evoluiu. Para alguns profissionais da área, filantropia é uma política de doação e marketing social é uma política de atuação no mercado. Eles estão convictos que a divulgação dos projetos sociais inspiram outros concorrentes a fazer o mesmo e funcionam como uma cobrança: afinal se alguém está fazendo, eu também posso.

4.5.2 Legislação e Certificação

Recentemente foi regulamentada no RS a lei que instituiu o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, conhecida por Lei da Solidariedade. Ela estabelece o seguinte: empresas que investem em projetos do terceiro setor e publicam o balanço social (documento que detalha as ações implementadas) terão benefícios fiscais. Especialistas receberam com otimismo a medida e defendem a continuidade de ações que contemplem o setor, reconhecido como mais eficaz no atendimento da área social que o poder público, pois o último enfrenta burocracia e crescente limitação de recursos.

No âmbito da International Organization for Standardization (ISO), organismo internacional de normalização, discute-se uma norma para responsabilidade social nos moldes das consagradas ISO 9001 (de gestão da qualidade) e ISO 14.001 (de gestão ambiental). Estudam-se três níveis possíveis para a aplicação da regra: relatório técnico (aconselha práticas genéricas), “guide line” (apresenta recomendações das normas a serem seguidas) e especificação (exige para fins de certificação todas as determinações listadas).

Por ora, o maior impacto das certificações é percebido nos negócios entre empresas, paradigma que pode mudar com a norma da responsabilidade social, num contexto onde cresce o número de consumidores que revelam preferir, entre dois produtos iguais, àquele produzido segundo a concepção da responsabilidade social.

Pesquisa qualitativa realizada em 2001 com grupos de consumidores das classes A, B e C sobre o produto brasileiro reciclato (papel produzido a partir de aparas obtidas após consumo do produto original), revelou um dado interessante e significativo: ele é mais apreciado por seus aspectos sociais, já que a matéria-prima é adquirida de uma cooperativa de catadores, do que pelo viés ambiental que caracteriza a reciclagem.

A prática da responsabilidade social corporativa é desafiadora e implica a superação de muitas dificuldades, porém abre oportunidades que não devem ser desprezadas pelas empresas que buscam competitividade e perenidade aos seus negócios, numa perspectiva de futuro que tende a privilegiar a ética e o comprometimento de forma cada vez mais consistente.

4.6 VOLUNTARIADO

O tópico apresenta alguns dados estaduais e uma breve reflexão sobre o exercício do voluntariado, em particular o voluntariado juvenil.

Estima-se que o RS tenha cerca de 60 mil instituições que prestam serviços à comunidade e 20 mil pessoas engajadas nesse tipo de trabalho, logo há um largo espaço a ser ocupado.

A decisão de ser voluntário exige reflexão e uma adequação de perfil, em geral sob orientação de especialistas que recomendam às pessoas se certificarem de que têm condições de cumprir as tarefas. Voluntariado não é favor, e sim compromisso: envolve doação de tempo e conhecimento e não deve ser encarado como meio de obter recompensas pessoais.

Representantes de ONGs. estão convictos de que as instituições do terceiro setor têm mais liberdade para contrapor interesses, desempenhando papel relevante como elo entre os cidadãos, as universidades e os governos, pois reúnem voluntários e sua atuação se concentra 70% no âmbito local. Assim, a problemática socioambiental é uma oportunidade para educação, formação de recursos humanos, novas formas de gestão e parcerias envolvendo empresas, organizações do terceiro setor, poder público e sociedade.

Instituto, ligado a uma empresa privada da área de telecomunicações, cuja missão é promover o desenvolvimento da cidadania com vistas à inclusão social de comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, constatou que sua filosofia era desconhecida pelos próprios funcionários da empresa.

Para internalizar a postura, a partir de outubro de 2002, foram realizadas: uma pesquisa pela intranet (rede interna de comunicação) sobre ações de voluntariado, acessível a 10 mil funcionários, e uma campanha sobre o tema. Os resultados surpreenderam: foram obtidas mais de 1,5 mil respostas espontâneas. Na avaliação dos gestores de recursos humanos, o dado é relevante e foi interpretado como uma demanda do pessoal.

A campanha, que aproveitou o espírito de Natal para motivar empregados, enfatizou palavras como dignidade, solidariedade e responsabilidade social, associando-as à pergunta:

“O que você tem a ver com isso?” As imagens utilizadas, no início em preto e branco, com o tempo foram sendo coloridas e vinculadas à afirmação: “Você tem tudo a ver, muito a fazer”. Caminhos, idéias e sugestões foram apresentadas, de forma simultânea à provocação, cujo objetivo é “fazer com que as pessoas saiam da inércia”, declarou o diretor responsável. As pessoas querem ajudar e não sabem como, concluiu o mesmo.

A ação que, em 2002, beneficiou a “Campanha Natal Sem Fome” envolveu os gestores da companhia e procurou mostrar a importância do voluntariado como fator de motivação e integração da equipe, tendo contato com o apoio de entidades especializadas. A empresa, convicta de que está plantando uma semente e estimulando as pessoas a agirem, informa que tais atividades serão contínuas e permanentes.

Assim como transformam a vida de outras pessoas, os jovens voluntários são também transformados. Segundo estudiosos, os benfeitores juvenis aprendem a enxergar o mundo de maneira mais aberta e mudam de comportamento na escola e em casa. No entanto, a atuação social de crianças e adolescentes deve obedecer a alguns critérios: ser adequada à faixa etária e espontânea, não imposta ou utilizada como punição e não expor os jovens a situações traumáticas.

Educadores, psicólogos e entidades do terceiro setor sugerem que os grêmios estudantis sejam estimulados a se tornar entidades atuantes e preocupadas com questões sociais, que os professores convoquem os alunos para discussão e busca de soluções de problemas, devendo os alunos participar de todo o processo (análise, planejamento, execução e avaliação) e não apenas de uma etapa. Recomendam, ainda, que os sistemas de voluntariado organizados em colégios recebam orientação específica e que grupos pequenos funcionam melhor. Diversas ONGs. prestam assessoria a esse tipo de trabalho.

Costa (2002) percebe um movimento de incentivo ao voluntariado juvenil e questiona: “Será isso uma tendência ou um modismo?”. Caso os educadores entendam a questão apenas como um ativismo juvenil, um uso instrumental dos jovens como mão-de-obra para resolver determinados problemas na escola ou fora dela, é certo que não será um voluntariado de fôlego. A realidade atual é: longe de ser uma regra, tais ações constituem mais uma exceção. Em muitos lugares, não é o espírito do jovem, como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso que predomina.

Para o autor, a superação dessas limitações impõe que os educadores estejam atentos às necessidades do jovem de construir uma identidade e um projeto de vida, tornando a experiência do voluntariado um enriquecimento do seu horizonte vital e também “uma musculação política e social” que os comprometa com questões que extrapolam seus

interesses individuais e privados, ou seja, que digam respeito ao bem comum, ao coletivo. A presença do educador junto ao grupo deve propiciar que as ações sejam assumidas pelos jovens de maneira conseqüente, resultando na construção de uma autonomia. Jamais o educador deve assumir o comando e substituir a iniciativa, a criatividade e a responsabilidade dos jovens voluntários. Mais importante do que é dito é a postura diante dos jovens, o modo como se posiciona.

Finalmente, o educador deve estar consciente de que duas transformações estarão em curso: a realidade externa ao jovem (a situação-problema que se pretende enfrentar) e a interna na relação consigo mesmo e com os outros. Esse seria o caminho para o envolvimento direto dos jovens em ações que lhes permitam viver a cidadania, se transformar e se comprometer com o bem comum.

4.7 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

Constam do tópico considerações sobre a potencialidade do cooperativismo e argumentos a favor da dinamização e apoio às associações e cooperativas de catadores, defendendo-as como parte importante da solução da crise do gerenciamento de resíduos sólidos nas cidades brasileiras.

4.7.1 Perspectivas

Para Barelli (2002), as perspectivas do cooperativismo no país são bastante boas. Infelizmente, as pessoas apenas se dão conta dessa possibilidade em momentos de dificuldades. Na última década, com o surgimento do desemprego estrutural de longo prazo, aumentou a busca por novas formas de trabalho que não a assalariada. Pessoalmente, ele vislumbra a cooperativa como a empresa do futuro, porque exige responsabilidade, comprometimento e participação de todos, do contrário não há resultado.

O perfil do trabalhador cooperado seria exatamente aquele buscado pelas empresas. O aumento no número de organizações que implementam planos de participação nos lucros evidencia a crescente preocupação em incentivar o comprometimento dos funcionários com os objetivos, metas e resultados das empresas.

O autor acredita que o modelo deva ser incentivado com ações efetivas, pois com freqüência as cooperativas são formadas por pessoas que têm experiência na produção ou comercialização de bens ou serviços, mas pouco familiarizadas com ferramentas, conceitos e

sistemas administrativos e financeiros. A falta de acesso ao crédito produtivo é outra dificuldade. Ao ampliar a capacidade administrativa e gerencial de empreendedores e disponibilizar linhas de financiamento, sem burocracia e a juros baixos, os governos cumprem sua função de estimular o desenvolvimento, com reflexos positivos na geração de empregos e renda.

4.7.2 Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis

O incentivo municipal às cooperativas de catadores de resíduos recicláveis ainda é tímido se considerado seu importante papel de prestadoras de serviços à cidade, especialmente na reintegração de populações desempregadas e marginais, que ganham dignidade e ampliam sua cidadania.

As principais dificuldades enfrentadas por associações que operam no mercado de recicláveis estão vinculadas ao fato dele ser ainda extremamente flutuante, não mantendo preços ou garantindo rendimento estável, situação em parte equacionada pela própria evolução do segmento. A deficiência de políticas públicas voltadas às populações de rua é uma realidade nas três esferas governamentais.

A concessão pública de espaços adequados proporcionaria melhores condições para comercialização e organização do trabalho das associações e cooperativas, com reflexos na aceitação pública e visibilidade. Os ganhos para o município, além da melhoria ambiental, são significativos em termos de redução de gastos com aterros sanitários que têm sua vida útil aumentada.

4.7.3 O Desafio da Inserção de Catadores na Cadeia da Reciclagem

É significativo o volume de lixo recolhido e com frequência transportado por “tração humana” por catadores que realizam a atividade sem onerar o contribuinte, poupando matérias-primas e garantindo trabalho e renda a uma extensa cadeia de recicladores, organização que vem exigindo respeito e proteção. Para a grande maioria, trabalhar nas ruas representa a última alternativa para fazer frente ao total desamparo e aniquilamento, decorrente da baixa qualificação e incapacidade técnica para disputar novo posto no mercado de trabalho, situação agravada pelos crescentes índices de desemprego no país.

Em 2001, o I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis reuniu, em Brasília/DF, cerca de 1,5 mil trabalhadores para discussões políticas e articulação do

movimento em âmbito nacional. Na semana que precedeu o III Fórum Social Mundial (III FSM), aconteceu o I Congresso Latino-americano dos Catadores em Caxias do Sul/RS, cidade que abriga experiências bem sucedidas de parcerias entre associações de catadores, poder público local e organizações civis sem fins lucrativos.

O movimento de organização e os eventos referidos evidenciam a necessidade de ações públicas que articulem proteção ambiental com cidadania, reciclagem de vidas e objetos com sonhos de justiça social. Se por um lado, os catadores colocam muitas vezes a vida em risco em movimentadas e perigosas avenidas, por outro há cidadãos que, preocupados com a insegurança que os carrinhos puxados por catadores representam para o trânsito, cobram providências das autoridades. Alguns até questionam com ironia se o volume movimentado (que, de fato, cresce assustadoramente) não justificaria “faixa exclusiva ou um ministério específico” para tratar da questão. Em suma, a sociedade aguarda políticas e ações setoriais concretas.

Experiências demonstram que as prefeituras podem apoiar a estruturação de cooperativas de trabalho cedendo área pública, balança, prensa, carrinhos e monitores para capacitação das pessoas envolvidas na triagem de materiais recicláveis, bem como assessoria jurídica e administrativa para constituição das entidades, enfim cooperação que pode ser reforçada com outras medidas institucionais.

A inserção das comunidades de baixa renda e de pessoas portadoras de necessidades especiais nesse mercado propicia geração de renda e melhoria da qualidade de vida nas cidades, pois com capacitação e conscientização ambiental se estaria transformando-os em agentes multiplicadores e educadores. Voluntários que atuam na área revelam sentir-se gratificados e emocionados, pois se vêem ajudando a criar oportunidades e participam das pequenas e grandes vitórias dos projetos.

Na avaliação de Lisboa (2003), o aterro sanitário só é necessário como destino final de resíduos inaproveitáveis, depois de realizadas a transformação da matéria orgânica em adubo pela compostagem e dos materiais recicláveis pela indústria. A concepção do grande aterro, centralizado e universal, adotado como diretriz única para superar os lixões é opção cara e rejeitada pela sociedade, que não os deseja próximos a seus bairros. A centralização é geradora de grandes impactos com transporte e despesas de manutenção, sem retorno socioeconômico.

Assim, a proposição de alternativas tecnológicas e mais econômicas, que considerem a gestão do lixo com mobilização social e educação ambiental, necessita ser encarada como prioritária.

A concessão municipal de aterros a empresas privadas gera o seguinte paradoxo: quanto mais lixo recolherem e levarem para os aterros, maior o lucro, quando ambientalmente se deseja contrário: reaproveitar e transformar a maior quantidade de lixo possível, criar empregos, desenvolver tecnologias, estimular empresas, descentralizar e economizar energia e matéria-prima.

Não há sentido em investir bilhões de reais de dinheiro público nessas soluções, quando catadores poderiam se transformar em categoria profissional, através de cooperativas ou pequenas novas empresas, e dispor de equipamentos de transporte mais avançados que a tração muscular, obtendo ganhos de produtividade na coleta porta a porta (LISBOA, 2003).

O filão da coleta do lixo para aterramento gera, em escala mundial, corrupção e máfias devido ao grande volume de lixo e dinheiro envolvido. Há que se modificar os pressupostos colocados pela administração pública e explicar o problema para governantes, população e empresários, para que todos compreendam seu papel fundamental no equacionamento e solução desse grande problema urbano, conclui o autor.

4.7.4 Associações de Bairros

Para Fischer (2003), as associações de moradores de bairros são uma nova vertente do movimento ambientalista e urbanista, reconhecidas em muitas cidades como qualificadas e capacitadas para atuar e interferir nas questões sociais e ambientais das localidades que representam, pois suas demandas quase sempre resultam em conquistas e revelam capacidade de articulação e argumentação coerente.

As possibilidades em termos de desenvolvimento de parcerias e de engajamento das associações de bairros nos processos de educação ambiental comunitária e nas ações que têm em vista melhorias na qualidade de vida de bairros e regiões da cidade são descritas e mais bem detalhadas no tópico 4.7 e Cap. 8.

4.8 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.8.1 Consciência Ambiental no Brasil

O Ministério do Meio Ambiente e o Instituto de Estudos de Religião, desde 1992, a cada quatro anos realizam uma pesquisa nacional de opinião que visa traçar um painel sobre a consciência ambiental no Brasil. A novidade, em 2001, foi a inclusão de perguntas sobre consumo sustentável, ou seja, verificar de que forma as questões ambientais e de saúde afetam a decisão de compra. Da população adulta urbana e rural sondada, a maioria (83%) é urbana e (53%) revelou ter renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos.

Quando se trata de identificar problemas ambientais nas cidades ou bairros onde moram, 18% das pessoas elegeram o saneamento (coleta de lixo, limpeza de ruas e infraestrutura sanitária básica) como sendo o principal. No entanto, mais significativo é o número dos que se mostraram incapazes de apontar um problema ambiental no seu bairro (50%), evidenciando a necessidade de incrementar os esforços de informação do grande público. Essa incapacidade refletiria uma situação estrutural, ligada à baixa escolaridade e ao fato de que 52% afirmaram não ler jornais e fazer da televisão seu principal meio de informação (90%).

Na última década, porém houve uma evolução da chamada consciência ambiental, observada a partir de vários dados e indicadores extraídos da pesquisa. Todavia, uma constatação incômoda permanece, sobretudo para quem trabalha com educação ambiental ou em movimentos sociais que buscam evidenciar a relação entre “sociedade e natureza” e “problemas ambientais e ações humanas”, qual seja: para os brasileiros meio ambiente é sinônimo de fauna e flora, realidade já revelada nos estudos de 92 e 97. Convidada a indicar os elementos que fazem parte do mesmo, mais da metade deixou de incluir seres humanos, índios, favelas e cidades.

Embora mais de 70% da população afirme ter simpatia pelo trabalho das organizações ecológicas, poucos mencionam espontaneamente alguma, o que é contraditório. Quando estimulados, a organização mais lembrada é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, principal agência governamental, seguido da ONG estrangeira Greenpeace e das brasileiras SOS Mata Atlântica e Fundação Tamar, a última voltada à proteção das tartarugas marinhas.

Nos dois últimos levantamentos, apenas 1% declarou ser membro de alguma organização de proteção ambiental. Sobre preferências de participação como membros das entidades, as respostas indicam claramente a “agenda verde” (defesa de florestas e animais

ameaçados de extinção) como a de maior apelo junto à população (42%), seguida pelo saneamento em áreas pobres de cidades (28%), o que confirma a visão romântica de meio ambiente.

O quesito - além das intenções vinculadas ao trabalho em entidades, o que mais os brasileiros estariam dispostos a fazer pelo meio ambiente? - revelou itens já apontados em 1997, a saber: separação de recicláveis e combate ao desperdício de água e energia. Como a reciclagem depende da CS, foi questionada a disponibilidade do serviço nos bairros de residência e as respostas indicaram que 57% é feita por catadores, 26% pelas prefeituras e 13% por escolas. ONGs. e supermercados receberam, respectivamente, 5% e 3% das menções, evidenciando haver espaço para parcerias nesse sentido.

Quanto aos hábitos de compra, 59% afirmaram adquirir lâmpadas que poupam energia (talvez reflexo da crise naquele ano), 44% compram produtos que têm embalagens recicláveis e 36% preferem os ditos “produtos verdes”. Esses consumidores são urbanos, possuem alta escolaridade e pertencem às camadas de maior poder aquisitivo.

A pesquisa mostra, ainda, uma clara tendência da população em atribuir cada vez mais responsabilidades ao poder local, onde são sentidos e devem ser resolvidos os problemas ambientais, relativamente às demais esferas, embora haja confusão acerca das atribuições de cada uma delas. A conclusão, enfim, é que a tese do ambientalismo se difunde pelo país, no entanto ainda como defesa da natureza e não da qualidade de vida humana. Há, porém, potencial para envolvimento da sociedade em ações proativas.

4.8.2 Educação e Consciência Ambiental

Pesquisas na área da educação apontam elevado número de pais que delegam à escola a tarefa de educar seus filhos, eximindo-se do papel fundamental de orientar, adequar, ensinar, ajustar e civilizar (Martins, 2002). Ele acredita que delegar a educação à escola seja, disfarçadamente, formalizar a incompetência, admitida e negada, de forma ambivalente pelos pais. Comprova sua tese com dados de estudos que reforçam a idéia de que há algo errado com a educação, pois apesar dos avanços da medicina e da psicologia, crescem assustadoramente os índices de gravidez na adolescência, alcoolismo, suicídio e depressão infantil.

Por outro lado, quando pensamos nas qualidades que os professores do novo milênio devem ter, esbarramos na falta de profissionais competentes para treiná-los e, ao mesmo tempo, servir de exemplo na criação de um professor com capacidade de diagnóstico e

solução de problemas (Simon, 2002). Uma das falhas do sistema educacional de hoje seria considerar o professor não um coordenador de alunos, que partilha de seus objetivos, traça estratégias sólidas e cria motivação no grupo, como fariam os bons administradores, mas sim um superior ou mero “chefe” ao qual todos devem obediência incondicional. É imperativo que a imposição seja substituída, de forma consciente, pela interação máxima entre professor e aluno, que deve ensinar não verdades absolutas e fórmulas prontas, mas sim questionar e argumentar de forma racional e apaixonada.

Na visão do autor, lançar novos e estimulantes desafios é a base da motivação. Contextualizar conteúdos antes ministrados sem nenhum valor prático é fundamental para revelar a utilidade das disciplinas aprendidas, que assim serão assimiladas com maior rapidez e facilidade. O estudante deve, ainda, reconhecer em seus colegas novas fontes de conhecimento e interagir positivamente, o que certamente contribuirá para a formação de profissionais mais bem preparados nas escassas e importantes qualidades de bom relacionamento em grupo e capacidade de liderança democrática.

Em artigo recente, Castro (2002) examinou alguns projetos premiados na iniciativa “Professor Nota 10”, que definiu como experimentos criativos que galvanizam os alunos e levam a um aprendizado superior. Um grupo de projetos se aproveita das circunstâncias locais, no caso criação de mexilhões em praia paulista para iniciar os alunos em biologia marinha, meio ambiente e conceitos científicos. A erosão, observada pela professora no caminho trilhado para ir à escola, orientou estudo do fenômeno e da importância da camada vegetal para a proteção do solo.

Após discorrer sobre uma série de projetos, Castro afirma que são eficazes, mas constituem uma reedição de idéias já existentes e questiona: “por que os mestres não aprendem isso na escola?”, “por que não é ensinado rotineiramente nos cursos de formação como fazer a ponte entre a teoria e a prática?”. A ditadura de teorias pedagógicas que mandam o professor criar e produzir seus próprios materiais não permite que muitos alunos se beneficiem do conhecimento acumulado e do uso de idéias premiadas como possíveis ferramentas didáticas a seu dispor.

Parece clara a interface - educação e consciência - não apenas ambiental, mas social e cidadã, tão importantes quando se trata de buscar um melhor relacionamento com a natureza.

4.8.3 Educação Ambiental e Sustentabilidade

O desafio do desenvolvimento sustentável, que busca uma ordem socioeconômica ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, implica não apenas a existência de mecanismos de gestão eficazes e participativos, mas a transformação de comportamentos do ser humano, pois são muitas e complexas as questões e conflitos envolvidos na construção do modelo.

A educação ambiental, na medida em que dá acesso às informações e conceitos sobre meio ambiente, oferece condições para reflexão sobre as causas e os efeitos da degradação e possibilita a desejada e necessária mudança de comportamento dos cidadãos. Além de ferramenta essencial para a melhoria da qualidade de vida da população, ela estimula atitudes que visam à sustentabilidade em sentido mais amplo.

Para a consolidação de atitudes e ações positivas é cada vez mais importante que se compreenda como, quando e por que o problema ambiental está acontecendo e qual é o nosso papel na reversão desse quadro. O compromisso de cada um é insubstituível na implementação das mudanças que o momento exige. Há inúmeros exemplos de fracassos de belas iniciativas que não tiveram o comprometimento de todos os supostamente interessados (DE LUCCA, 2002).

Por imposições pedagógicas e legais, a educação ambiental formal deve ser tratada de forma transversal, ou seja, estar contemplada no currículo e programas de todas as disciplinas, exigindo que ela esteja presente na formação de todos os profissionais, em especial de professores. No entanto, colocar isso em prática não é fácil, exige que o pensamento, a visão e a ação ocorram numa perspectiva sistêmica e não linear como aprendemos e agora ensinamos (NUNES, 2002).

No Brasil a Lei nº 9.795/99 dispõe sobre a educação ambiental e institui política nacional nesse sentido. Educação ambiental compreende os processos pelos quais indivíduo e coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, a democratização das informações ambientais, o estímulo à consciência crítica e à participação individual e coletiva são alguns dos objetivos da educação ambiental, que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não-formal.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, cabe ao poder público nos três níveis de governo, entre outras ações fomentadoras da educação não-formal, incentivar programas e campanhas educativas em veículos de comunicação de massa e a ampla participação da escola, universidade, ONGs. e das empresas, públicas e privadas, no desenvolvimento conjunto de ações com tais finalidades. Infelizmente como em diversos outros setores, legislação e prática ainda estão muito distantes.

Hoje no país, os processos de educação ambiental compreendem grande diversidade de metodologias, enfoques e abordagens. É positivo verificar que os conceitos estão sendo adequados ao público-alvo e à realidade de cada local trabalhado.

Experiências em educação ambiental comunitária indicam ser necessário descobrir quais são as prioridades, valores e interesses de cada comunidade ou bairro, para interligá-las à questão ambiental e estabelecer parcerias com outros órgãos de governo. Líderes que desfrutam da confiança da população devem ser sensibilizados a atuar como parceiros, multiplicadores e mobilizadores da ação das pessoas, todas devendo reconhecer algum benefício “real” com o engajamento no trabalho. Confiar na capacidade local de escolher caminhos coletivos e distribuir responsabilidades, tarefas e papéis para o maior número possível de pessoas é fundamental, bem como manter redes eficientes de comunicação comunitária e de agentes para contato direto com a administração municipal.

Na área de preservação e gestão de recursos naturais, educadores ambientais que até há pouco tempo trabalhavam com o conceito dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), introduzem agora um quarto – e primeiro - R (repensar), inaugurando o conceito dos 4Rs.

Nos dias atuais são comuns afirmativas que trazem as palavras: ética, responsabilidade social, consumo sustentável e viabilidade. Normalmente, elas são associadas a atitudes que o governo e as empresas precisam tomar. Quase nunca as relacionamos com o nosso modo de vida. A base do país são os cidadãos comuns, no entanto muitas vezes pedimos que as pessoas tenham atitudes que não somos capazes de oferecer à sociedade (FROES, 2003).

Trata-se de refletir sobre hábitos e costumes simples como o de escovar os dentes, que envolve potencial economia de água, uso de folhas impressas para rascunho, novos critérios de escolha de produtos no supermercado e adesão a programas de CS. O autor defende que atualmente “o mais importante é reciclar atitudes”.

As agressões ambientais são sérias, enfrentar os problemas é urgente. No entanto, educação ambiental é um processo gradual e lento que busca consciência e sensibilidade para os problemas locais e globais, aumento de conhecimento e, sobretudo, mudança de atitudes e comportamentos. Por ser um processo que alia racionalidade (identificação de problemas e

potenciais locais, estratégias, parcerias e acompanhamento) e sentimentos (respeito, auto-estima, criatividade, entusiasmo, solidariedade, flexibilidade e transformação) exige abordagem participativa (PÁDUA, 2001). Portanto, é um desafio a ser assumido por gestores públicos e privados com a fundamental parceria da sociedade.

4.8.4 Nova Metodologia de Mobilização Social

Filho et al. (2002) propõe uma nova metodologia de mobilização social: as iniciativas de gestão cidadã serão mais eficazes se saírem da cultura de dominação da natureza e infantilização que, em geral, caracterizam as ações de educação ambiental e adotarem uma linha de “empowerment” (fortalecimento, energização, empoderamento), na qual a sociedade civil não organizada seja participante ativa de uma rede para construção de uma nova ordem ecológica. Haverá um salto qualitativo na gestão ambiental quando os cidadãos forem adequadamente valorizados e reconhecidos como elementos fundamentais no processo.

A metodologia está sendo defendida e difundida pelo Instituto de Resultados em Gestão Social, de Belo Horizonte/MG, por meio da publicação “Gente Cuidando das Águas”. O ponto de partida é a noção de que qualquer pessoa pode ajudar a transformar a realidade ao decidir fazer parte “da solução” e não “do problema”. Os indivíduos são estimulados a pensar universalmente e a cuidar localmente, a partir da própria casa, buscando entrar numa rede maior de influências e ações coordenadas, começando pela revisão dos hábitos básicos de consumo doméstico.

Os autores, apoiados em estudos e na observação do comportamento humano, afirmam que, em geral, nós somos a expressão do que acreditamos ser a verdade e daquilo que adotamos como mais conveniente ou, ainda, julgamos mais confortável nos aspectos emocional, social, econômico e profissional. Clichês comportamentais como “palavra de rei não volta atrás” (dificuldade de reconsiderar posições), “manda quem pode, obedece quem tem juízo” (dominação e baixa capacidade de negociar) e “cada macaco em seu galho” (omissão e isolamento) moldam ações, influenciam decisões e padronizam reações. Para quebrar clichês e mudar comportamentos, há que se ter disciplina metodológica e priorizar o “por que fazer”, o “como fazer” e “o quê fazer”, nessa ordem. Finalmente, reconhecem que os processos de mudanças costumam demandar “umas sacudidas para fazer caírem as fichas”.

Para Scliar (2002), hábito é um comportamento automatizado, algo que fazemos mecanicamente, sem nos darmos conta. A grande vantagem e, ao mesmo tempo, o grande problema do hábito é justamente a automatização: escovamos os dentes de forma automática,

no entanto, tiramos um cigarro do maço também sem percebê-lo. Como neutralizar essa automatização? Pela conscientização. Esse seria o primeiro passo de um processo de mudança e, em matéria de hábitos que nos prejudicam, mudar é uma grande vantagem. Pode-se traçar um paralelo com a conscientização ambiental. Para muitas pessoas descartar recicláveis na lixeira comum é um hábito, justificando o chamamento à reflexão.

Segundo especialistas, a sociedade vem mudando a sua percepção graças à mídia, às experiências de educação ambiental e à atuação de diversas ONGs. Ela começa a vivenciar novos valores e influenciar os tomadores de decisão a adotar novos paradigmas, numa visão diferente da antropocêntrica e utilitarista que tem predominado a relação com o meio natural. O homem deixa de ser um componente da paisagem e identifica-se como um ser do ecossistema. Um processo eficiente de gestão ambiental demanda, portanto, ações colegiadas e participativas e autogestão, no qual os governos compartilham responsabilidades com os cidadãos.

4.7.5 Educação Ambiental na Esfera Pública Estadual

Em 1989, o DMLU passou a abordar a questão do lixo sob a ótica e os princípios da educação ambiental. Ante uma situação de iminente colapso e calamidade pública dos lixões, foi criado o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, sendo a CS adotada como importante instrumento educativo. Segundo o DMLU, a escola por se tratar de espaço de construção de conhecimento, formulação de conceitos e reflexão permanente é um fórum privilegiado.

A SEMA, através da Assessoria de Educação Ambiental, busca por meio da sensibilização, da informação e da participação de diversos segmentos da sociedade uma tomada de consciência dos problemas ambientais e suas possíveis soluções. As principais atividades desenvolvidas são: o Circo Ambiental – Reciclagem de Idéias, cursos, oficinas, palestras e atividades multi-interativas.

No Circo, destaca-se a personagem Recicleide, uma defensora da vida no planeta que, interagindo de forma divertida e lúdica, dá oportunidade às pessoas de reciclarem idéias e mudarem comportamentos na relação com o meio ambiente. As oficinas abrangem reciclagem de papel e construção de instrumentos musicais e brinquedos, a partir de sucatas, e procuram sensibilizar o público para a separação do lixo seco e sua reutilização. Durante as atividades multi-interativas são abordados aspectos da realidade comunitária e buscadas soluções coletivas.

A Companhia Rio-grandense de Saneamento empreende várias atividades, como mutirões de limpeza de rios, plantio de mudas nativas e oficinas, focadas na preservação ambiental. Por meio de teatro, cinema e da música busca construir valores culturais em benefício da natureza. A peça teatral Mambembe Ambiental, o curta-metragem “O Príncipe das Águas” e o Compact Disc “Planetinha Água” são exemplos de experiências exitosas citadas pela empresa como responsáveis pelo “despertar ecológico” dos gaúchos.

Uma das estratégias do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) para conscientizar a população sobre os riscos de jogar entulhos nas ruas e não acondicionar bem o lixo doméstico é distribuir material educativo e promover exposições de objetos recolhidos das bocas-de-lobo da cidade. Alunos do curso de Liderança da Associação Cristã de Moços auxiliam no trabalho com parte das atividades práticas previstas. Em outubro de 2002, meia tonelada de detritos foi retirada da foz do arroio Dilúvio que, por cerca de 18 km, atravessa Porto Alegre e desemboca no lago Guaíba. A mídia jornalística dá destaque à iniciativa e detalha os citados riscos:

- a) proliferação de moscas, mosquitos, vermes, ratos e microorganismos transmissores de doenças como a leptospirose e as verminoses;
- b) entupimento de bueiros que deixam de escoar a água das chuvas e provocam inundações, transtornos e prejuízos no trânsito; e
- c) gastos públicos em manutenção que poderiam ser melhor aplicados em obras de infra-estrutura.

Os alunos constatarem que materiais reaproveitáveis são descartados. Segundo depoimentos, os jovens acreditam estar cumprindo a sua parte e reconhecem que a necessidade de mudança é profunda. Apesar de vítima do assoreamento do Guaíba, um morador de rua, de 19 anos, que acompanhava o trabalho não conseguiu entender a relação entre o lixo jogado e o transbordamento das águas, tampouco acreditou que a água potável que abastece a cidade provém do lago.

Representantes do DEP pretendem sensibilizar alunos de outras escolas a participar dos mutirões e tomar consciência de que podem ajudar na limpeza da cidade. O departamento comemorou, em novembro de 2002, oito anos do programa “Arroio Não é Valão”, desenvolvido por sua equipe de educação ambiental.

Um protótipo de arroio, feito com piscina plástica cheia de bolinhas, peixes, tartarugas e flores confeccionados com garrafas PET, foi levado, em fevereiro de 2003, à praia do Lami, zona sul de Porto Alegre, com o objetivo de sensibilizar os frequentadores, adultos e crianças, para a importância da conservação dos mananciais. O projeto do DEP “Exposição Arroio Esperança” compara um arroio limpo e outro poluído.

Uma ação comum durante o verão nas praias do Litoral Norte do estado consiste em convocar adolescentes, integrantes de projetos sócio-educativos, a distribuir sacolas para lixo na orla marítima. Acompanhados por monitores, os jovens têm a incumbência de orientar os veranistas quanto à necessidade da preservação ambiental. Cada grupo, durante duas horas, faz a entrega e, em contrapartida, ganha lanche, uniforme, transporte e uma bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00. Em Tramandaí/RS, o projeto Praia Limpa/2003, a cargo da pasta da ação social, contou com parceiros privados, distribuiu 40 mil sacolas plásticas e beneficiou 100 jovens de 14 a 16 anos. O objetivo é que eles se transformem, a partir de sua própria sensibilização, em agentes multiplicadores de informações preservacionistas.

O programa Agrinho, implantado há sete anos no Paraná, foi lançado em fevereiro de 2003 no RS, objetivando combater o alto índice de agrotóxicos nas lavouras, melhorar a qualidade de vida e a consciência cidadã. Mais uma vez, as crianças são o foco do projeto de educação ambiental, que pretende atingir 50 mil alunos da rede pública de ensino.

Em Sapucaia do Sul/RS, alunos da rede municipal atuam como Guardiões Ambientais e desempenham o papel de multiplicadores da educação ambiental. Eles visitam usinas de reciclagem como parte das atividades do curso “Lixo: Uma Fonte de Trabalho e Renda”. A chamada que a prefeitura de Gravataí/RS adota em suas campanhas, desde 2000, é interessante e oportuna: “O lixo jogado no lugar errado volta para você”.

O 2º Encontro Infanto-Juvenil de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, promovido pelo Comitê de Gerenciamento da mesma, envolveu cerca de 500 alunos de escolas públicas locais. Quinze equipes batizadas com nomes de peixes da região participaram de gincana às margens de um dos afluentes do rio e de atividades diversas ligadas à preservação da natureza.

Observa-se que a maior parte das ações tem nas crianças e jovens o seu foco principal, o que é elogiável e importante numa visão de futuro. No entanto, a participação da sociedade adulta é, em geral, passiva e receptora de cartilhas, folhetos, sacolas, informações e orientações. Algumas pessoas, provavelmente, incorporam novos hábitos, porém grande parte continua poluindo, degradando, não separando resíduos domésticos ou se omitindo. Novas abordagens merecem ser experimentadas, pois a problemática do lixo ganha complexidade com o desenvolvimento das cidades e exige resultados mais imediatos e vigorosos.

4.9 PROGRAMAS DE QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO

O tópico introduz alguns conceitos e objetivos dos programas de qualidade e certificação que se constituem, ainda, num desafio para a administração pública e várias empresas de diferentes segmentos. A relação com o escopo do estudo ficará mais evidente nos Caps. 6 e 8, onde, entre outros tópicos, serão abordados, respectivamente, os modelos de gestão do DMLU e de boa parte das imobiliárias locais.

Em geral, as iniciativas setoriais que buscam desenvolver programas de qualidade e obter certificações para produtos ou processos têm foco nos clientes ou usuários, que assim dispõem de garantias e maiores subsídios para decidir compras ou contratar serviços.

Para Silveira (2001), embora poucas empresas (20%) entre as “500 Maiores e Melhores” da Revista Exame declarem adotar, atualmente, a gerência pela qualidade total, seria injusto negar que o movimento deixou um saldo positivo. Certamente muitas, que não reportam o uso, se valem dos seus conceitos no mínimo para gerenciar processos de trabalho. O desgaste dos programas de qualidade pode ser atribuído aos custos de treinamento e implantação, às dificuldades em mantê-los, a promessas não cumpridas e à diferença que há entre a “pregação” e “ação” por parte dos líderes.

Em 1992, a primeira publicação dos Critérios de Excelência para o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) ainda mencionava a gestão da qualidade total. Os requisitos do prêmio vêm sendo reformulados para incorporar novas técnicas e modelos bem-sucedidos. Hoje, o PNQ é o mais eficaz modelo de avaliação de performance disponível no Brasil, tanto para empresas de qualquer porte, como para órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos. Não é relevante discutir o “frasco”, mas o “conteúdo”. As empresas que almejam ser de classe mundial não podem deixar de aplicar vários de seus conceitos, requisitos e recomendações (SILVEIRA, 2001).

Uma prova de qualidade, assim é definida a conquista da Certificação ISO da International Organization for Standardization, organização que tem por objetivo promover, em âmbito mundial, o desenvolvimento da normalização e das atividades relacionadas, visando facilitar o intercâmbio de bens e serviços. Entre as certificações mais popularizadas estão: a série ISO 9000 (sistemas para gestão e garantia da qualidade) e ISO 14000 (gestão ambiental).

O processo de implantação é tarefa em geral difícil por implicar forte mudança de conceitos. Padrões são estabelecidos para todas as atividades da empresa e os funcionários participam de uma série de treinamentos. A mais eficaz das razões que levam uma empresa a

implantar a série 9000 é a conscientização da alta administração, seguida de razões contratuais, competitividade e até modismo, embora no último caso, normalmente, o processo seja abandonado no meio do caminho por falta de comprometimento da alta cúpula.

Lançada oficialmente no país, em novembro de 2002, a norma brasileira NBR ISO 14040 complementar a família ISO 14.000. Trata da avaliação do ciclo de vida dos produtos, que impõe a análise dos componentes da cadeia de suprimentos e considerações sobre o fim da vida de produtos e embalagens produzidos. Dados quantitativos sobre aspectos ambientais como emissões, consumo de recursos e geração de resíduos são levantados nas diferentes unidades da cadeia de produção e consumo. Única ferramenta de gestão ambiental aplicada do berço ao túmulo dos sistemas produtivos, a análise do ciclo de vida é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável.

Para Silva (2003), a Filosofia dos 5S, ferramenta que em geral dá início aos programas de qualidade total, tem sido uma das formas mais bem-sucedidas e eficazes de formatar planos de ação que buscam mudanças profundas nas pessoas, organizações e até mesmo em países. Os mencionados 5S dizem respeito a sentidos (hábitos ou virtudes) fundamentais, cuja origem são as palavras japonesas seiri (utilização), seiton (ordenação), seiso (limpeza), seiketsu (saúde) e shitsuke (autodisciplina).

Segundo o autor, no Brasil está em curso um movimento informal que almeja transformar a cultura nacional por meio da adoção dessa filosofia. Embora cada pessoa ou organização deva interpretá-la conforme a sua realidade, Silva apresenta uma proposta que julga compatível com as necessidades brasileiras atuais.

Com o desenvolvimento do senso de utilização, os recursos serão em geral melhor aproveitados. Ele refere-se ao combate ao desperdício para fazer frente à fome e à miséria, mas também ao melhor uso dos talentos humanos na geração de novos negócios, produtos e processos, elevando a competitividade do país.

O senso de ordenação (organização, sistematização) decorre do domínio da dinâmica do conhecimento. Boas práticas de gestão e educação, aperfeiçoadas no dia-a-dia geram competência e oportunidade para inovações, assegura o autor. Desenvolver o senso de limpeza é fundamental para conservar: meios de produção, meio ambiente, higiene pessoal e boas relações humanas. Praias e cidades (limpas, organizadas e seguras) e cidadãos cordiais são garantia de captação de bilhões de dólares em turismo (SILVA, 2003).

As bases para qualidade, produtividade, segurança do trabalho e saúde ocupacional estariam garantidas com a prática e desenvolvimento dos três sentidos anteriores. No entanto, a plenitude da energia necessária para a ação inteligente só se obtém de pessoas saudáveis em

termos físicos, emocionais e espirituais. O desafio da saúde plena é um ideal do qual ainda se está longe, mas é preciso mantê-lo como uma visão poderosa de futuro.

Na ótica do autor, o último dos sentidos (autodisciplina), virtude suprema de todas as culturas, civilizações, filosofias e religiões, decorre do desenvolvimento sistemático dos anteriores e do esforço para a permanente atualização do potencial humano. A solução de problemas, pequenos ou grandes, por indivíduos e equipes contribui para o crescimento humano.

Silva (2001) reconhece que a visão ideal apresentada, embora longe da prática atual, é uma referência para se construir pessoas e organizações mais saudáveis e competitivas. Cita o Japão, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan como exemplos de países que a adotam. Na Alemanha, França e Estados Unidos, o conceito pode ser percebido implicitamente. A globalização econômica impõe aos países, em especial aos periféricos, desafios crescentes de competitividade e mudanças culturais e organizacionais profundas.

Para Moura (2003), produtos, preços, variedade, sistemas de informação e tecnologia ficarão cada vez mais parecidos. É chegada a hora de investir nas pessoas, na atração, retenção e desenvolvimento de talentos e na gestão inteligente do conhecimento. Nas empresas atuais, todos ensinam e todos aprendem a todo o instante. E não há melhor professor que o cliente. Ao satisfazer suas exigências e perscrutar suas necessidades, estamos aprendendo a trabalhar cada vez melhor, seja na indústria, varejo ou serviços. Bom atendimento é conteúdo e não simples intenções ou gentilezas que agradam, mas não convencem.

No RS, as lideranças do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) esperam uma participação mais efetiva do setor público nas ações do movimento pela qualidade. O contribuinte tem de ser tratado com respeito, como cliente. Uma premiação especial para as prefeituras que aderirem está em estudo. No estado, há 155 municípios engajados, com reflexos na arrecadação de algumas administrações.

Seguindo as inovações desenvolvidas para o PNQ, o PGQP ampliou o critério “sociedade”, incluindo a responsabilidade social na sua oitava edição (2003). Segundo seu presidente, a atualização está sintonizada com a busca de novos patamares de exigência e com as evoluções tecnológicas de gestão, que contribuem para a melhoria da qualidade.

Atualmente o programa gaúcho tem a adesão de cerca de 6 mil organizações, envolvendo 960 mil pessoas, e direciona seu trabalho para área de gestão de serviços públicos.

4.9 GESTÃO EMPRESARIAL NA ÁREA DE SERVIÇOS

O tópico reúne exemplos de empresas do segmento que se mobilizam para qualificar sua atuação e algumas considerações sobre os desafios que envolvem o planejamento das atividades, a satisfação de clientes e a busca da qualidade.

Na área já possível identificar gestores preocupados em dar maior visibilidade aos negócios e melhorar o atendimento prestado. Os usuários de serviços notariais têm se beneficiado da informatização e modernização dos espaços físicos dos cartórios. A participação institucional em feiras da indústria da construção civil é um dos meios utilizados por um tabelionato de Porto Alegre para se aproximar da comunidade.

Outro exemplo de foco no cliente e prática de gestão diferenciada é o adotado por um grupo de administradoras de condomínios catarinense, que decidiu se unir para ganhar força na negociação com comerciantes e prestadores de serviços. O credenciamento de fornecedores permite o acesso a empresas de qualidade comprovada. Convênios firmados pela associação garantem benefícios em supermercados, farmácias e postos de gasolina aos moradores de condomínios associados. Hoje a atuação da entidade extrapola as ações comerciais: um tribunal de mediação e arbitragem foi criado com o objetivo de solucionar pequenos litígios por meio de acordos, evitando levar as questões aos fóruns judiciais. No futuro, a intenção é constituir uma cooperativa para centralizar as compras do setor e obter melhores condições negociais.

Com o objetivo de avaliar as empresas e profissionais que atuam no âmbito das organizações contábeis no RS, uma pesquisa que dará suporte a projeto de qualificação do segmento vem sendo desenvolvida desde o final de 2002 e evidencia a preocupação com o posicionamento estratégico no mercado.

Empresa de informática porto-alegrense comercializa com sucesso software que, aprimorado com a ajuda de padres, está auxiliando no gerenciamento contábil e na administração da rotina de mais de 400 paróquias de sete das 16 dioceses do estado. A ferramenta que permite interligação entre igrejas e dioceses já estaria sendo empregada em mais dois estados brasileiros. O fato mostra que a busca da inovação não é uma exigência apenas de empresas industriais e comerciais e que parcerias qualificadas são possíveis em diversos segmentos.

Segundo Bertozzi (2003), os pequenos escritórios jurídicos estão preocupados com o futuro. O excesso de profissionais, a especialização, a invasão de corporações jurídicas estrangeiras e a possibilidade real de perda de clientes e de mercado forçam uma mudança de

cultura. Hoje quem não souber vender seus serviços ou se diferenciar, como qualquer outro empresário, corre o risco de desaparecer.

Planejar é uma forma de quantificar expectativas para perseguir metas. O autor propõe seis passos básicos “para sair da inércia”: inovação em serviços, consolidação da marca, planejamento estratégico, internet como canal de comunicação com o cliente, parcerias e fusões entre escritórios e investimento em relacionamento com clientes.

Por outro lado, especialistas em marketing estão convictos de que o cliente é o foco e a nova orientação para os negócios. A empresa não pode se abster de ações que visem ao diálogo, ao relacionamento e à retenção de clientes. Há uma proliferação de soluções tecnológicas para conhecimento e tratamento individual de cada cliente. A internet, que permite frequência de contato a um custo bem menor, comparado a outras mídias, exerce um papel fundamental. Uma página atualizada, além de “folder eletrônico”, é uma forma de ampliar a relação e disponibilizar a informação, reduzindo o número de contatos telefônicos, com vantagens para ambos, empresas e clientes.

Silva (2003) levanta alguns motivos que estariam impedindo as inovações nas organizações industriais brasileiras que, provavelmente, também se aplicam ao segmento de serviços: cultura imediatista, restrições financeiras, poucas atividades voltadas ao pensar dentro das mesmas, dificuldades de gerenciar o dia-a-dia e de abrir novos mercados. Paciência e investimento são necessários, no entanto muitos querem inovar sem pagar o preço correspondente.

É recorrente, ainda, a idéia de que sem planejamento o cotidiano das empresas se transforma numa indústria de rotinas, com pouca análise do posicionamento no mercado, das estratégias dos concorrentes e do plano de ação para o sucesso. Haveria, também, desconhecimento de ferramentas gerenciais básicas, o que dificulta a tomada de decisão.

Por outro lado, tornam-se mais comuns as certificações ISO na área de serviços. Recentemente, uma agência de propaganda de Porto Alegre recebeu a credencial de qualidade, considerada decisiva para seu processo de expansão. No ramo da administração de condomínios, uma empresa local utiliza o pioneirismo na obtenção do certificado como estratégia de marketing na internet.

Para Musa (2002), o sucesso das organizações depende do conhecimento, habilidades e motivação da força de trabalho e, sobretudo, da criatividade e inovação gerencial, tecnológica e mercadológica. É preciso aliar eficácia operacional e estratégia, a última entendida como a busca de uma posição competitiva diferenciada e sustentável. Hoje,

competitividade pressupõe desempenho econômico aliado à inserção comunitária, capaz de valorizar produtos e engajar funcionários.

Na área de serviços, diferentemente do que acontece na indústria, não há etapas físicas facilmente identificáveis, que favorecem a otimização de processos. As atividades são mais intangíveis e, portanto, de difícil mensuração e controle. A inexistência ou a baixa padronização do trabalho torna mais complexa a gestão de custos, a identificação de deficiências e a avaliação do desempenho. No entanto, a qualidade da prestação do serviço está diretamente ligada à satisfação do cliente.

Para Andreassi (2002), as empresas de serviços que procuram inovar fazendo uso da tecnologia da informação têm gerado resultados aquém do esperado. Enquanto na indústria uma inovação tecnológica pode representar vantagem competitiva pela oferta de produto diferenciado e de menor custo, na área de serviços as habilidades e capacitações dos funcionários desempenham papel central. Como os volumes são baixos e os produtos únicos, a automação se torna cara e complexa. Muitas unidades operacionais das empresas de serviços nunca foram planejadas, o trabalho segue sendo feito como há dez ou vinte anos e a introdução da tecnologia não se fez acompanhar do redesenho das operações e dos procedimentos até então adotados.

O desafio da manutenção de clientes satisfeitos, da construção de ambientes de trabalho mais eficientes e da obtenção de resultados que garantam e ampliem mercados é uma realidade para a maioria das empresas da área de serviços. Algumas se mostram criativas e abertas ao aproveitamento de oportunidades, outras certamente o farão pressionadas pelos novos paradigmas, questionamentos e preocupações que se fazem presentes nos dias de hoje.

4.10 GESTÃO PÚBLICA

Para Nery (2002), a nova dinâmica da economia mundial, decorrente do desenvolvimento tecnológico e caracterizada pela produção em escala mundial e integração dos mercados, impõe limites à capacidade de planejamento e autonomia do Estado. Nessas circunstâncias, cabe ao poder público, simultaneamente, se adequar às pressões externas e atender às demandas internas da sociedade. Exigências que se modificam qualitativa e quantitativamente e que deixam de ser apenas resultado de aspirações individuais para incorporar interesses mais coletivos, como defesa do meio ambiente, ética e cidadania.

Para aumentar sua eficiência, os novos padrões de gestão pública devem priorizar qualidade e competitividade, contemplar a aproximação com a sociedade, o que contribui para

o controle e maximização de recursos, incorporar novas tecnologias e desenvolver parcerias. Eficientes alternativas para a solução de problemas pontuais, as parcerias recuperam e aprimoram a capacidade de oferta de infra-estrutura adequada e eficiente, tão necessária ao desenvolvimento econômico e social. O crescimento do terceiro setor e do voluntariado, ao trabalhar em cooperação com o Estado e mostrar-se eficiente articulador de iniciativas, contribui para produzir respostas múltiplas e mais convergentes.

O grande desafio da gestão pública é mudar hábitos arraigados numa estrutura tradicionalmente marcada pelo alto nível de controle, pela não valorização dos resultados, pela ausência de políticas de bom aproveitamento de recursos humanos e, até mesmo, pela predominante e histórica cultura clientelista (NERY, 2002).

Há que se recusar o mito de que a competência gerencial é exclusiva do setor privado e desfazer a visão estereotipada de que “público é sinônimo de incompetência”. A saída para os novos gestores, de um modo geral, passa pela valorização da criatividade e pela gestão estratégica do capital humano, direcionada para o trabalho em equipes multidisciplinares com ênfase prioritária nos resultados, conclui o autor.

Hess (2002) defende idéias convergentes: trabalho em equipe é determinante para o crescimento das organizações, assim como o foco no cliente, a redefinição periódica do papel da empresa e a busca permanente de ferramentas de inovação. Ele alerta que é preferível instigar debates entre as pessoas, e não impor soluções. Em várias áreas, mesmo com grande quantidade de mão-de-obra disponível, a qualidade do serviço e a dedicação são diferenciais difíceis de encontrar. O líder deve ser capaz de partilhar decisões e de estimular o potencial dos colaboradores. Recomendações, enfim, que se aplicam aos setores público e privado.

Uma outra tendência gerencial inspiradora para governantes é encarar o público interno da organização como forte aliado na implementação das estratégias da companhia e, para tanto, uma comunicação interna eficiente é fundamental.

Há quem acredite ser mais “fácil” administrar a empresa pública do que a privada: não é necessário que o gestor se preocupe com a entrada de dinheiro para dar continuidade à existência da mesma, não haveria necessidade de mostrar competência ou buscar lucro. Na prática, o que acontece é que gestores públicos são constantemente substituídos, a continuidade dos projetos é complicada, os valores e crenças do novo ocupante do cargo não coincidem com a orientação anterior, a própria missão da empresa pode ser alterada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tem produzido, desde a sua aprovação em maio de 2000, alguns reflexos na administração pública e na sociedade brasileira. Ela introduz restrições que objetivam impedir que o governante, nas três esferas de poder, gaste mais do

que arrecada, prevenindo déficits reiterados e assegurando o equilíbrio fiscal. Por estar fundamentada nos princípios do planejamento, transparência, controle e responsabilização, a LRF tem sido elogiada e defendida.

Algumas contribuições de diferentes áreas profissionais têm sido apresentadas no sentido de popularizá-la, como cartilhas distribuídas a crianças visando despertar o exercício da cidadania e ensinar o princípio básico do equilíbrio das contas públicas, o desenvolvimento de sistemas de custos e indicadores contábeis para auxiliar a tomada de decisões e analisar o desempenho municipal, entre outras.

A LRF impôs maior rigidez aos gastos públicos e está fazendo com que prefeituras adotem modernos sistemas de gestão, até há pouco tempo praticados apenas por grandes empresas, com vistas a reduzir despesas e aumentar a arrecadação. Secretários de finanças admitem que a estrutura de controle dos gastos é muito deficiente, com controles arcaicos que favorecem desvios e sonegação. Em muitos casos, a informatização é ainda incipiente. As exigências da LRF, as demandas por transparência e a implementação de políticas e programas sociais, estão impondo a profissionalização dos quadros técnicos estatais.

Na avaliação de técnico do Ministério Público (MIOLA, 2003), é prioritário que as entidades governamentais mantenham detalhados registros e avaliem de forma sistemática suas fontes geradoras de despesas, procedimentos adotados em alguns setores, mas que estão longe de constituir uma “cultura administrativa”. Em nome da publicidade e transparência, é imperioso registrar, avaliar e informar aos contribuintes os custos das ações com serviços de prevenção e tratamento da saúde, educação, segurança, pavimentação e conservação de vias públicas, iluminação e coleta e transporte do lixo urbano. Hoje, recursos humanos qualificados, assessorias especializadas e ferramentas tecnológicas plenamente acessíveis viabilizam a adoção do sistema de custos na área governamental, indispensável instrumento de defesa do interesse público, da moralidade e da eficiência administrativa.

No âmbito da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras foram desenvolvidos conceitos de um sistema gerencial, denominado Gestão Econômica, voltado à eficiência e eficácia da administração pública no Brasil. O sistema contribuiria para a solução do dilema de todo gestor público: compatibilizar as demandas da sociedade com a escassez de recursos. A proposta é mensurar custos e benefícios das iniciativas governamentais e determinar o valor criado para a sociedade. Segundo especialistas, um dos graves problemas da administração pública é a baixa capacidade de integração das áreas de governo e a falta de uma sistemática avaliação do que vem sendo feito.

O foco principal da auditoria governamental, interna ou externa, tem sido a legalidade dos atos administrativos públicos, já que a essência do trabalho é verificá-los e validá-los com base em uma referência objetiva como uma lei, um decreto, uma norma técnica ou um plano de trabalho, ou seja, uma ação normatizada previamente por algum instrumento. Para Leal (2001) “auditar” eficiência, eficácia, equidade e efetividade, sem que se faça referência aos resultados desejados para os projetos, seria absolutamente subjetivo e falacioso. Parece imprescindível para a auditoria de programas governamentais conhecer necessidades e desejos da população. Os legisladores, ao aprovarem as propostas orçamentárias, deveriam simultaneamente definir modelos para aferir a satisfação da sociedade.

Beting (2002) analisa a proposta do Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que defende a adoção de metas sociais, pactuadas e amparadas juridicamente nos moldes das metas orçamentárias, inflacionárias e tantas outras contratadas nos setores de energia, telecomunicações e endividamento público. Na prática, seria um compromisso assumido pelo governo com a sociedade acerca da trajetória futura de indicadores sociais administráveis. As expectativas são de maior racionalidade na seleção de prioridades, na articulação do diálogo, na alocação de recursos, na realização e fiscalização dos programas e na aferição dos resultados. O setor público operaria com a eficiência de algumas empresas privadas, devendo o setor privado atuar com o espírito público do Estado.

Para os coordenadores do projeto, o binômio “eficiência-transparência” otimiza a governança e evita que o governo gaste mal, ainda que gastando pouco. A proposta estabelece índices de premiação orçamentária para estados, municípios e órgãos públicos que cumprirem ou superarem as metas contratadas.

No que se refere à democratização do sistema de avaliação de desempenho, Faria (2002) considera que um modelo eficaz deve mapear não apenas competências e habilidades necessárias ao exercício das atividades funcionais com padrão de excelência, mas envolver a participação de todos os afetados pela performance do avaliado, ou seja, clientes, fornecedores, superiores, subordinados e pares, evitando considerar apenas as percepções de uma única pessoa, normalmente o chefe.

Na busca pela competitividade, as organizações passaram a trabalhar em equipe, delegaram mais responsabilidade a seus colaboradores, recorreram a parcerias com fornecedores, implementaram novas tecnologias e métodos para identificar e satisfazer as necessidades de clientes. No entanto, quando se trata de avaliar desempenho, há uma grande resistência em dividir essa responsabilidade. Prevaleceriam, ainda, o temor da perda de

autoridade e de recompensas, o receio da interferência de clientes e fornecedores (embora diretamente afetados) e a falta de uma visão mais ampla da organização.

Há que se evoluir do conceito de chefe para o de líder e perceber que a autoridade decorrente do respeito, da ética, do profissionalismo e dos resultados obtidos tem muito mais força do que àquela delegada pelo cargo (FARIA 2002). São idéias que poderiam prosperar também na esfera pública com resultados potencialmente estimulantes.

5. PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS DE COLETA SELETIVA

O capítulo registra ações municipais ligadas à CS que evidenciam a preocupação de alguns gestores em implementar medidas que contribuam para sua ampliação e melhoria. Quanto à CS em condomínios, foram reunidas: experiências associadas ao trabalho de entidade do terceiro setor, colocadas à disposição do público na internet e decorrentes da atuação de duas administradoras de imóveis paulistas.

O painel resultante apresenta orientações úteis às empresas, órgãos públicos, entidades e síndicos interessados no tema. O Quadro 01, apresentado ao final, objetiva consolidar aspectos relevantes e reiteradamente mencionados.

5.1 COLETA SELETIVA MUNICIPAL

5.1.1 Prefeitura de Jundiaí/SP

A prática de acondicionar o lixo doméstico em sacolas plásticas “de supermercado” já faz parte dos usos e costumes no país. Em Jundiaí/SP, o hábito terá a função adicional de melhorar o resultado da CS. A prefeitura prepara decreto que obrigará as redes da cidade a distribuir sacolas de duas cores em seus caixas: brancas e verdes, as primeiras para o lixo orgânico e as verdes para o reciclável.

Uma experiência-piloto com rede varejista local resultou na elevação de 10 para 12% no volume de lixo destinado à reciclagem. Campanha deverá apoiar a decisão e objetiva ampliar o número de adesões. Menos da metade da população tem o hábito de separar, embora o programa seja conhecido e aprovado por 90% dos cidadãos. Paralelamente, o município realiza um cadastramento para medir qual é a parcela de lixo coletado pela força de trabalho informal dos catadores.

Após o esgotamento de aterro operado em consórcio com outros cinco municípios, a prefeitura enfrentou muitas resistências e impedimentos para criar outro, tanto na área urbana como na rural onde o bloqueio partiu de ambientalistas.

Segundo avaliação das autoridades, o problema da rentabilidade das empresas que operam com o lixo reciclável é a ausência de investimento na industrialização dos resíduos. Parcerias são necessárias para manter a operação, em geral deficitária. Materiais semiprocessados alcançam valores três vezes maiores que os brutos, confirmando análises especializadas.

5.1.2 Prefeitura de Curitiba/PR

Há dois anos, Curitiba mantém um projeto especial que recolhe exclusivamente produtos tóxicos domiciliares e tem apoio direto da população, que deve separar e armazenar em caixas ou latas rígidas e bem fechadas materiais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, medicamentos vencidos, embalagens vazias de inseticidas, tintas e “toners”. Os produtos levados até o terminal de ônibus mais próximo são coletados, mensalmente, para posterior e adequado tratamento em central mantida por empresa responsável pela coleta de lixo, evitando-se que mais de nove toneladas de produtos tóxicos sejam despejadas, anualmente, no aterro da Caximba, destino final de todo o lixo da cidade.

Os metais pesados como níquel, cádmio e mercúrio contidos nos citados produtos atingem lençóis freáticos e, conseqüentemente, a água que será consumida pelo homem ou servirá para irrigar plantações. Os prejuízos à saúde variam de acordo com o tipo de produto, do tempo a que está exposto ao meio ambiente e da forma de contato, sendo o acúmulo de metais pesados danoso no longo prazo. A exposição contínua a produtos tóxicos está associada a problemas renais, neurológicos, respiratórios, hematológicos (medula) e, num prazo maior, até ao câncer.

As estatísticas indicam que os produtos mais recolhidos são lâmpadas (24%), tintas e medicamentos (22% cada) e, em menor quantidade, produtos químicos em geral (11%) e pilhas e baterias (8% cada). Há expectativa de que com o tempo a população se sinta mais estimulada a participar e, conforme o aumento da demanda, a coleta poderá ser feita como a tradicional, de porta a porta.

5.2 COLETA SELETIVA EM CONDOMÍNIOS

5.2.1 Experiências do Terceiro Setor e Divulgadas na Internet

5.2.1.1 Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente

O Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente, criado em 1999, é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem por finalidade principal desenvolver a cidadania e a educação ambiental. Orienta condomínios, empresas, escolas, associações de bairros e até prefeituras na implantação da CS de lixo. As fundadoras e atuais diretoras são funcionárias concursadas da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo.

O trabalho desenvolvido pelo GEA, que na medida do possível atende outros estados brasileiros, é gratuito, exceto para organizações privadas, pois a prestação de serviços remunerados garante o atendimento a grupos que não dispõem de recursos.

No Instituto, os interessados encontram listas com endereços de compradores de material reciclável, de entidades beneficentes que recebem doações, de artistas que trabalham com sucata, de fabricantes de contêineres, entre outros. As pessoas saem da organização visualizando os próximos passos, “não realizamos o trabalho por elas”, afirmam as dirigentes da entidade e destacam que reciclagem envolve mudança de hábitos e de comportamento.

Contando com suporte técnico especializado e a colaboração de voluntários, o GEA: a) responde questões relacionadas ao lixo, CS e reciclagem; b) organiza reuniões com interessados para definir qual o programa mais adequado às suas condições materiais e financeiras; c) desenvolve projetos remunerados específicos; d) assessora grupos na formação de cooperativas ligadas à CS; e) elabora materiais educativos e realiza palestras de conscientização, oficinas, cursos e treinamentos ambientais.

Para subsidiar o presente estudo, o GEA foi convidado a responder alguns quesitos sobre: a) as principais dificuldades e fatores de sucesso envolvidos na experiência com condomínios; b) projetos conhecidos de iniciativa de administradoras de imóveis; e c) posturas públicas desejáveis no trato da problemática.

A experiência do GEA revela que não existe um modelo padrão de projeto de CS, devendo ser consideradas de modo isolado as especificidades de cada condomínio. Exemplifica: nem sempre a colocação de lixeiras é obrigatória, pode-se usar um espaço vago, comprar caixas de plástico comuns ou sacolas chamadas “bags” para armazenagem.

Fundamental, no entanto, é sensibilização para mudança de comportamentos: fazer com que as pessoas não apenas separem seu lixo, mas reutilizem e reduzam o mesmo, o que exige metodologia eficiente e eficaz de abordagem.

Os fatores de sucesso são: grupo interno realmente interessado, programa eficiente de educação ambiental baseado nos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), com estratégia diversificada para trabalhar a informação (faixas, palestras, oficinas, jornal), e realimentação do processo (após alguns meses do início, retomar alguma atividade mostrando que o programa realmente funciona – ação sistemática). Fracassos ocorrem quando: a atuação se restringe a apenas uma pessoa e não um grupo forte interno; há interesses conflituosos entre condôminos ou com a administração do prédio em relação à CS; ou ainda, problemas no gerenciamento ou falta de seriedade e regularidade na remoção dos materiais recicláveis.

Nos últimos três anos, 50% dos atendimentos feitos pelo GEA referem-se a condomínios (verticais e horizontais) e, normalmente, estão associados a padrões de renda mais altos interessados em vender seu lixo, porém que acabam doando-o ao perceberem que o retorno é muito baixo. Na avaliação do Instituto, os projetos conduzidos por administradoras de condomínios, em geral focados apenas no fator econômico (venda de um projeto-padrão), não servem de modelo, pois os problemas imediatos (lixeiras e recolhimento) são solucionados, ficando prejudicada a continuidade da educação ambiental.

Na visão do GEA, cabe ao poder público atuar no fortalecimento e criação de cooperativas de catadores - aí incluídos compra e doação de equipamentos, local para funcionamento e programa de capacitação -, de forma a organizar a comercialização conjunta de materiais e evitar a ação de “atravessadores”. Assim, a CS não dependerá de investimento contínuo, passível de interrupção nas mudanças de mandatos políticos.

5.2.1.2 Orientação pela Internet

Alguns “sites” mantidos na internet oferecem dicas, relatos de experiências e dificuldades na implantação da CS em condomínios. O posicionamento contrário de alguns síndicos, que consideram apenas mais uma “chateação”, ou de moradores que julgam o esforço desnecessário e de pequena importância financeira, se contrapõe a casos de “contágio de entusiasmo” como o promovido por moradora de prédio paulista, onde a adesão inicial de 14 apartamentos após três retiradas de material, feitas a cada 15 dias, contabilizou 792 kg de papel mesmo tendo enfrentado a resistência da síndica.

O desafio de encontrar mercado para alguns materiais recicláveis, como certos tipos de plásticos e isopor, não deve ser motivo de desânimo, alerta Pólita Gonçalves, do site www.lixo.com.br, que encara o fato, e até mesmo a perda dos mesmos, como parte do processo de evolução e contabiliza a mudança de hábito gerada pela CS como o ganho significativo: o cidadão consciente passa a demandar correção ambiental das indústrias e a exigir mais produtos “verdes”.

Recentemente algumas iniciativas na área da internet foram avaliadas segundo os critérios de potencial de mercado, inovação e consistência de modelo de negócio. O portal SíndicoNet seria uma delas. Ele disponibiliza orientações e materiais personalizados para fins de implantação da CS em condomínios, por entender que as administradoras podem ter um papel central no processo que, além de beneficiar a natureza, fortalece sua posição junto a clientes e conta pontos na conquista de novos.

Os procedimentos da CS em prédios de pequeno e médio porte são considerados muito simples. Porém, há aspectos que merecem ser salientados: a) o lixo reciclável não deve ser depositado na porta do prédio e sim retirado por empresa, entidade ou catador; b) todos os moradores devem saber que há CS; c) pode ser interessante convocar reunião com empregadas domésticas e faxineiras para explicar, de forma simples e objetiva, os procedimentos a serem adotados; d) deve-se alertar a todos que os materiais recicláveis devem estar livres de restos de alimentos e bebidas, por questões de higiene e para fins de melhor comercialização e reaproveitamento; e) normalmente, os gastos são pequenos não sendo necessário convocar assembleia; e f) havendo quadro de mensagens ou mural, pode ser interessante criar um “espaço reciclagem”, a ser alimentado com dados sobre a evolução da coleta no prédio, cartazes e matérias sobre os benefícios socioambientais decorrentes.

A infra-estrutura necessária para prédios menores compreende muitas vezes uma lixeira específica por andar, não havendo necessidade de efetuar distinção por tipo de material, trabalho que fica a cargo das cooperativas que farão a triagem. Em grandes condomínios, a recomendação é contar com recipientes distintos para papel, plástico, vidro e metal, instalados no térreo ou na garagem, e acumular estoque suficiente de material que interesse à empresa compradora, porém não em demasia.

O alerta para armazenagem em local isento de infiltrações e afastado do lixo orgânico e de instalações elétricas é importante, pois são itens altamente combustíveis. Lixeiras com rodas e manuseio dos resíduos com luvas e botas complementam as dicas úteis ao processo, que pode destinar eventuais receitas para gratificações ou sorteio de brindes aos funcionários

do condomínio. As informações disponibilizadas no portal referem-se à realidade do mercado de São Paulo, no entanto algumas são gerais e aplicáveis em qualquer região do país.

A experiência do prédio que começou a CS há 20 anos literalmente “por acidente” (manuseio pelo zelador de saco de lixo com vidro quebrado) é um exemplo típico. Um programa mais organizado, adotado nos últimos sete anos no condomínio, prevê que os próprios moradores depositem o material reciclável em latas específicas. O resultado é a redução expressiva da carga na lixeira geral, hoje restrita ao lixo orgânico recolhido pelo município. Dos cerca de 2 mil condôminos, 50% participam do programa, que coleta 10 toneladas de recicláveis e fatura R\$ 500,00 por mês, revertidos para fundo de assistência a funcionários, explica a síndica.

Outra realidade divulgada no portal apresenta o histórico de um projeto de iniciativa popular, surgido em 1999, o Reciclázaro que, tendo iniciado com o apoio de paróquia local, é hoje uma cooperativa de catadores que possui cerca de 50 parceiros e “recupera resíduos e pessoas”, antigos moradores de rua e trabalhadores explorados por ferros-velhos com péssimas condições de vida, que agora têm renda e dignidade.

As experiências mostram, ainda, que: a adesão acontece de forma gradual, o investimento na educação deve ser permanente e um trabalho “corpo-a-corpo”, centrado em reuniões de orientação, às vezes é necessário e compensa todos os esforços. Atingir a marca de mil toneladas de materiais comercializados foi muito gratificante para os cerca de 3 mil moradores de um loteamento no litoral paulista, que começou a seletiva em 1992.

Há, igualmente, casos de abandono e dificuldades atribuídas ao afastamento dos síndicos responsáveis, à falta de colaboração interna ou à CS ineficiente que gera reclamações de mau cheiro. É consenso que, antes de introduzi-la em edifícios, é fundamental atentar para as condições de higiene e limpeza das dependências, estimulando moradores a adotar atitudes práticas e a perceber os vínculos com a melhora da qualidade de vida.

O sucesso da estratégia de implantação depende da sensibilização de todos os moradores e funcionários para a importância da separação, da clara demonstração de apoio do síndico e empresa administradora, do entusiasmo dos coordenadores, da adesão do pessoal da limpeza e da identificação dos mercados locais para os resíduos recicláveis.

As fases de planejamento, implantação, avaliação e manutenção da CS são amplamente detalhadas, cabendo destacar algumas considerações: a) reunir o maior número de informações sobre o tema (realidade do saneamento e reciclagem no município); b) situação atual de acondicionamento e coleta de lixo no edifício; c) discussão da organização com moradores e empregados para integração do assunto ao cotidiano; e d) avaliação

sistemática do projeto para eventuais correções de rumo ou ampliação, quando são examinados o adequado recolhimento e número de pessoas participantes, o respeito ao conceito dos 3Rs, a publicidade do destino dos recursos, o interesse de prédios vizinhos, entre outros aspectos.

O resultado financeiro da CS, normalmente, é baixo, sendo o valor das receitas distribuído entre os empregados envolvidos ou aplicado na compra de utensílios. Dados relativos a um edifício paulistano de 100 apartamentos e 370 pessoas residentes apontam um resultado financeiro anual de R\$ 7.362,00, concluindo-se que os ganhos significativos são a preservação do meio ambiente e a conseqüente qualidade de vida para todos.

5.2.2 Experiências de Administradoras de Imóveis

5.2.2.1 Posturas do Sindicato da Habitação-SECOVI-SP

O Sindicato da Habitação (SECOVI-SP), amparado em estudos do Núcleo de Políticas Estratégicas da Universidade de São Paulo, informa em sua página na internet que o modelo ineficaz de recolhimento de resíduos utilizado no município é responsável por uma perda de receita da ordem de R\$ 800 milhões por ano, podendo chegar, nacionalmente, a R\$ 4,6 bilhões anuais. A entidade relaciona uma série de dicas para implantação da CS, muitas já mencionadas anteriormente, e lembra que: a) sucata limpa e separada alcança melhores preços; b) as cores padronizadas para contêineres são vermelho para plástico, azul para papéis, amarelo para metais e verde para vidros; e c) é preciso ampla divulgação, sobretudo entre as crianças.

O Programa Qualidade Essencial (PQE) é uma certificação, renovada anualmente, que o SECOVI-SP concede às empresas imobiliárias que se comprometem com dois requisitos básicos: a) obediência a um conjunto de normas de conduta (código de ética e responsabilidade) definidas, orientadas e fiscalizadas por um Conselho Arbitral; e b) atendimento a uma programação anual de cursos e eventos, especialmente desenvolvida para treinamento, atualização e capacitação de seus recursos humanos. Os segmentos atendidos pelo PQE são compra e venda, administração de condomínios e locação. Consta que programa semelhante teve início na base territorial do Paraná.

5.2.2.2 A experiência da Matias Imóveis Ltda

A Matias Imóveis Ltda tem sede em São Paulo e adota o seguinte slogan na internet: “Uma empresa que se preocupa com o meio ambiente”. Atua há mais de 20 anos no mercado imobiliário, tem administração familiar e 42 funcionários, e afirma pautar sua gestão pelo compromisso com a preservação ambiental e responsabilidade social corporativa. Participa do PQE do SECOVI-SP e exibe certificação internacional como especialista em administração de condomínios.

A íntegra do questionário enviado à empresa consta do Anexo A. O retorno foi dado, de forma parcial, pelo diretor comercial Rodrigo Matias por meio de contato telefônico mantido em 27/02/2003. As considerações mais relevantes são as seguintes: a empresa criou o projeto “Reciclondomínio” há 18 meses como parte de seu programa de gestão ambiental, motivada pelo ambiente favorável surgido com a crise de energia elétrica que afetou mais drasticamente a Região Sudeste do país, e também, ao constatar que internamente utilizava 70 kg de papel/dia, o equivalente a mais de uma árvore derrubada.

Considerando que o homem é formado 90% por hábitos, sendo grande a dificuldade em mudá-los, especialmente no caso da conscientização ambiental que envolve pensamentos abstratos e resultados não imediatos, o Reciclondomínio foi lançado com o objetivo de mudar tal situação.

A adesão é voluntária e cerca de 25 condomínios já participam. O interesse despertado nos prédios vizinhos é uma das medidas do sucesso. A empresa só atende, de forma personalizada, condomínios já clientes. Afirma que esse diferencial, no entanto, deve vir acompanhado de um trabalho de excelência nas áreas já tradicionais de competência das administradoras. Não teme perder clientes, pois perderiam o serviço inovador oferecido sem acréscimo de custos. A receptividade dos síndicos ao programa tem sido muito boa, especialmente entre os “não-candidatos”, ou seja, aqueles síndicos que são escolhidos ao acaso e após um certo “empurrãozinho”, embora a profissionalização da atividade seja uma tendência e o bom padrão socioeconômico e cultural do bairro de atuação da imobiliária tenham contribuído.

O segredo da metodologia adotada pela empresa seria implantar a CS de forma conjunta com os moradores, estar a frente do processo, utilizando-se da criatividade nas ações desenhadas, que devem incluir gincanas para as crianças e prêmios, entre outras não reveladas por questões estratégicas. Segundo Rodrigo, “a criança enquanto não alcança o umbigo do pai exerce influência sobre ele, depois que passou é influenciada e copia

modelos”. Caberia aqui um parêntesis para mencionar a figura do “síndico-mirim” existente em alguns condomínios paulistas, que se envolve na gestão de problemas afetos ao pessoal da sua faixa etária e pode auxiliar na CS.

Uma das dificuldades dos condomínios é perder o foco, o que não acontece quando o programa é de responsabilidade da imobiliária. O executivo define o condomínio como uma empresa deficitária. O serviço diferenciado fornecido, que trabalha também com economia de materiais de limpeza e outros insumos, demonstra a preocupação do administrador com o equilíbrio das contas. Quanto à instalação de coletores, idéia inicialmente cogitada em parceria com os fabricantes, foi revista. Recomenda-se que só entre no processo numa fase final, quando já houve conscientização suficiente para garantir o “não-boicote”.

A implementação é difícil, algo como o ato de empreender que aceita fracassos e exige persistência, mas o entusiasmo despertado pelo projeto é grande e aglutina as pessoas interessadas. Essa foi, inclusive, a justificativa para a não-resposta por escrito por parte da empresa aos questionamentos feitos, que tenderia a ser muito reveladora. Os relatos indicam que a empresa vem alcançando seus objetivos, despertando a atenção de outros condomínios e, possivelmente, angariando novos clientes e obtendo a fidelidade dos atuais.

5.2.2.3 A Experiência da Hubert Imóveis e Administração

Para a Hubert, imóveis que agregam valor estão situados em condomínios que adotaram ou vão adotar práticas de preservação ambiental, o que motivou o programa “Meu Ambiente” da empresa. A seu ver, preocupação com o meio ambiente e negócio imobiliário são uma relação que só agora começa a ficar compreensível. O condomínio é uma pequena comunidade que depende do seu entorno, da sua cidade, devendo incorporar práticas ambientais externas, exercê-las internamente e integrar-se ao todo. Atualmente, os condomínios que atendem a tais requisitos são produtos com potencial de valorização acima das condições de mercado. A Hubert mostra-se ciente, no entanto, de que a conscientização para essa nova realidade ainda é incompleta.

Pioneira no esforço de introduzir tais práticas, a empresa presta assessoria às construtoras desde o projeto, indicando caminhos de preservação ambiental e economia de recursos, em suma: a mesma coisa. Segundo a Hubert, taxas de condomínio módicas são fator de valorização dos imóveis, estando inter-relacionadas com CS de lixo, instalação de equipamentos e sensores que economizam água e energia, armazenagem de águas de chuvas, adubação orgânica de áreas verdes, entre outros. A abordagem é ampla.

Constam do Anexo B as perguntas dirigidas à Hubert sobre a consultoria prestada pela empresa, que administra cerca de 300 conjuntos residenciais em regiões de diferentes padrões e localização na cidade de São Paulo e fora do perímetro urbano.

A idéia de lançar o programa não está vinculada a resultados de pesquisas de satisfação de clientes, mas da análise de tendências mundiais. A experiência da Hubert revela que não existe uma maior conscientização entre as classes de poder aquisitivo mais elevado. No caso, a disponibilidade de recursos financeiros apenas facilita a aprovação de custos e a viabilidade dos projetos. Atualmente, a maioria dos condomínios que solicita o serviço se enquadra num perfil socioeconômico inferior e demonstraria o acerto do comentário.

A proposta original de formação de “comissões de condôminos” para acompanhamento do programa não se mostrou efetiva, sendo substituída pelo apoio dos zeladores, porque depois de alguns meses as pessoas se desinteressavam. Outra constatação diz respeito à participação das empregadas domésticas, em muitos casos maior que a dos próprios moradores, percebida e concretizada após trabalho de sensibilização que lhes permite “descobrir” o que é um lixão, um aterro sanitário e os produtos que são fabricados a partir do lixo (camisetas feitas de fibra têxtil obtida de garrafas PET, por exemplo). A empresa elogia a seriedade do trabalho do Instituto GEA, parceiro remunerado pelos treinamentos que ministra em alguns dos condomínios onde o programa foi implementado.

Quadro 01 Resumo* de práticas e experiências de CS

<p>1. Práticas identificadas no âmbito do terceiro setor</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ orientar condomínios, empresas, escolas, associações de bairros e prefeituras na implantação da CS ▪ fornecer dados sobre compradores de materiais recicláveis, entidades beneficentes que aceitam doações, artistas que trabalham com sucata, fabricantes de contêineres, materiais e equipamentos ▪ estimular mudanças de comportamento, informando e orientando, sem realizar o trabalho por eles ▪ assessorar a formação de cooperativas de trabalho vinculadas à CS
<p>2. Experiências de entidade do terceiro setor</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ não há modelo padrão de projeto, deve-se respeitar as especificidades de cada condomínio ▪ a sensibilização para a mudança é fundamental, exigindo metodologia que inclua: grupo interno forte e interessado, programa de educação ambiental com base nos 3Rs. e estratégia diversificada (faixas, cartazes, oficinas, palestras, jornal) e realimentação do processo (ações sistemáticas) ▪ fracassos estão associados às ações individuais e não coletivas, aos conflitos entre condôminos, síndicos e imobiliárias, à troca de síndicos engajados, à falta de colaboração ou CS ineficiente (gera reclamações de mau cheiro) ▪ projetos padronizados resolvem problemas imediatos (lixeiros e recolhimento), com prejuízo da continuidade da educação ambiental (em função de novos moradores e inquilinos)
<p>3. Experiências do segmento de administração condominial (internet e imobiliárias consultadas)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ os procedimentos da CS em prédios pequenos e médios são muito simples ▪ o lixo reciclável não deve ser depositado na porta do prédio e sim retirado por empresa, entidade ou catador previamente contatados

Continua

3. Experiências do segmento de administração condominial (internet e imobiliárias consultadas)

- todos os moradores devem saber que há CS (ampla divulgação, sobretudo entre as crianças)
- é interessante convocar reuniões com empregadas domésticas e faxineiras para instruções simples e objetivas (e mostrar produtos reciclados, como camisetas feitas de garrafas PET, canetas e utensílios)
- alertar sobre a necessidade de remover restos de alimentos e bebidas (limpeza de embalagens)
- os gastos são pequenos e não exigem convocação de assembleias
- usar quadro ou mural para criar um “espaço reciclagem” para acompanhamento da evolução da CS e destaque de benefícios socioambientais e econômicos
- previamente à implantação da CS, checar as condições de higiene e limpeza do prédio, incentivando práticas adequadas e seu vínculo com a melhora da qualidade de vida no condomínio
- o envolvimento de imobiliárias no processo da CS fortalece sua posição junto a clientes e conta pontos na conquista de novos (inclusive prédios vizinhos mostram-se interessados)
- as motivações que levaram as empresas consultadas a criar programas específicos para implantação ou assessoria da CS foram: a) ambiente favorável quando da crise energética (racionamento); b) constatação do expressivo volume de papel utilizado internamente; e c) tendências mundiais que apontam para a crescente demanda por gestão ambiental (responsabilidade social)
- a metodologia para colocar-se a frente do processo exige persistência e criatividade nas ações (premiação e gincanas para crianças), não sendo de todo revelada por razões estratégicas
- o administrador que demonstra preocupação com a preservação ambiental, com os desperdícios, com o equilíbrio das contas e a modicidade das taxas de condomínio (fatores da valorização dos imóveis) constrói diferencial ainda restrito no setor (postura inovadora)
- não existe uma maior conscientização ambiental entre as classes de elevado poder aquisitivo e sim maior capacidade financeira e rapidez para viabilizar projetos

Fonte: Consultas às entidades, “sites” e administradoras

(*) adaptado para a realidade de Porto Alegre, onde a existência de programa de CS municipal abrangendo 100% dos bairros, elimina as preocupações e etapas associadas à armazenagem, comercialização, doação e/ou retirada regular dos materiais recicláveis selecionados.

6. A COLETA SELETIVA EM PORTO ALEGRE

Parte dos dados e informações do capítulo foi obtida junto ao DMLU, a partir de um questionário base (Anexo C), que motivou diversas solicitações por “e-mail” e telefone, resultando em alguns contatos e entrevistas. Houve a colaboração do diretor do departamento e de gestores e técnicos de áreas inter-relacionadas ao programa da CS.

Muitas questões permaneceram em aberto, pois se observa que os dados estão pouco consolidados e bastante fragmentados entre as diversas áreas. No entanto, o quadro revelado foi suficientemente consistente para subsidiar as considerações abaixo e algumas das sugestões indicadas no Cap. 8.

Há constatações que são fruto de uma observação mais acurada do trabalho de catadores nas ruas de diversos bairros da cidade, alguns deles informalmente entrevistados. Outras percepções decorreram de visita a duas unidades operacionais vinculadas ao programa.

A mídia impressa e consultas à rede mundial de computadores (internet) complementam as fontes de referência.

Para contextualizar a CS na ampla problemática da gestão de resíduos sólidos e demonstrar interfaces, assuntos correlacionados foram também abordados.

6.1 DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

De acordo com a Lei Complementar nº 234/90 – Código de Limpeza Urbana, salvo exceções, os serviços de limpeza urbana são executados pelo DMLU, onde se insere a coleta, transporte e disposição final do lixo ordinário domiciliar, constituído pelos resíduos sólidos produzidos em imóveis residenciais ou não que possam ser acondicionados em sacos plásticos.

Visando à CS, o lixo ordinário domiciliar deve ser acondicionado e apresentado à coleta separado em “lixo orgânico” e “lixo seco”, obedecendo à seguinte classificação e definição: a) lixo orgânico – restos de cozinha, de jardim, papel higiênico, guardanapos e lenços de papel e absorventes, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, tocos de cigarro e cinza; e b) lixo seco – vidros (quebrados ou não), papel e papelão, metais, plásticos, restos de tecidos e de madeira. Consta da referida lei que o lixo seco coletado seletivamente será destinado, preferencialmente, a núcleos de catadores devidamente organizados e cadastrados no DMLU.

Dispositivo legal complementar tornou obrigatória, para os condomínios localizados em bairros atendidos pela CS, a colocação de recipientes próprios à mesma e estabeleceu multas que também se aplicam quando da desobediência a outras determinações do código.

A implantação da CS em Porto Alegre aconteceu por etapas. Iniciou em 1989, no bairro Bom Fim, na ocasião com o slogan “Dê um bom fim ao seu lixo” e, a partir de 1990, beneficiou a Cidade Baixa e o Menino Deus. No final de 1991, outros 16 bairros foram atendidos, de modo que, em 1993, 61 contavam com o serviço. A ampliação para as demais regiões ocorreu em 1996. Atualmente, a CS atende os 150 bairros da cidade, embora em alguns não haja cobertura de 100% da área por problemas de demanda e não de acesso dos caminhões, afirmam técnicos do DMLU.

A metodologia adotada consistiu da divulgação por folhetos instrutivos, difusão de mensagens com uso de carro de som, eventos festivos e teatrais nas comunidades, além de programa de educação ambiental voltado principalmente às escolas, mas que atenderia, também, empresas, hospitais e repartições públicas. Gradativamente, a população incorporou

ao seu vocabulário as expressões lixo seco, lixo orgânico e reciclagem, sem que em nenhum momento lhe fosse oferecido incentivo (troca) para motivar a separação (HUERGO - 2001).

Organizada pela Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, a primeira entidade a receber o material coletado foi a Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral, na Ilha Grande dos Marinheiros, sediada em galpão construído e equipado para o trabalho de triagem pela referida instituição religiosa. Simultaneamente, realizou-se um cadastramento de pessoas que sobreviviam da catação em antigo lixão da zona norte, afastando-se pontos de comercialização existentes no local e os menores envolvidos na atividade. Na seqüência e de forma gradual, foram sendo criadas outras associações, paralelamente à discussão de temas como cooperativismo, autogestão e materiais recicláveis (HUERGO – 2001).

As associações têm autonomia administrativa, são constituídas juridicamente e responsáveis pela triagem, enfiamento, armazenagem e comercialização dos materiais recicláveis, revertendo o produto da venda aos trabalhadores associados, em geral população excluída da economia formal.

A partir de 1996, uma parceria com a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio possibilitou investimento e permitiu que fossem construídas e equipadas Unidades de Triagem (UTs.) inseridas no Programa Ações Coletivas. Na oportunidade, deu-se a relocação da Vila Cai-Cai das margens do Guaíba para o Loteamento Cavalhada, onde hoje se localiza a UT Cavalhada.

Atualmente, os investimentos são disputados no Orçamento Participativo (OP) do município, processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços a serem executados pela administração municipal, por meio de plenárias regionais e temáticas, quando são eleitas prioridades e conselheiros.

A utilização de espaços (galpões) e de equipamentos ocorre mediante convênio entre as associações e a prefeitura, instrumento que prevê o acompanhamento sistemático do trabalho pelo DMLU, visando à capacitação técnica, melhor organização e levantamento quantitativo da produção individual e total. A distribuição das cargas às UTs. é orientada segundo a capacidade de processamento das mesmas, onde têm influência fatores como perfil, agilidade e produtividade do trabalho desenvolvido. Atualmente existem 10 UTs. em operação, localizadas em diferentes pontos geográficos da cidade, destino das cerca de 50 toneladas diárias de materiais recolhidos pela CS.

6.2 DADOS, ESTATÍSTICAS E CUSTOS ENVOLVIDOS

O orçamento anual do DMLU monta R\$ 100 milhões, no entanto o valor pago pelos cidadãos, a título de taxa de lixo, cobre 50% das despesas do departamento, sendo necessários subsídios e repasse de recursos da prefeitura, da ordem de R\$ 50 milhões, para a gestão da limpeza urbana e tratamento final dos resíduos. A folha de pagamento consome 50% das verbas, a outra metade é gasta com capina, coleta, transporte e destino de resíduos e outros serviços de limpeza urbana, estimando-se em R\$ 100 mil/ano o volume de investimentos possível.

A geração total de resíduos sólidos em Porto Alegre (domiciliar, comercial, industrial e restos de obras) é calculada em 1.600 toneladas, das quais mil seguem para aterros sanitários. Os resíduos domésticos representam cerca de 69% do total, correspondendo a 1.100 toneladas/dia. Há 10 anos, o cidadão gaúcho produzia meio quilo de lixo por dia, hoje gera 1 kg. A geração dobrou, enquanto o crescimento populacional no período foi de 9%. Ou seja, em 1990 eram 500 toneladas/dia, agora são mais de mil.

Segundo o DMLU, num cálculo simples, a coleta regular custa em torno de R\$ 30,00 a tonelada, sendo a seletiva de 3 a 4 vezes mais onerosa, no entanto os benefícios socioambientais são inquestionáveis. Não existem, porém, no âmbito do departamento, estudos comparativos entre os investimentos necessários para ampliar a adesão à CS e dinamizar o mercado local da reciclagem e os desembolsos vinculados à aquisição e operação de aterros sanitários, cada vez mais distantes dos centros de geração e, portanto, onerosos. Há que se ponderar, naturalmente, que um trabalho de educação ambiental é desafio de longo prazo, com mensuração de resultados mais complexa, embora viável.

Cerca de 600 pessoas sobrevivem do trabalho realizado nas 10 UTs. coordenadas pelo DMLU, onde são separadas 50 toneladas diárias de 28 tipos diferentes de materiais recicláveis, garantindo uma renda mensal média de cerca de R\$ 350,00 a cada trabalhador. A CS possui 27 caminhões com capacidade de 3,5 mil kg, que realizam roteiros com dias predeterminados e de conhecimento público, atendendo todos os bairros uma vez por semana. Alguns, como Menino Deus, pelo volume de material selecionado, exigem de 2 a 6 caminhões para dar adequada cobertura.

Questionado sobre a adesão dos cidadãos, inclusive com base em parâmetros comparativos de outras capitais, o DMLU informa não dispor de dados de referência devido a não existência de pesquisas e que a “satisfação geral” da população com a CS gira em torno de 68%.

O aterro sanitário da Extrema, situado no Lami na zona sul da capital, que chegou a receber 800 toneladas/dia de lixo, no final da vida útil teve sua operação reduzida para 200. A área de 8,9 hectares foi adquirida em 1994, o aterro começou a operar em 1997 e, no final de 2002, foi desativado por estar com a capacidade esgotada. Em cinco anos, recebeu 824 mil toneladas de lixo. A idéia era que durasse sete anos, foram apenas cinco.

Um aterro sanitário, forma adequada de dispor o lixo, é uma obra de engenharia que impermeabiliza o solo com camadas de argila compactada, geomembrana (polietileno de alta densidade) e brita, visando proteger o lençol freático e evitar que o chorume (líquido resultante da decomposição da matéria orgânica que pode ser muitas vezes mais poluente que o esgoto doméstico) atinja os mananciais. Nos aterros, o chorume é submetido à filtração biológica anaeróbica (ausência de oxigênio) e, posteriormente, passa por estação de tratamento antes de ser devolvido ao ambiente. Os gases que exalam do lixo são drenados e queimados para não poluir o ar.

Um processo de desativação de aterros consiste de três etapas: recuperação e recomposição topográfica do local, compactação de argila, plantio de gramíneas e tratamento contínuo do chorume. Etapas que no caso do aterro da Extrema devem se prolongar por 10 anos, exigindo manutenção e controles ambiental, da vegetação e da erosão. Em última análise, ônus aos cofres públicos.

Desde janeiro de 2003, o DMLU passou a utilizar como aterro sanitário uma área localizada no município de Minas do Leão/RS, distante cerca de 50 km da capital. Ela pertence à iniciativa privada e representa solução ambientalmente licenciada e elogiada, pois aproveita antiga cava de extração de carvão (com 75 metros de profundidade em área degradada) para depósito de lixo e recuperação ambiental. O custo para o aterramento é da ordem de R\$ 78,00/tonelada e inclui coleta, transporte e disposição final.

Parte do lixo domiciliar produzido diariamente na capital, cerca de 600 toneladas segue esse destino, outras trezentas continuam sendo levadas para o aterro metropolitano Santa Tecla, em Gravataí/RS. Trata-se de consórcio entre os municípios de Porto Alegre (que custeia a operação), Gravataí (que cedeu o terreno) e Esteio e Cachoeirinha (que pagam para depositar seus resíduos no local).

Consta que a prefeitura está estudando e negociando o uso de outras áreas, pois o rápido esgotamento da vida útil dos aterros exige permanente preocupação com espaços para depósito de volumes que crescem a cada ano. Recursos públicos são investidos em estudos e relatórios de impacto ambiental de áreas, exigidos pela legislação, no entanto algumas se revelam impróprias. Segundo representantes do poder legislativo, o município gastaria R\$ 11

milhões a cada ano com os aterros sanitários, aproveitando apenas 5% das 300 toneladas/dia potencialmente recicláveis.

O cálculo que explica as 300 toneladas é baseado nos seguintes dados, já defasados: considera uma população de 1,3 milhão de habitantes, a geração de 750 gramas de lixo per capita e o percentual de 30% de recicláveis nele contidos, resultando 300 toneladas potencialmente recicláveis. O aproveitamento, no entanto, é superior aos 5% mencionados ou 15 toneladas, pois a CS recolhe cerca de 50 toneladas, com uma perda que oscila entre 25 e 30% em rejeitos (plásticos misturados, resíduos muito sujos ou fragmentados e materiais ainda sem mercado).

Em geral, são imprecisos e polêmicos os percentuais de aproveitamento de lixo e de lixo reciclável, por falta de estatísticas confiáveis e bases de cálculo uniformes. Hoje é consenso o índice de 35% de recicláveis contido no lixo doméstico brasileiro (DMLU –2002). Os dados da geração estão disponíveis, porque a terceirização dos serviços de coleta comum (regular) demanda pesagem para fins de faturamento. A análise destes números é importante para que se tenha uma ordem de grandeza da reciclagem e, também, parâmetros para o estabelecimento de metas.

Considerando que são geradas na cidade diariamente 1.600 toneladas de resíduos sólidos e que não há relato de significativo reaproveitamento de restos de obras, um primeiro cálculo aponta índice global de reciclagem de 3%, computando-se apenas as 50 toneladas coletadas oficialmente pela CS. Estimando-se que, de modo informal, outras 100 toneladas (DMLU – 2003) são recolhidas e selecionadas por carroceiros, papeleiros e catadores, o índice eleva-se para 9,4%. Apesar de algumas empresas contribuírem para a CS, há quem defenda que se adote nos cálculos o volume “doméstico” gerado (1000 toneladas diárias). Assim, do recálculo resultam os índices de 5% e 15%. Em ambos, porém, as perdas em rejeitos (média de 27,5%) não foram descontadas o que, fatalmente, os reduziria para 3,6% e menos de 11%.

Para o DMLU, que realiza cálculos relacionando o volume da seletiva oficial (50 toneladas) e as 300 toneladas potencialmente recicláveis o índice de reciclagem alcançado é da ordem de 17%, havendo uma meta atual de atingir 30% (90 toneladas). Ressalte-se que a perda em rejeitos não foi computada. Embora defasada consta do “site” do departamento a intenção de atingir na seletiva, até o ano de “2000”, 100 toneladas coletadas, número que jamais se concretizou. O máximo de cargas obtidas na história da CS foi de 70 toneladas.

6.3 DIFICULDADES E DESAFIOS ATUAIS

O desemprego, que atinge com maior intensidade as populações mais empobrecidas e desqualificadas, algumas migrantes do interior do estado, tem sido responsável pelo rápido crescimento da informalidade e dos “negócios do lixo”. Segundo técnicos do DMLU, alguns catadores enfrentam problemas sociais, de saúde, são vítimas das drogas, portanto, “presas fáceis” para “intermediários” que lhes pagam preços vis pelos itens coletados e repassam os materiais com lucro à indústria da reciclagem.

Observa-se, no centro da cidade, que alguns catadores usam o critério de apalpar os sacos de lixo, recolhendo-os mesmo fechados em carrinhos de tração humana. Os volumes coletados têm dois destinos: são submetidos à triagem posterior em locais sob o comando dos ditos “intermediários” ou transportados por veículos de maior porte para destino similar ao anterior.

Há caso de catadora (antiga camelô desalojada de seu ponto no centro) que usa uma bicicleta adaptada e relata compactar garrafas PET no local onde mora, manualmente, obtendo nas atividades com o lixo renda suficiente para alimentar os filhos pequenos, que a acompanham nas ruas. Dois irmãos menores surpreendidos na atividade à noite afirmaram estudar durante o dia, dado de difícil confirmação.

Um homem de 35 anos, oriundo de Camaquã/RS, afirma conhecer os ofícios de serralheiro e pintor, mas por estar sem emprego trabalha para “intermediário” em troca de local para morar e um salário mensal. Outro “atual catador” foi açougueiro em frigorífico e descreve sua atividade como uma “pescaria”, pois nunca sabe o que vai encontrar nos sacos fechados de lixo que vasculha nas calçadas do centro. É jovem (25 anos), tem fôlego para fazer inúmeras viagens/dia até os depósitos onde operam os atravessadores, trabalho que lhe rende mais do que recebia quando empregado, embora tenha o sonho de abrir seu próprio açougue. O último lamenta os moradores misturarem lixo seco e orgânico e explica que papéis e papelão perdem valor na revenda quando sujos e engordurados.

Na região central de Porto Alegre proliferam, ainda, papeleiros e catadores que já se especializaram na atividade. Alguns portadores de deficiência física contam com a simpatia de “clientes fiéis”, outros, por atuarem no mercado há muitos anos, gozam da confiança de lojistas e comerciantes, pela flexibilidade de horário da coleta realizada.

A problemática é complexa e as perspectivas de solução apontam para o projeto conhecido por “Entrada da Cidade”, que prevê investimentos na urbanização da região da rua

Voluntários da Pátria e arredores (Vila dos Papeleiros), hoje uma área crítica do comércio irregular de recicláveis.

Consta que, em 1998, havia 1.200 catadores na cidade, hoje seriam mais de dois mil. Quanto aos carroceiros, o órgão municipal de controle do trânsito calcula existir mais de quatro mil, grande parte vivendo da coleta de materiais recicláveis.

O processo descrito de “triagem posterior do lixo misturado” é responsável por lixões em formação, espalhados pela cidade e muitas vezes ainda “invisíveis” aos olhos dos cidadãos, pois se concentram nas ilhas metropolitanas ou em novos e degradantes assentamentos humanos, situação que preocupa e tem impactos ambientais importantes. Além da poluição do ar, solo e arroios são foco de vetores de doenças.

Nos bairros, a realidade é de “interceptação” generalizada dos roteiros da CS pela iniciativa informal, que inclui não só carroceiros, mas camionetas e até caminhões, afetando a escala dos veículos oficiais que por ser pública e conhecida facilita o trabalho de recolhimento prévio, especialmente nos condomínios que depositam resíduos já selecionados nas calçadas ou em lixeiras abertas.

O DMLU estuda revisão e redirecionamento de roteiros, além de novas posturas e negociação com grandes condomínios. Das 70 toneladas antes coletadas, no mínimo vinte estão sendo desviadas e movimentadas pela informalidade. Em rejeitos, calcula-se sejam mais de seis toneladas diárias, possivelmente submetidas a descarte inadequado ou precário. A invasão dos roteiros por parte dos catadores é responsável, ainda, pela circulação dos caminhões do programa com até um terço da capacidade de carga, representando desperdício de combustível, mão-de-obra e emissões poluentes “subutilizadas”.

A frustração com a coleta “minguada” estaria provocando a eliminação (não autorizada pelo DMLU) de ruas e roteiros, fato denunciado por moradores adeptos inconformados, o que pode culminar na perda de credibilidade do programa, que embora pioneiro e merecedor de referências elogiosas corre o risco de retroceder ainda mais. Há situações relatadas de prédios que já têm um catador fixo que “precisa” mais do lixo para viver, sendo visto com simpatia. Outros síndicos, envolvidos com problemas de catadores que rasgavam sacos e espalhavam lixo sujeitando o condomínio a notificações e multas, passaram a negociar com eles, que agora realizam “um trabalho adequado”. Por fim, há casos de prédios que têm boa adesão de moradores à CS, mas que por não ter zelador depositam seus resíduos antes do horário. Dizem-se decepcionados, pois o destino não será as unidades de triagem oficiais e correm o risco, também, de ter parte dos materiais rejeitados e jogados na calçada, o que os sujeitaria a sanções.

A proliferação de catadores e a invasão de roteiros resultam em quedas sucessivas dos volumes e, portanto, das cargas destinadas às UTs. e da renda dos trabalhadores das associações regulares, onde há controle sobre a presença de crianças e garantia de destino adequado para os rejeitos. No setor, já se comentaria que trabalhar nas ruas é mais vantajoso do que nas UTs., realidade igualmente preocupante.

Técnicos do DMLU informam que é necessário direcionar os recicláveis para o programa oficial porque ele abastece uma associação que funciona no Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde é desenvolvido importante trabalho de terapia ocupacional de internos, que demanda lixo seco da melhor qualidade (sem contaminação), pois se trata de ambiente hospitalar onde o rejeito deve ser zero.

Argumentam, ainda, que parte do material arrecadado pela CS se destina a manter uma associação existente em Itapuã, zona sul da cidade, que em troca das cargas realiza um trabalho de grande importância ambiental: a coleta de garrafas PET nas margens do lago Guaíba, carregadas pelo movimento natural das águas e oriundas do descarte indevido por parte de cidadãos insensíveis à problemática da poluição hídrica.

Entre as demais dificuldades das UTs. está a exigência de grandes quantidades de materiais para negociação pela indústria. O DMLU é responsável pelo abastecimento de energia e alguns serviços de manutenção, hidráulicos e elétricos nas unidades, que dependem de recursos escassos e de rateios.

6.4 PERSPECTIVAS

Apesar da conjuntura desfavorável, o departamento assume que não pretende excluir a população de rua e os autônomos que estão sobrevivendo na cadeia inicial da reciclagem e defende que os carros com tração humana sejam substituídos. A intenção é constituir associações para organizar essas pessoas, “libertando-as” do poder de intermediários, apesar de ser uma “batalha” muito difícil.

No âmbito das UTs., a criação de uma central de comercialização de materiais recicláveis, rede que interligaria todas as associações, deve viabilizar um lucro maior aos trabalhadores envolvidos no processo, afirmam os gestores consultados. Por outro lado, uma central de beneficiamento de plástico, em fase de instalação na área industrial do bairro Restinga, deverá agregar valor à matéria-prima direcionada à indústria da reciclagem.

Embora o DMLU esteja fomentando os ganhos de escala e a verticalização da cadeia da reciclagem, a sistemática atual respeita a autonomia das UTs. na venda dos materiais

separados, havendo disputa entre as mesmas, que negociam individualmente e procuram realizar vendas casadas para dar destino a recicláveis de menor valor ou ainda sem mercado consolidado (isopor, por exemplo).

Durante visita à Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) Lomba do Pinheiro, obteve-se a informação de que o órgão planeja instalar uma nova usina, nos mesmos moldes na zona norte da cidade, com capacidade bruta de processamento de 300 toneladas, que concretizada daria destino final adequado a um terço do lixo produzido na cidade.

Desde 2002, uma atividade voltada aos síndicos de condomínios é realizada pela assessoria ambiental do departamento, com o objetivo de informá-los e conscientizá-los da importância da gestão compartilhada do lixo doméstico e das implicações na qualidade de vida da cidade. Trata-se do curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos”, evento realizado em parceria com o Sindicato da Habitação. A primeira versão (2002) reuniu cerca de 40 participantes, praticamente o mesmo número de pessoas presentes no encontro realizado em março de 2003. O curso é noturno, inclui visita a duas UTs. no final de semana e conta, também, com uma versão para zeladores, oportunizando uma visão técnica abrangente e enriquecedora devido à troca de idéias e experiências relatadas.

Quanto à atuação rotineira do DMLU junto aos condomínios residenciais, o trabalho das equipes prevê três etapas: 1) visita técnica para checar e estudar condições de armazenagem dos resíduos destinados à CS ou, quando necessário, alternativas para viabilizá-la; 2) palestra de conscientização dos moradores; e 3) operacionalização da CS. Não se obteve informações sobre o número de prédios atendidos (mensal ou anualmente) ou eventuais demandas nessa área.

O Posto de Entrega Voluntária (PEV) é uma alternativa para entrega de resíduos recicláveis. Há 30 unidades distribuídas em diversos pontos da cidade, principalmente nos postos de serviços do DMLU nos bairros, com o objetivo de atender as pessoas que não têm possibilidade de aguardar o dia da coleta ou moram em ruas onde ainda não circulam os caminhões oficiais.

Conforme dados do departamento, de um total de 560 escolas públicas e privadas existentes na cidade, cerca de 50 unidades são atendidas anualmente pelo trabalho de educação ambiental desenvolvido pelo órgão, atingindo uma média anual de sete mil alunos. Um projeto em estudo é ampliar o número de PEVs. nas escolas, locais teoricamente protegidos de vandalismo, o que pode apoiar o trabalho de conscientização de pais de alunos, porém demanda investimentos para ajuste da logística de recolhimento.

Em março último, durante a 44ª Semana de Porto Alegre, a prefeitura oportunizou, aos cidadãos interessados em conhecer o gerenciamento integrado de resíduos sólidos, visitas técnicas orientadas (UT Cavalhada e UTC Lomba do Pinheiro). A divulgação foi feita por folhetos e o número de participantes, nos quatro dias, oscilou entre 15 e 32 pessoas por visita.

Para as comemorações da Semana do Meio Ambiente (junho/03) ação semelhante foi planejada, havendo esforços de divulgação orientados para jornais de bairros e rádios comunitárias.

6.5 RELATO DE VISITAS A UNIDADES OPERACIONAIS

Na Unidade de Triagem da Cavalhada, fundada em 1996, trabalham 46 recicladores de associação sem vínculo com o DMLU, porém que depende de material da CS para mantê-los. O galpão recebe cargas de 7 a 8 toneladas diárias, estando localizado em comunidade onde as moradias foram construídas pela prefeitura para alojar antiga vila de papeleiros que antes manipulava lixo a céu aberto.

Hoje o rendimento médio individual é da ordem de R\$ 350,00, fruto da venda a intermediários dos materiais separados, prensados e enfardados no local, cujo destino último são as indústrias recicladoras. Diariamente, para fins de controle do DMLU, é informada a quantidade submetida à triagem.

Os visitantes observam deficiente organização de equipamentos e materiais selecionados, além de diversas pontas de cigarro no chão, o que, num ambiente de produtos de fácil e rápida combustão (plásticos e papéis), é crítico. Inexistem equipamentos para controle de fogo. Incêndios criminosos foram relatados pelo vigilante e atribuídos a desavenças entre comunidades e associações concorrentes.

Na UTC Lomba do Pinheiro, o trabalho é completamente diferente. No local, sob a responsabilidade de uma associação, que opera em regime cooperativado com acompanhamento e apoio técnico do DMLU, 180 pessoas realizam a triagem do lixo “orgânico” domiciliar, que objetiva remover, criteriosamente, plásticos, vidros, metais, sucata e quaisquer outros itens que possam comprometer a qualidade final do composto orgânico (adubo) fabricado no local.

Estudos conduzidos pelo departamento concluíram que, nos bairros onde a CS teve início há mais de 10 anos, existiria uma tendência do “resíduo domiciliar orgânico” apresentar-se com menor índice de itens recicláveis misturados, contribuindo para um processo de compostagem mais eficaz. Essa é a “matéria-prima” que abastece a usina da

Lomba do Pinheiro: sacolas plásticas com lixo recolhido na coleta domiciliar regular que, numa primeira etapa, são rasgadas manualmente, para então seu conteúdo ser cuidadosamente selecionado no interior de duas esteiras, ao longo das quais, com grande destreza (é rápido o movimento do equipamento) 45 pessoas executam a tarefa em pé, em turnos de 6 horas. Dados colhidos na unidade indicam a seguinte composição do lixo trabalhado: 60% material orgânico aproveitável, 30% rejeitos e 10% itens potencialmente recicláveis separados no processo.

Considerando que a coleta regular (lixo comum) é feita três vezes por semana nas residências e edifícios e que o material é, em grande parte, orgânico, portanto chegando à unidade em processo de decomposição, o odor exalado - e inalado pelos trabalhadores - é forte e insalubre, o que se agrava no verão sob altas temperaturas. Não existe o hábito do uso de máscaras, exigidas, mas rejeitadas pelos usuários por dificultar a respiração normal. Os operários que quebram vidros e garrafas também não utilizam óculos de proteção.

O que observa são pessoas com baixo nível de instrução escolar, separando o lixo de cidadãos na maioria cultos e instruídos, mas ambientalmente irresponsáveis. É natural, em alguns visitantes, um sentimento de indignação e vergonha, enquanto representantes de uma classe média mais afortunada.

Obviamente se reconhece na atividade uma alternativa digna de trabalho e renda para pessoas de baixa qualificação, mas caberia a seguinte reflexão: costumamos criticar a inoperância dos governantes, mas o que estamos fazendo, cotidianamente, para mudar e melhorar o que está ao nosso alcance. A separação do lixo doméstico é apenas um exemplo.

O resultado do trabalho feito nas esteiras é a ótima qualidade do composto orgânico fabricado na seqüência, a cargo dos técnicos do DMLU, produto que hoje é doado a pequenos agricultores e projetos hortifrutigranjeiros. O rendimento que cabe aos trabalhadores da triagem é de cerca de R\$ 220,00/mês, inferior ao recebido nas UTs., porque os resíduos recicláveis separados, todos muito sujos, alcançam um valor de venda bem menor.

O empreendimento tem capacidade para processar 100 toneladas/dia. É um projeto de 1996 que começou a operar em 2000 e, atualmente, processa entre 70 e 80 toneladas diárias, tendo recebido recursos do Banco Mundial.

A visita reuniu 18 pessoas com interesses diversos. Basicamente, síndicos e moradores preocupados em reunir argumentos para aumentar e qualificar a adesão à seletiva em seus condomínios. Participaram, também, educadores ambientais, estudiosos do tema e uma corretora de imóveis, que objetiva diferenciar seu trabalho capacitando-se para melhor atender síndicos e potenciais compradores. Afinal, tão importante quanto saber se o prédio tem

piscina ou salão de festas, é observar a infra-estrutura disponível para o gerenciamento dos resíduos, em especial nos grandes empreendimentos de alto e médio padrão aquisitivo, enfatizou a profissional na oportunidade.

Consultado o livro de assinaturas, constatou-se que, nos últimos seis meses, as presenças mais expressivas são de estudantes, universitários e profissionais de órgãos da administração municipal, com área de atuação ou interesse correlacionada à problemática ecológica, agrônômica, de gestão do lixo e preservação ambiental. A iniciativa de visitar o empreendimento para fins de educação ambiental e como parte do curso promovido pelo DMLU/Sindicato da Habitação, embora incipiente, é muito oportuna, especialmente pelo impacto e choque de realidade que causa no público leigo.

6.6 O CASO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CEA – VILA PINTO

Em 1996, quando foi fundado o Centro de Educação Ambiental (CEA), uma das atuais UTs. ligadas à CS, a criminalidade e a falta de perspectivas eram a realidade da Vila Pinto, no bairro Bom Jesus, uma das zonas mais pobres da capital gaúcha. A comunidade entendia que uma alternativa de renda era a saída para reduzir a violência na região e mobilizou-se para conseguir recursos públicos e construir um centro de triagem de lixo reciclável.

Idealizado por Marli Medeiros, no início envolveu principalmente mulheres. Hoje 135 pessoas trabalham na cooperativa, onde são triadas cerca de 20 toneladas diárias de resíduos. Com o apoio de voluntários e doações, recentemente foi inaugurado um centro cultural, com salas preparadas para receber oficinas de informática, teatro, dança, música e programas de educação ambiental. As crianças e jovens têm opções de lazer e profissionalização, deixando de perambular pelas ruas, onde estavam sujeitas ao envolvimento com drogas e crimes. Em breve uma creche deve ser implantada no local.

6.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE PARCERIAS

Questionou-se o DMLU sobre objetivos e resultados de eventuais parcerias com outros órgãos públicos, centros de pesquisa, universidades, empresas, ONGs. e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos.

Com a ONU, através do Programa de Gestão Urbana, há intercâmbio de informações e dados. Um projeto de divulgação de boas práticas de gestão de resíduos, financiado pela Comunidade Européia, foi mencionado. No entanto, não foram detalhadas metodologias,

experiências ou práticas adotadas na cidade. Sobre parcerias, a área responsável pela assessoria ambiental fez uma referência positiva: as empresas de plástico que financiaram a implantação dos PEVs.

Em resposta a quesito específico sobre resultados (ações de multiplicação) dos mutirões de limpeza e educação ambiental, que têm espaço na mídia e alguns são feitos em parceria com o DEP, o órgão considera válidos e exemplifica um caso: pessoas que divulgam e informam vizinhos sobre horários da CS e demandam ações para manutenção de um ambiente agradável no loteamento onde vivem.

Na área que responde pela assessoria às UTs., está sendo desenvolvido um trabalho que busca sensibilizar grandes geradores de resíduos sólidos recicláveis para que colaborem com a seletiva e compartilhem a responsabilidade com a gestão do lixo na cidade. A crise de material decorrente do crescimento da informalidade preocupa e estaria determinando ações mais direcionadas.

A atuação está voltada para condomínios com mais de 100 apartamentos e empresas com características similares. Os argumentos utilizados variam da conduta mais adequada à legislação, no caso de prédios, ao apelo para a importância da ação no contexto da certificação ISO 14.000, objetivo de empresas atentas à gestão ambiental e aos desafios da competitividade.

Consta, ainda, que o Fórum Lixo e Cidadania do município, lançado em julho de 2002, tem recebido o apoio de diversos segmentos da sociedade gaúcha. A iniciativa pretende contribuir para a unificação de diversas iniciativas isoladas, troca de experiências e melhoria de resultados, ainda muito incipientes.

6.8 PROGRAMA DE COMPOSTAGEM CASEIRA

Em dezembro de 2002, houve o lançamento do Programa Compostagem Caseira do DMLU que incentiva a população a reciclar resíduos orgânicos, oportunidade em que cartilhas explicativas foram distribuídas, houve demonstração prática na sede do órgão e a intervenção artística da personagem Recicleide, mencionada no tópico educação ambiental do Cap.4.

Estima-se que 43% dos resíduos domiciliares são potencialmente compostáveis (DMLU – 2002). O composto resulta da decomposição natural dos resíduos orgânicos manuseados em cozinhas (cascas e restos de hortaliças e frutas, erva-mate, borra de café, restos de pão, cascas de ovos) e jardins (corte de grama, galhos, flores murchas e folhagens).

O processo reproduz o ciclo da matéria orgânica na natureza, onde estão presentes: ar, água e microorganismos decompositores. Entre as vantagens estão: a melhoria do solo ou potencial uso do composto (adubo) em vasos e jardins, redução ou limitação dos resíduos enviados aos aterros, com diminuição de gastos públicos e impactos ambientais. Calcula-se que, se cada pessoa compostasse 5% de resíduos orgânicos, a economia com coleta, transporte e tratamento seria de R\$ 800 mil por ano, que poderiam ser aplicados em outras demandas.

A assessoria ambiental do DMLU está organizando a formação do pessoal responsável pelas relações externas, de modo a fazer frente ao desafio de viabilizar esse programa, que contribui no processo de informação da sociedade sobre os diferentes tipos de resíduos domésticos gerados e seu possível reaproveitamento.

6.9 O MODELO DE GESTÃO DO DMLU

Para cumprir sua missão, o DMLU possui uma força de trabalho de cerca de 2 mil colaboradores, aos quais se somam outros 2 mil que são empregados de prestadoras de serviços terceirizados. Com relação à idade média do quadro próprio, a maioria está na faixa de 30 a 50 anos, tendo mais de 15 anos de tempo de serviço.

Buscando demonstrar que a gestão ambiental de excelência é possível no serviço público, o departamento vem construindo uma metodologia e um modelo de gestão próprios, fundamentados em processos participativos nos quais as decisões e a aceitação dos compromissos se estabelecem de forma democrática, culminando no engajamento, sucesso e popularização do modelo para um número cada vez maior de servidores.

Em 2000, após a contratação de uma consultoria externa, o sistema de gestão do DMLU foi avaliado e, embora recebendo menção honrosa, o processo expôs uma série de dificuldades no que tange à afirmação da qualidade. Tendo assumido o desafio da qualificação e devido a limitações de recursos financeiros, as soluções passaram a ser buscadas internamente: foram criados um comitê da alta direção (4 membros) e um grupo de gestão (Gg) composto por 12 servidores oriundos de diversas áreas da instituição.

As características de representatividade e transdisciplinariedade do Gg são positivas e propiciam um maior conhecimento da estrutura física e organizacional do departamento, das práticas de gestão, da prestação de serviços, da cultura dos servidores e do capital intelectual disponível.

O DMLU, ao aderir ao PGQP e ao Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento, proporcionou ao Gg participar dos cursos de avaliadores e conduzir um processo de auto-

avaliação segundo os critérios estabelecidos pelos sistemas. Essa capacitação passou a ser multiplicada e atingiu outros colaboradores: hoje são 150 pessoas já familiarizadas com conceitos, objetivos, práticas e metas impostos pelos programas de gestão da qualidade.

Um dos resultados do trabalho da consultoria externa contratada foi o estabelecimento de diversos indicadores de desempenho. Lideranças da área de controladoria mostram-se cientes da importância de sua plena utilização (alguns indicadores estão com dados desatualizados ou incompletos), embora reconheçam a existência de limitações (associadas à cultura de trabalho e ao nível de escolaridade predominantes) e a necessidade de dar prioridade a essas questões e retomar as reuniões do Gg que, com o passar do tempo, foram perdendo vigor.

Para Gomes et al (2001), a gestão centrada em princípios de excelência pressupõe: a) envolvimento pessoal das lideranças da instituição; b) foco no cliente; c) incentivos ao aprendizado pessoal e organizacional; d) participação e desenvolvimento da força de trabalho; e) constante busca de inovações e visão de futuro; f) prática da responsabilidade pública e promoção da cidadania; g) foco em resultados e agregação de valor a partir deles e h) visão sistêmica (perceber que problemas ou alterações numa parte ou área da organização têm reflexo nas demais).

Assim, o modelo de gestão ambiental pública fundamentado em critérios de excelência é um processo em construção no DMLU, que exige dos envolvidos monitoramento e colaboração permanentes, porque implica incentivar pessoas, socializar riscos e obter participação. Relativamente à avaliação do processo de gestão de pessoas e da comunicação entre os diversos níveis do departamento, consta que até 2001 era feita por pesquisas de participação com todos os servidores. Na atualidade, a avaliação é pontual e encaminhada pelas chefias às esferas competentes.

O presente tópico foi desenvolvido não só pelo fato de alguns indicadores de desempenho estarem diretamente relacionados à eficiência e eficácia do programa que se está focando, como o “Percentual de Reciclagem da CS” (que mostra a evolução ou involução do índice de rejeitos do material reciclável coletado), mas porque o processo de gestão, de uma forma mais abrangente, é responsável pelos resultados da organização DMLU, que engloba diversas áreas que têm interface com a CS, potencializando ações positivas ou corrigindo eventuais deficiências e distorções.

7. ELABORAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DE RESULTADOS

7.1 METODOLOGIA

Segundo Yin (2001), existem muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Algumas estratégias possíveis são: experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e estudos de caso. A escolha depende do tipo de questão proposta (por exemplo: como, por que, quem, o que, quanto(s) e onde), da existência ou não de controle do pesquisador sobre os eventos e da atualidade ou não dos acontecimentos focados.

Na presente situação, a questão de pesquisa é: “Como aumentar e qualificar a adesão dos moradores de edifícios residenciais ao programa de CS da prefeitura de Porto Alegre/RS?”. Em geral, estudos de caso são a estratégia adequada para questões do tipo “como e por quê”, em situações onde o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre os fatos e comportamentos e o foco são fenômenos contemporâneos, exatamente o que acontece neste estudo. Experimentos exigem controle, levantamentos buscam saber quem, o quê, onde e, por fim, pesquisas históricas não examinam fatos atuais.

Perguntas do tipo “como e por quê” são mais explanatórias e quando motivo de estudos de caso se beneficiam de fontes de evidências não disponíveis ao historiador, como observação direta e série sistemática de entrevistas (YIN, 2001).

Algumas das preocupações associadas aos estudos de caso são que eles fornecem pouca base para generalizações. No entanto, fatos científicos raramente se baseiam em experimentos únicos. São conjuntos múltiplos de experiências e respostas, repetidas sob condições diferentes para o mesmo fenômeno, que levariam a análises generalizantes. E esta é a contribuição que se pretende com o caso estudado.

Para responder à questão principal do estudo e atingir os objetivos propostos, foi necessário, além da realização da pesquisa propriamente dita, buscar suporte em referências conceituais sobre temas correlatos, pesquisar práticas e experiências em CS e conhecer a realidade do programa conduzido pelo DMLU na cidade. De forma complementar, procedeu-se a um levantamento de dados sobre a postura hoje adotada pelas imobiliárias na administração de condomínios, seu envolvimento ou não na problemática e a possível receptividade à adoção de novos comportamentos.

Em razão do exposto, o método adotado pode se caracterizar como descritivo qualitativo. A abrangência de aspectos inter-relacionados e opção por incluir diversas

perguntas abertas e de escolha múltipla no questionário-base da pesquisa (Anexo D) reforçam tal afirmação. Procurou-se explorar a temática sob vários ângulos e permitir aos participantes ampla exposição de idéias e justificativas. As respostas descritivas exigiram criterioso exame e tabulação. Num primeiro estágio, considerando abordagens e pensamentos individuais que foram, posteriormente, agrupados por categorias de modo a evitar opiniões e tabelas demasiado repetitivas ou extensas.

Constaram do questionário, além do levantamento de dados socioeconômicos, 22 perguntas abertas, 12 fechadas e 8 de escolha múltipla, totalizando 42 quesitos, que englobaram três grupos de assuntos: a) situação e relacionamento condominial e informações relativas às imobiliárias contratadas; b) adesão ou não ao programa de CS e aspectos afins; e c) grau de consciência e responsabilidade social e ambiental dos pesquisados. Na elaboração buscou-se, simultaneamente, avaliar a consistência e coerência das respostas e, ao final, dar espaço a comentários sobre a pesquisa, o que subsidiou alguns registros e conclusões apresentados no item 7.3.

7.2 ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÕES

As características do questionário, relativamente extenso e exigindo respostas descritivas, se por um lado atendiam aos propósitos do estudo, por outro poderiam constituir motivo para a recusa em participar ou omissão, limitações que, de fato, foram enfrentadas. Tendo presente o exposto e sendo desejável a contribuição de pessoas de várias faixas etárias e perfis socioeconômicos e, ainda, moradores de bairros também diversificados, optou-se por coletar dados junto a amigos, conhecidos, vizinhos de prédio e de bairro e colegas, extrapolando o universo da amostra para vizinhos e colegas de trabalho destes.

Assim, de um projeto idealizado de 200 participantes, que culminou com a distribuição de mais de 250 questionários, obteve-se 165 retornos, dos quais 157 foram efetivamente utilizados. Embora tenha ficado claro que os pesquisados deveriam residir em edifícios situados em Porto Alegre, uma limitação proposital, alguns poucos (descartados) foram respondidos por cidadãos que moram em casas. As demais razões para o não cômputo foram o envio (entrega) após o prazo fixado e inconsistência grave (pessoa responde que é adepta ao programa e ao mesmo tempo justifica por que não pratica a separação).

Considerando que, previamente à tabulação, foram estudados outros casos e tendências no que diz respeito à prática da CS em condomínios, o cruzamento de quesitos para fins de análise ponderou tais circunstâncias. A amostra trabalhada evidenciou público razoavelmente

heterogêneo, havendo representantes de 40 bairros da cidade e igual número de atividades profissionais distintas.

As sugestões e propostas constantes do Cap. 8 foram elaboradas a partir das análises e conclusões da pesquisa, tendo presente o conteúdo do referencial teórico e as experiências regionais e locais levantadas.

7.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

7.3.1 Perfil Socioeconômico da Amostra

A pesquisa obteve dados, idéias e opiniões de uma amostra da população residente em edifícios, composta por 157 pessoas, a grande maioria representando famílias. O perfil socioeconômico foi montado a partir das informações constantes das Tabs. 1, 2, 3 e 4, que apresentam a distribuição dos pesquisados por sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar, atividade e categoria profissional.

Há predominância de mulheres (55,41%), porém o percentual de homens está relativamente próximo (41,40%). Quanto à faixa etária, há jovens a partir de 16 anos até pessoas com mais de 70 anos de idade. A maior incidência (cerca de 58%) está entre 31 e 50 anos. Preponderam, também, pessoas que possuem o curso superior completo ou pós-graduação (55%) e renda familiar acima de R\$ 3 mil, embora com relativo equilíbrio nas demais faixas, compondo um universo de certa forma representativo.

Profissionalmente, a maior parte dos pesquisados se enquadra como empregado ou funcionário público, respectivamente, 29,30% e 32,48%, no entanto, há representantes de outras classes funcionais. Identificou-se uma multiplicidade de profissões, com destaque para professores, funcionários públicos e administrativos. Tendo em vista os propósitos do estudo e a realidade da capital gaúcha, avaliou-se como adequado o perfil socioeconômico da amostra.

Tabela 1 Distribuição dos pesquisados por sexo e faixa etária

Sexo	Frequência	Percentual	Faixa Etária	Frequência	Percentual
Masculino	65	41,40	16 – 30 anos	32	20,38
Feminino	87	55,41	31 – 40 anos	43	27,39
Não Responderam	05	3,19	41 – 50 anos	48	30,57
Total	157	100,00	51 – 60 anos	19	12,10
			61 – 70 anos	03	1,91
			Mais de 70 anos	01	0,64
			Não Responderam	11	7,01
			Total	157	100,00

Tabela 2 Distribuição dos pesquisados por escolaridade e faixa de renda familiar

Escolaridade	Frequência	Percentual	Fx. renda familiar	Frequência	Percentual
1º Grau	06	3,82	Até R\$ 1.500	35	22,29
2º Grau	26	16,56	R\$ 1.501 a 3000	42	26,75
Superior Incompleto	31	19,75	Mais de R\$ 3000	66	42,04
Superior Completo	39	24,84	Não Responderam	14	8,92
Pós-Graduação	47	29,94	Total	157	100,00
Não Responderam	08	5,09			
Total	157	100,00			

Tabela 3 Distribuição dos pesquisados por atividade/área profissional

Profissão/Atividade	Frequência	Profissão/Atividade	Frequência
Administrador	10	Farmacêutica	02
Advogado	01	Financeira	01
Agente Administrativo	10	Funcionário Público	17
Analista de Sistemas	06	Jornalista	01
Aposentado	04	Maquiadora	01
Arquiteto	01	Médico(a)	02
Auditor	01	Militar	03
Bancário(a)	07	Pedagoga	02
Cabeleireiro(a)	02	Professor	15
Comércio	04	Psicólogo(a)	03
Contador(a)	02	Publicitário	01
Corretor de Imóveis	01	Recepcionista	01
Corretor de Seguros	07	Relações Públicas	01
Desenhista Industrial	01	Secretária	05
Designer Gráfica	01	Socióloga	01
Do Lar	03	Taxista	01
Economista	03	Telemarketing	01
Empresário(a)	02	Vendedor(a)	05
Enfermagem	04	Zelador/Porteiro	03
Engenheiro	06	Não exerce atividade remunerada	06
Estudante	06	Não responderam	03

Tabela 4 Distribuição dos pesquisados por categoria profissional

Categoria profissional	Frequência	Percentual
Profissional Liberal/Autônomo	24	15,29
Empresário(a)/Empregador(a)	13	8,28
Empregado(a)	46	29,30
Funcionário Público	51	32,48
Não exerce atividade remunerada	18	11,47
Não responderam	05	3,18
Total	157	100,00

7.3.2 Situação e Relacionamento Condominial

Para identificar o arranjo familiar predominante e o número de apartamentos existentes nos condomínios submetidos à sondagem, foram tabuladas as respostas a quesitos específicos. Na Tab. 5 observa-se que as famílias com até 3 pessoas representam cerca de 64%, embora quase 18% tenham 4 membros e 12% sejam pessoas que moram sozinhas. Os condomínios foram classificados por número de apartamentos, havendo mais de 50% com até 30 economias, embora prédios de maior porte (entre 61 e mais de 200 apartamentos) correspondam a 22%.

Tabela 5 Indicação da composição familiar e número de apartamentos no condomínio

Composição familiar	Frequência	Percentual	Nº de apartamentos	Frequência	Percentual
Único Residente	19	12,10	Até 10 apartamentos	22	14,01
Família com 2 pessoas	32	20,38	11 a 20	42	26,75
Família com 3 pessoas	49	31,21	21 a 30	17	10,83
Família com 4 pessoas	28	17,83	31 a 40	14	8,92
Família com 5 pessoas	12	7,64	41 a 50	07	4,46
Família com 6 pessoas	10	6,37	51 a 60	08	5,09
Família com 7 pessoas	01	0,64	Mais de 60	34	21,66
Não Responderam	06	3,83	Não Responderam	13	8,28
Total	157	100,00	Total	157	100,00

Quanto à avaliação do relacionamento entre condôminos predomina a opção “normal”, embora mais de 18% o considerem “fraco ou impessoal” e 12,74% “muito bom”. A periodicidade com que são convocadas reuniões aponta que a maioria dos condomínios reúne seus moradores menos de quatro vezes por ano (62,42%), conforme a Tab. 6. O relato da presença indica que cerca de 51% não comparecem aos debates pelas razões discriminadas na Tab.7. Do percentual de assíduos (42,04%), a maioria justifica sua frequência pelo desejo de estar ciente e participar das decisões, o que evidencia uma situação equilibrada se

considerarmos que 13,75% não comparecem porque outro membro da família (os pais/cônjuge) se faz presente.

Na maioria dos prédios existe um relacionamento e ambiente propício aos debates, sugerindo que ações para aumentar a adesão à CS e melhorar a qualidade de vida no condomínio ou no bairro seriam bem-vindas.

Tabela 6 Avaliação do relacionamento entre condôminos e periodicidade de reuniões

Opções de escolha	Freq.	Percentual	Periodicidade das reuniões	Freq.	Percentual
Normal	95	60,51	Raramente (eleição do síndico)	36	22,93
Muito Bom	20	12,74	Só para aprovar despesas extras	14	8,92
Fraco ou Impessoal	29	18,47	Menos de 4 vezes por ano	48	30,57
Ruim	03	1,91	Mais de 4 vezes por ano	50	31,85
Não sei	10	6,37	Não sei	03	1,91
Total	157	100,00	Não Responderam	06	3,82
			Total	157	100,00

Tabela 7 Relato e justificativa da presença ou não nas reuniões de condomínio

Presença	Freq.	Percentual	Justificativa	Freq.	Percentual
Sim	66	42,04	Para Participar		
Não	80	50,95	Estar ciente e participar das decisões/tem interesse/apóia a integração	60	90,91
Às vezes	04	2,55	Não responderam	05	7,58
Não responderam	07	4,46	É obrigatório	01	1,51
Total	157	100,00	Total	66	100,00
			<u>Para não participar</u>		
			Não sou proprietário	15	18,75
			Outro membro da família participa(pais)	11	13,75
			Problema de horário/falta de tempo	26	32,50
			Outros problemas internos	12	15,00
			Não gosto da tarefa/opção pessoal	05	6,25
			Não responderam	11	13,75
			Total	80	100,00

A distribuição dos moradores, entre proprietários e inquilinos, indica que predominam os primeiros, embora 26,75% dos pesquisados não detenham informações a respeito, o que reforça o argumento anterior: há autonomia para aprovar eventuais despesas com obras ou compras necessárias à implementação da CS (Tab. 8).

Tabela 8 Distribuição dos condôminos entre proprietários e inquilinos

Situação	Freqüência	Percentual
Há mais proprietários	99	63,06
Há mais inquilinos	12	7,64
Não sabe	42	26,75
Não responderam	04	2,55
Total	157	100,00

Dados sobre a qualidade da administração condominial, realizada por imobiliárias ou autogestão, indicam um atendimento bom ou regular, com menor incidência de avaliações “muito boas” e “péssimas”. Cerca de 60% dos condôminos indicaram a imobiliária responsável pela administração, embora as não respostas e o desconhecimento atinjam mais de 20% e talvez estejam associados a constantes trocas de imobiliária, mudança recente de domicílio e desinteresse ou esquecimento, o que poderia ser investigado pelas empresas interessadas em qualificar o atendimento e manter fiéis seus clientes (Tab. 9).

Tabela 9 Indicação da imobiliária e avaliação dos serviços prestados ao condomínio

Respostas	Freq.	Percentual	Avaliação dos serviços	Frequência	Percentual
Indicaram a Imobiliária	94	59,87	Muito Bom	13	8,28
Não temos imobiliária	07	4,46	Bom	68	43,31
Praticam a autogestão	19	12,10	Regular	46	29,30
Não sei	27	17,20	Péssimo	04	2,55
Não Responderam	10	6,37	Não Responderam	26	16,56
Total	157	100,00	Total	157	100,00

Em termos de situação e relacionamento condominial não foram obtidos dados setoriais. No entanto, a experiência de quem reside em condomínio vertical indica que a situação descrita reproduz com relativa fidelidade o que acontece na maioria dos prédios residenciais da cidade.

7.3.3 O Programa da Coleta Seletiva nos Edifícios Residenciais

Com vistas a avaliar não só a adesão individual ao programa de CS, mas a qualidade da mesma e sua extensão no âmbito dos condomínios pesquisados, foram elaboradas uma série de questões pertinentes, algumas com potencial para indicar caminhos a serem trilhados no sentido da pretendida otimização do programa.

Constam da Tab. 10 os 40 bairros de residência dos pesquisados, com situação geográfica diversificada, abrangendo as zonas sul, norte, leste e oeste, com destaque para os bairros: Cristal, Bom Fim, Tristeza, Centro, Petrópolis, Cidade Baixa, Floresta e Menino Deus.

Tabela 10 Distribuição dos pesquisados por bairro de residência

Bairros	Frequência	Bairros	Frequência
Alto Petrópolis	02	Mont`Serrat	03
Azenha	01	Moinhos de Vento	02
Boa Vista	03	Morro Santa Tereza	01
Bom Fim	13	Parque dos Maias	04
Camaquã	01	Partenon	01
Cavanhada	02	Passo da Areia	08
Centro	08	Petrópolis	04
Chácara das Pedras	01	Rio Branco	02
Cidade Baixa	06	Rubem Berta	01
Cristal	22	Santa Cecília	01
Cristo Redentor	05	Santana	04
Farroupilha	02	Santo Antônio	04
Floresta	06	São Geraldo	01
Glória	02	São João	01
Higienópolis	03	Sarandi	02
Jardim Botânico	01	Teresópolis	01
Jardim Ipiranga	03	Tristeza	09
Jardim Leopoldina	01	Vila Assunção	02
Jardim Lindóia	02	Vila Ipiranga	01
Jardim Planalto	01	Não responderam	14
Menino Deus	06	Total	157

Cerca de 72% dos pesquisados declararam participar do programa, conforme indicado na Tab. 11, que registra, ainda, o tempo de adesão, variável entre 6 meses e mais de 10 anos. Considerando que a CS foi implantada em 1990 e, a partir de 1996, estendida a praticamente todos os bairros, são compatíveis os resultados obtidos. O fato de haver famílias que aderiram nos últimos 6 meses ou um ano indicaria adesão crescente, embora de forma ainda tímida.

Tabela 11 Participação e tempo de adesão ao programa de coleta seletiva

Adesão	Frequência	Percentual	Tempo de Adesão	Frequência	Percentual
Sim	113	71,97	6 meses	04	3,54
Não	44	28,03	1 ano	05	4,42
Total	157	100,00	2 anos	25	22,12
			5 anos	31	27,43
			Mais de 5 anos	28	24,78
			Mais de 10 anos	17	15,05
			Não responderam	03	2,66
			Total	113	100,00

A partir da indicação dos fatores que determinaram o conhecimento do programa e a decisão de participar (Tab.12) conclui-se: os meios de comunicação, aliados à postura e decisão do condomínio, são os maiores responsáveis pela divulgação, justificando a adesão de mais de 65% das pessoas. Ações da prefeitura, governo ou DMLU respondem por um percentual bem inferior e sugerem deficiências a corrigir. As campanhas de ONGs. e escolas

são responsáveis por um número mínimo de adesões, evidenciando que há largo espaço para ações e parcerias específicas. Essa realidade preocupa, pois as escolas são hoje o foco da educação ambiental de pais e alunos. A cultura ou ensinamento familiar motivou 3,54% das pessoas, aspecto que será abordado na seqüência.

Examinando-se em particular as informações daqueles que aderiram nos últimos seis meses ou um ano (09 casos), temos: quatro devidos à iniciativa do condomínio, três motivados pela mídia e/ou vizinhos, um por cultura da família e uma não resposta. Ou seja, a atuação nos prédios tem potencial para elevar o número de adesões, o que deve ser incentivado porque os números são modestos.

Tabela 12 Indicação de como conheceu o programa e iniciou sua participação

Fatores determinantes	Frequência	Percentual
Campanha da prefeitura/governo/DMLU	12	10,63
Meios de comunicação	32	28,33
Propaganda	08	7,08
Adesão à iniciativa do síndico/condomínio	25	22,12
Vizinhos e televisão	09	7,96
Campanha de ONG	02	1,77
Campanha na escola	03	2,65
Vendo o caminhão passar	01	0,88
Após visita a lixão/unidade de triagem	02	1,77
Consciência ambiental	01	0,88
Cultura/ensinamento familiar	04	3,54
Não lembro mais	04	3,54
Não responderam	10	8,85
Total	113	100,00

A análise dos materiais separados, quando aparecem com maior expressividade por ordem: plásticos, latas, papel/papelão e vidros, indica que as embalagens tipo longa vida não são segregadas por cerca de 12% dos adeptos. A referência às pilhas, lâmpadas fluorescentes, medicamentos, isopor e tecidos é mínima: 8 pessoas num universo de 113 (Tab. 13).

Tabela 13 Indicação dos resíduos recicláveis separados

Opções de escolha	Frequência	Percentual entre votantes
Papel/Papelão	102	90,26
Plásticos	106	93,80
Embalagens Longa Vida	99	87,61
Latas	105	92,92
Vidros	101	89,38
Outro. Qual?	08	7,08
Remédios/Pilhas	01	-
Isopor/Tecidos	05	-
Pilhas e Lâmpadas	02	-

Fica claro, quanto aos critérios adotados na segregação (Tab. 14), que cerca de 85% apenas separam os resíduos, sem preocupação em reduzir o volume ou limpar as embalagens. Esse último cuidado, em particular, é assumido por cerca de 46% dos pesquisados.

Tabela 14 Indicação do critério adotado na separação

Opções de escolha	Frequência	Percentual entre votantes
Separa e junta para a coleta	96	84,96
Desmonta e dobra caixas	46	40,71
Enxágua ou lava as embalagens	52	46,02
Corta e procura reduzir o volume	32	28,32
Retira rótulos de garrafas de refrigerante	06	5,31
Outro(s) a) Enrola cacos de vidros	02	1,77
Não responderam	01	0,88

Partindo-se do pressuposto que “adesão qualificada” incluiria a entrega dos resíduos limpos e, preferencialmente em volumes compactados (para melhor aproveitamento da capacidade dos caminhões), foram cruzadas as opções relativas à compactação e enxágüe (limpeza) dos resíduos. Resultado: os números caem para 38 casos em 113 (34%). Outra análise qualitativa possível refere-se às pessoas que, praticando a “adesão qualificada” também sabem avaliar a participação de vizinhos no processo: 27 em 113, ou cerca de 24% dos adeptos à CS.

É razoável considerar que, individualmente, as pessoas não dispõem de meios para promover a CS nos prédios onde residem, a não ser em casos especiais quando são síndicos ou formam comissão interna com tal finalidade, por exemplo. Na maioria das vezes, os moradores apenas sabem informar se o programa está disseminado ou julgar se a adesão é boa, baixa ou muito baixa, o que lhes foi perguntado e será apreciado mais adiante. De qualquer forma, partindo-se de um percentual bruto de 72% de adesão, obtém-se números bem inferiores, 46%, 34% e 24% quando outras ponderações são associadas à pergunta original.

Examinada a informação de quem são os responsáveis pela CS no âmbito familiar (Tab.15), observa-se, primeiramente, que é pequena a participação conjunta de empregados, embora não se tenha um referencial sobre o número de famílias que os contratam.

Tabela 15 Indicação da pessoa(s) responsável (is) pela separação

Opções de escolha	Frequência	Percentual
Mãe/Esposa ou Namorada	07	6,19
Eu mesmo(a)	38	33,63
Faxineira/Empregada	03	2,66
Apenas os adultos	05	4,42
Toda a Família	47	41,59
A Família e os Empregados	12	10,62
Não responderam	01	0,89
Total	113	100,00

No entanto, sabendo-se que somam 12 os adeptos que moram sozinhos, das 38 pessoas que se declararam responsáveis pela separação 26 delas (68%) assumem a tarefa por famílias de 3, 4, 5 ou 6 membros. A alternativa “Toda a família”, apontada por 47 em 100 casos, mostra que grande parte não pratica em conjunto a segregação. Complementam a análise os registros de que em 6,19% das situações, compete à mãe, esposa ou namorada tal tarefa e que no quesito “Toda a família” estão incluídas 13 famílias compostas por dois membros. Está claro que a CS não é postura familiar consolidada, embora poucos considerem esse fato uma dificuldade na condução do processo, situação que será examinada adiante.

Os dados sobre motivação para participar da CS (Tab.16) revelam que a maioria dos adeptos têm consciência de contribuir para a preservação ambiental, a reciclagem e a geração de renda para populações carentes, fatores a destacar no processo de divulgação.

Tabela 16 Motivação para participar da coleta seletiva

Fatores indicados e submetidos a enquadramento (questão aberta)	Freq.	Percentual
Preservação do meio ambiente e reciclagem	49	40,50
Consciência ambiental	20	16,53
Ajudar a cidade a cuidar do seu lixo/qualidade do meio ambiente/necessidade	19	15,70
Preservação do meio ambiente e geração de renda	15	12,40
Proporcionar trabalho para populações carentes	07	5,78
Regra ou pedido do condomínio	03	2,48
Sociedade organizada começa em casa	01	0,83
Não Responderam	07	5,78
Total	121	100,00

As eventuais dificuldades enfrentadas no processo de seleção constam da Tab. 17, sendo uma realidade para mais de 28% das pessoas. As indicações permitem concluir que atitudes simples, como compactar os resíduos, podem amenizar o problema do acúmulo e que a seletiva não é realizada de forma harmônica pela maioria dos moradores, tampouco tem procedimentos padronizados para empregados, o que será ratificado em análises subsequentes.

Tabela 17 Relato de dificuldade enfrentada na separação do lixo

Há dificuldade?	Frequência	Percentual	Relato do problema	Frequência
Sim	32	28,32	Acúmulo devido coleta seletiva ser semanal	13
Não	79	69,91	Vizinhos não praticam a seleção	08
Não responderam	02	1,77	Risco do zelador/faxineira misturar os dois tipos de lixo	07
Total	113	100,00	Falta de disciplina própria/familiar	02
			Dúvida se o material é reciclável	01
			Apartamentos/condomínios não planejados para a coleta seletiva	01
			Total	32

A pesquisa incluiu duas perguntas inter-relacionadas (10 e 11) sobre resíduos tóxicos ou poluentes que, possivelmente, foram mal interpretadas. Explica-se: diversas pessoas, mesmo sem preencher a primeira sobre o descarte desses itens, marcaram “lixo separado” para destino dos mesmos na segunda, talvez por acreditarem ser a opção adequada. Outras, que não praticam a CS, escolheram a opção “lixo separado” para descarte, o que se mostra contraditório. Infere-se que há desconhecimento ou dúvidas sobre o conceito e o descarte de produtos tóxicos ou poluentes, indicativo para reflexão e ações específicas.

As respostas consistentes ao primeiro quesito permitiram construir a Tab. 18, revelando que os produtos descartados com maior frequência (mensal) são por ordem: pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, medicamentos vencidos e embalagens de inseticida. Outro resultado mostra que cerca de 3% dos pesquisados usa o vaso sanitário para descartar azeite e gorduras usadas, situação condenada pelos técnicos devido ao baixo índice de tratamento de esgotos na cidade. O recomendado seria embalar e dispor esses materiais para a coleta comum, já que os aterros sanitários estão mais bem preparados para recebê-los (DMLU, 2003).

Tabela 18 Descarte de produtos poluentes ou tóxicos

Produto(s) descartado(s) mensalmente	Frequência	Percentual entre votantes
Pilhas e Bateriais	48	30,57
Lâmpadas Fluorescentes	24	15,20
Medicamentos Vencidos	23	14,65
Embalagens de Inseticidas	22	14,01

Para conhecer a realidade da segregação nos condomínios, foi pedido que os pesquisados avaliassem a adesão de vizinhos. Os dados da Tab.19 surpreendem: 35,67% não sabem informar e cerca de 25% a consideram muito baixa ou baixa. Apenas 16,56% e

18,47%, respectivamente, avaliam a adesão como boa ou informam que a maioria participa. Ou seja, em mais de 60% dos edifícios da amostra, a atuação é individual e dependente do grau de consciência do morador.

Tabela 19 Avaliação da adesão dos vizinhos à coleta seletiva

Opções de Escolha	Frequência	Percentual
Considero muito Baixa	14	8,92
Considero baixa	25	15,92
Considero boa	26	16,56
A maioria dos moradores participa	29	18,47
Não sei	56	35,67
Não responderam	07	4,46
Total	157	100,00

A Tab.20 pretende complementar a análise: prédios de pequeno e médio porte (com até 60 apartamentos) concentram os melhores resultados (maioria participa ou boa adesão). No entanto, as piores avaliações também predominam em prédios com essas características. Logo, não existe associação direta entre o porte do edifício ou condomínio e a adesão ao programa.

Tabela 20 Avaliação da adesão considerando o número de apartamentos do condomínio

Número de apartamentos	Muito Baixa	Baixa	Boa	Maioria	Não sabe
Até 20	09	12	12	10	22
21 – 60	03	08	06	13	14
61 – 100	-	04	04	03	05
101 – 200	01	-	-	02	06
Mais de 200	01	-	02	01	04
Não informaram o número	-	01	02	-	05
Total	14	25	26	29	56

Entre as pessoas que não sabem informar, há moradores tanto de prédios pequenos (de 6 até 20 apartamentos) como de condomínios com mais de 200 economias. Nos pequenos, pelo próprio porte, era de supor ser mais fácil o controle, a adesão uniforme e o conhecimento da situação. Nos grandes, em princípio, a coleta só é viável mediante a instalação de lixeiras próprias e uma sistemática definida, o que também não é relatado ou percebido pelos moradores.

Está claro que a adesão à CS não é prática uniformemente adotada pela maioria dos edifícios, havendo espaço para atuação do DMLU e das imobiliárias. Os prédios pequenos são mais numerosos, porém demandariam trabalho de conscientização de um menor número de

peessoas, o que em tese pode elevar os índices de sucesso e facilitar o trabalho das imobiliárias. Nos grandes, o potencial de benefício para a cidade é ampliado e favorável à atuação do DMLU, já que são grandes geradores de resíduos recicláveis.

Para as pessoas que avaliaram a adesão dos vizinhos como baixa ou muito baixa, perguntou-se que ações seriam indicadas para aumentá-la. O item, no entanto, recebeu contribuições também de pessoas que registraram outras avaliações, totalizando 51 opiniões (Tab.21). As propostas dão ênfase, basicamente, a duas necessidades fundamentais: conscientização de moradores e funcionários e maior divulgação de horários, instruções e benefícios associados à CS (69%). As demais sugestões são complementares e oportunas: compra de lixeiras para classificar resíduos e inserção de avisos em contas de luz, água e outros documentos afins.

Tabela 21 Ações para aumento da adesão à seletiva em condomínios onde é baixa ou muito baixa

Propostas	Freq.	Percentual
Campanhas e reuniões de conscientização para moradores e funcionários	23	45,10
Maior divulgação de horários, instruções e benefícios econômicos	12	23,53
Compra de lixeiras para classificar	04	7,84
Coleta mais freqüente e incentivos	03	5,89
Incentivo de outros moradores/mobilização	02	3,92
Conscientização e apoio da prefeitura	02	3,92
Avisos nas contas de luz, água e outros documentos de pagamento	01	1,96
Educação e conscientização, apenas leis e normas não funcionam	01	1,96
As pessoas só colaborariam se houvesse multas	01	1,96
Campanha na TV	01	1,96
Não sei, já tentamos diversas coisas	01	1,96
Total	51	100,00

Com uma abordagem mais abrangente, que reuniu idéias de todos os pesquisados, buscou-se saber que ações poderiam aumentar a adesão à CS na cidade (Tab. 22). Para a maioria (73,25%) a chave da questão está na divulgação do programa e de informações técnicas, embora 63,06% sejam favoráveis a que se incentive, com desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), os imóveis localizados em condomínios que participam. O estudo da concessão do benefício pecuniário pode contribuir positivamente para a desejável divulgação e discussão do tema. Num contexto mais amplo, a perda da receita poderá se traduzir em ganhos socioeconômicos e ambientais significativos, conforme demonstrado nos Caps. 3 e 4.

O envolvimento de imobiliárias, síndicos, zeladores e moradores jovens ou aposentados para ações informativas e de conscientização é defendido por cerca de 50% dos pesquisados, que acreditam parte da solução estar ao alcance dos condôminos e

administradoras. Dar destaque às vantagens econômicas, sociais e ambientais da CS e da reciclagem, criar leis mais rigorosas e taxas de lixo diferenciadas e maiores complementam as propostas, demonstrando que o objetivo principal de “sensibilizar para o aumento da adesão” só será atingido com um conjunto diversificado de instrumentos.

Tabela 22 Ações que podem aumentar a adesão à coleta seletiva na cidade

Opções de escolha múltipla	Freq.	% Votantes
Buscar o apoio de imobiliárias, zeladores, síndicos e moradores jovens ou aposentados para ações informativas e de conscientização	76	48,41
Mobilizar as pessoas já participantes e motivadas para um trabalho de multiplicação, destacando as vantagens econômicas, sociais e ambientais	61	38,85
Criar leis mais rigorosas, com multas para prédios que não tratam seu lixo de forma adequada.	54	34,39
Cobrar taxas maiores para o lixo comum descartado (não selecionado).	20	12,74
Aumentar a propaganda da coleta seletiva e a divulgação de informações técnicas	115	73,25
Incentivar com desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) prédios que adotam a coleta	99	63,06
Outra(s)	16	10,19
a) educação ambiental nas escolas e universidades	06	-
b) orientação da prefeitura e não multas	02	-
c) lixeiras separadas	01	-
d) mostrar os benefícios/divulgar dias e horários	02	-
e) aumentar as áreas da coleta seletiva (periferia) e a frequência	01	-
f) divulgar prédios-modelo e mostrar que é simples participar	01	-
g) estipular dias para coleta de grandes volumes (sofás, fogões)	01	-
h) plano operacional estratégico nas três esferas de governo	01	-
i) programas sociais	01	-

No quesito anterior, algumas pessoas marcaram todas as opções, registrando que o tema exige atuação forte e em diferentes frentes. Aberta a oportunidade para outras opiniões, destaca-se aquela que propõe a divulgação de prédios-modelo, mostrando como é simples participar. Idéia compatível com os propósitos do estudo, que pretende dar publicidade e conquistar espaço na mídia para o tema, ela pode ser ampliada para a divulgação de bairros-padrão.

As justificativas da não adesão à CS, o perfil sociocultural e os fatores que levariam os não participantes a mudar de idéia ou atitude (Tabs. 23 e 24) mostram que há equilíbrio entre homens e mulheres, com níveis de escolaridade variados e faixas etárias representativas e semelhantes a dos adeptos, demonstrando que, a princípio, não está no fator sociocultural a explicação para uma atitude positiva ou negativa.

Tabela 23 Perfil sociocultural dos não participantes no programa de coleta seletiva

Sexo	Frequência	Escolaridade	Frequência	Faixa etária	Frequência
Masculino	22	1º Grau	02	16 – 30 anos	08
Feminino	18	2º Grau	12	31 – 40 anos	13
Não responderam	04	Sup. Incompleto	10	41 – 50 anos	12
Total	44	Sup. Completo	10	51 – 60 anos	05
		Pós-graduação	08	61 – 70 anos	01
		Não responderam	02	Não responderam	05
		Total	44	Total	44

As justificativas apontadas por 40% dos não adeptos confirmam que a baixa divulgação e apoio dos moradores e síndicos são relevantes na análise global da questão, embora atribua a terceiros a falta de uma atitude pessoal mais positiva e responsável. Para 13,20% é difícil mudar hábitos familiares, de fato um desafio a ser enfrentado por um número provavelmente muito maior de pessoas e famílias que o registrado. Há quem admita que o problema é preguiça ou que não sabe como participar.

Tabela 24 Relato da(s) justificativa(s) para não participação no programa de coleta seletiva

Opções de escolha	Frequência	Percentual
Já pago impostos. É obrigação do governo tratar do lixo.	01	1,89
Considero que não vale a pena. A economia é insignificante.	-	-
É difícil mudar os hábitos familiares.	07	13,20
Não tenho tempo. Há coisas mais importantes com que me preocupar.	01	1,89
Falta espaço no meu apartamento.	04	7,55
Faltam divulgação e apoio dos moradores e síndico do meu prédio.	21	39,62
O brasileiro não gosta de regras e de disciplina.	-	-
Outro motivo. Qual?	19	35,85
a) Falta espaço adequado no condomínio	05	-
b) Não há coleta no meu bairro/rua	04	-
c) Coleta só uma vez por semana	03	-
d) Preguiça	01	-
e) Falta de divulgação da prefeitura sobre dias e horários	03	-
f) Não sei como participar	01	-
g) Difícil conscientizar moradores	02	-

Surpreende não ter sido utilizado o argumento: a separação “dá cheiro e junta bicho” às vezes apontado como responsável pela não adesão, talvez porque uma das primeiras questões trate dos critérios adotados e inclua item relativo à limpeza de embalagens. Um fato que pode ser interpretado como positivo é o reduzido número de pessoas que utilizaram argumentos como: já pago impostos, é obrigação do governo tratar do lixo, ou tenho coisas mais importantes com que me preocupar. Não houve quem apontasse a alternativa “não vale a

pena, a economia é insignificante”, evidências de que há, de fato, um crescimento da consciência e do nível de informação das pessoas.

Analisando-se os fatores que promoveriam uma mudança de atitude (Tab. 25), verifica-se que é recorrente o aspecto da divulgação sobre o funcionamento do processo e de como participar, bem como de infra-estrutura adequada e integração no âmbito dos condomínios. Há quem destaque a necessidade de “um empurrãozinho e vergonha na cara”. Cerca de 30% não responderam à pergunta, mostrando que a situação ideal está longe de ser atingida e que os desafios são grandiosos, embora não se pretenda atingir a unanimidade num curto espaço de tempo.

Tabela 25 Indicação de fatores que levariam os não participantes da coleta seletiva a mudar de idéia ou atitude

Fatores	Freq.	Percentual
Divulgação sobre funcionamento do processo/como participar	06	13,64
Adequada infra-estrutura no prédio	05	11,36
O condomínio integrar-se ao processo de coleta seletiva	04	9,10
Bastaria uma interação com vizinhos e maior divulgação oficial	04	9,10
Conscientização e responsabilidade	02	4,55
O caminhão passar na minha rua/bairro	03	6,82
Mais espaço no apartamento	01	2,27
Mobilização do síndico e moradores	01	2,27
Certeza de que o lixo não será misturado	01	2,27
Separo o lixo seco e deposito na calçada para catadores. Tem funcionado.	01	2,27
Um empurrãozinho e vergonha na cara/criar o hábito	01	2,27
Educação, informações técnicas e transparência no destino dos resíduos	01	2,27
Deveria ser uma obrigação dos cidadãos e dos órgãos públicos	01	2,27
Não sei	01	2,27
Não responderam	12	27,27
Total	44	100,00

Perguntados sobre os sentimentos que associam à atividade de separar resíduos recicláveis, cerca de 80% dos pesquisados escolheram “responsabilidade” e “cidadania”, mostrando que são aspectos a serem ressaltados em campanhas e ações pertinentes ao tema. O universo das opções e das escolhas foi amplo e dá sinais de que outras considerações como solidariedade, obrigatoriedade, modernidade, racionalidade, ética, orgulho e, até mesmo, agonia pelo fato do bairro não ser atendido são, adequadamente vinculadas ao tema e podem ser exploradas (Tab 26).

Tabela 26 Sentimentos associados à atividade de separar os resíduos recicláveis domésticos

Opções – escolha múltipla	Frequência	Percentual entre votantes (156)
Solidariedade	77	49,36
Cidadania	122	78,21
Deveria ser obrigatório	54	34,62
Responsabilidade	127	81,41
Modernidade	47	30,13
Orgulho	31	19,87
Vergonha	-	-
Perda de tempo	-	-
Humilhação	-	-
É coisa de país subdesenvolvido	01	0,64
Outro(s) Qual?	11	7,05
a) Coisa de primeiro mundo	02	-
b) Racionalidade	01	-
c) Inteligência	02	-
d) Consciência	03	-
e) Ética/Conduta	01	-
f) Agonia pelo bairro não ser atendido	01	-
Não votaram	01	-

As análises seguintes estão voltadas à sondagem de opiniões sobre a participação ou não das imobiliárias no processo de CS e educação ambiental de condôminos. Para cerca de 57% dos pesquisados a resposta é positiva (Tab. 27).

Tabela 27 Posicionamento sobre participação da imobiliária nos processos de coleta seletiva e educação ambiental de condôminos

Imobiliária deve participar?	Frequência	Percentual
Sim	89	56,69
Não	39	24,84
Não sabe	02	1,27
Não Responderam	27	17,20
Total	157	100,00

A forma de participação foi detalhada na Tab. 28. A divulgação de benefícios econômicos e o incentivo e orientação sobre locais adequados, dias e horários foi apontada por 42,70%. Para cerca de 30%, a ação deve contemplar avisos, circulares, boletins informativos e de orientação, inclusive lembretes nos rodapés de documentos de pagamento. Entre as demais proposições, cabe ressaltar palestras e explicações dirigidas a novos inquilinos ou proprietários, até porque são ações eficazes adotadas em outros estados (Cap. 5).

Tabela 28 Opinião sobre a forma de participação da imobiliária nos processos de coleta seletiva e educação ambiental de condôminos

Proposições	Freq.	Percentual
Divulgando benefícios econômicos, incentivando e orientando sobre locais adequados e dias/horários	38	42,70
Através de avisos, circulares, boletins informativos e de orientação ou/e lembretes nos rodapés de documentos de pagamento	26	29,21
Organizando reuniões e palestras específicas para este fim	09	10,11
Educando e orientando condôminos, zeladores e empregados	06	6,74
Incentivando com descontos mensais e promoções	02	2,26
Enviando explicações a novos inquilinos ou proprietários	01	1,12
Informando e cobrando providências	01	1,12
Não responderam	06	6,74
Total	89	100,00

Para 41% das pessoas que discordam do envolvimento das imobiliárias, o problema é do síndico, como se unicamente dele dependesse a conscientização dos moradores ou a solução dos problemas nos edifícios (Tab. 29). Não é raro ser justamente a desinformação ou a postura pessoal do síndico o empecilho para a adoção da seletiva, o que derrubaria esse argumento. É certo, porém, que moradores e empregados devem estar motivados, informados e dispostos a participar.

Constata-se, ainda, que 23% classificam as imobiliárias como empresas “que se limitam à administração financeira”, que “só pensam em receber no prazo e cobrar multas” ou ainda “que não há interesse da parte delas nesse tema”. Seria bem-vinda, e até uma oportunidade para as imobiliárias, portanto, a participação mesmo que complementar na sensibilização de moradores e no gerenciamento dos resíduos gerados em condomínios.

Tabela 29 Justificativa para a não participação da imobiliária nos processos de coleta seletiva e educação de condôminos

Justificativa	Freq.	Percentual
É questão de conscientização dos moradores/é problema do síndico, moradores/zelador	16	41,03
Imobiliárias operam só administrando/limitam-se à administração financeira/serviços administrativos/só pensam em receber no prazo e cobrar multas/não é o perfil da imobiliária/não há interesse da parte deles	09	23,08
Deve ser orientação da prefeitura	03	7,70
O próprio condomínio encarrega-se disso	02	5,13
Mudar hábitos começa em casa	01	2,56
Os meios de comunicação são a melhor forma	01	2,56
O assunto não foi discutido	01	2,56
Não responderam	06	15,38
Total	39	100,00

Dados das Tabs. 30 e 31 indicam que mais de 87% dos pesquisados apoiariam obras ou compras necessárias à CS em seus prédios. As motivações são diversas e relacionadas ao aumento da adesão e simplificação do processo, geração de benefícios e como tentativa válida para acelerar a conscientização, com reflexos na limpeza e qualidade de vida nos condomínios. Cerca de 42% não apontaram as razões do apoio, o que pode ter sido motivado pela obviedade da resposta, falta de argumentos ou pela característica descritiva do questionário aplicado, que gerou diversas não respostas em itens que pediam explicações.

Tabela 30 Realização de obras ou compras necessárias à coleta seletiva no condomínio

Você apoiaria?	Frequência	Percentual
Sim	137	87,26
Não	08	5,10
Depende	04	2,54
Não responderam	08	5,10
Total	157	100,00

Tabela 31 Motivação para o apoio a obras e compras que facilitem o processo de coleta seletiva

Motivos	Freq.	Percentual
Aumentariam a adesão à seletiva e simplificam e facilitariam o processo	25	18,25
Pelos benefícios resultantes/despesa necessária/seria lucrativo	21	15,33
Importantes para o futuro/fundamentais/excelente iniciativa/tentativa válida	13	9,49
Pois deve haver participação de todos para um programa funcionar/ser viável	06	4,38
Para acelerar a conscientização, preservar recursos e reaproveitar materiais	05	3,65
Proteção à vida e qualidade do meio ambiente	04	2,92
Haveria maior limpeza e qualidade de vida no meu condomínio	03	2,19
Não havendo custo adicional	02	1,46
Apoiaria, mas creio que seria inútil	01	0,73
Não responderam	57	41,60
Total	137	100,00

O posicionamento sobre a possível troca de imobiliária por outra ambientalmente responsável, mantidos o padrão dos serviços e os custos atuais, está consolidado na Tab. 32 indicando que 66% apóiam a decisão e 18% não.

Tabela 32 Posicionamento sobre possível troca de imobiliária em favor de empresa preocupada com a preservação e a economia de recursos ambientais

Você apoiaria a troca?	Frequência	Percentual
Sim	104	66,24
Não	28	17,84
Depende	02	1,27
Não temos	01	0,64
Não responderam	22	14,01
Total	157	100,00

Os motivos que determinaram as opiniões favoráveis e contrárias à troca constam das Tabs. 33 e 34 e estão associados, respectivamente, aos benefícios econômicos e ambientais resultantes (38,46%) e à satisfação nesse sentido com a empresa atualmente contratada. As pessoas consideraram que as empresas imobiliárias preocupadas com a preservação do meio ambiente e as ações empreendidas com esse objetivo são exemplo de competência, qualidade e, até mesmo, um dever ou papel a ser desempenhado pelas mesmas, que estariam agregando valor aos serviços oferecidos e “não só visando lucro”. Há quem afirme, no entanto, sobre imobiliárias ambientalmente responsáveis: “mas isso não existe!”, confirmando se tratar de postura inovadora.

Tabela 33 Motivação para a troca de imobiliária por outra ambientalmente responsável

Motivos	Frequência	Percentual
Para reduzir custos/economizar/gerar benefícios econômicos e ambientais	40	38,46
Bom para ambas as partes, ajuda com ações mais efetivas	09	8,66
Seria tentativa para educar e conscientizar	05	4,81
Seria troca inteligente/de qualidade/seria uma boa	04	3,85
Seria empresa consciente, inteligente, solidária, c/ atendimento melhor e atualizado/um exemplo de competência	04	3,85
Apoio à coleta e qualidade de vida	03	2,89
Para agregar valor aos serviços oferecidos/não só visar lucro	02	1,92
É óbvio	02	1,92
Todas deveriam oferecer esse serviço, é básico, é também função da imobiliária	02	1,92
Apesar de termos autogestão, já sugeri contratar imobiliária	02	1,92
Às vezes é mais propaganda com pouca eficácia	01	0,96
Melhor maneira de fazer as pessoas entenderem	01	0,96
Mas isso não existe!	01	0,96
Não responderam	28	26,92
Total	104	100,00

Entre os que se dizem contrários, uma análise mais acurada das respostas revela comentários do tipo “o ideal seria solicitar a cooperação da atual, que pode melhorar”; “há outras variáveis em jogo”; “todas deveriam ser assim”; e “esse tipo de postura exige mudança nas imobiliárias”, reafirmando que há espaço para as citadas empresas surpreenderem ou superarem as expectativas de seus clientes e que qualquer nova ação deve se somar ao bom ou ótimo desempenho nas tarefas tradicionalmente realizadas.

Tabela 34 Motivos para não trocar de imobiliária por razões ambientais

Motivos	Frequência
A atual satisfaz/atende/é responsável/supre esta necessidade	09
O ideal seria solicitar a cooperação da atual que pode melhorar	03
Não depende da imobiliária, mas de consciência e responsabilidade dos moradores	03
Há outras variáveis em jogo (honestidade/pontualidade/administração financeira)	02
Troca não resolveria, existem outras maneiras	02
Não sei se os proprietários apóiam	02
Todas deveriam ser assim	01
Este tipo de postura exige mudanças nas imobiliárias	01
Administração própria é mais barato	01
O governo é que deve instalar lixeiras separadas	03
Não responderam	01
Total	28

A possibilidade de maior interação entre imobiliárias e prédios administrados na questão do gerenciamento do lixo não deve ser desprezada também porque há notícia de condomínios em Porto Alegre que obtêm receita na comercialização de materiais recicláveis, enquanto outros têm despesas com multas pela responsabilização no descarte inadequado do lixo.

Diferentemente de cidades que não têm programas municipais de CS, aqui o trabalho de ambos, imobiliárias e condomínios, é facilitado porque dispensa a etapa, às vezes complicada, de venda ou doação dos diferentes tipos de resíduos recicláveis, cada qual com mercado próprio. Evita-se, ainda, o acúmulo de grandes volumes, exigidos para viabilizar negócios e garantir regularidade de coleta a custos vantajosos, e os riscos associados à característica inflamável da maioria dos itens (papel/papelão/plástico), segundo as experiências descritas no Cap. 5.

7.3.4 Responsabilidade Social e Ambiental dos Condôminos

Tendo em vista os propósitos do trabalho, que busca caminhos para otimizar a CS se valendo da responsabilidade social e ambiental de indivíduos e empresas e do apoio de ONGs., questões específicas foram incluídas na pesquisa.

A Tab. 35 reúne dados sobre área de interesse na leitura de jornais ou nos programas televisivos. Entre as opções, que associaram propositalmente idéias correlatas, algumas diretamente ligadas às particularidades do estudo, o destaque coube ao item “saúde/qualidade de vida/meio ambiente”, escolhido por 71,34% dos pesquisados. Embora, individualmente, a preocupação com saúde possa comportar situações não relacionadas ao equilíbrio ambiental, o

resultado mostra que as pessoas são bastante sensíveis à temática, ou foram motivadas a refletir sobre o assunto com repercussão nas respostas.

Em segundo posto, é interessante observar que a alternativa “política/ações do governo” (57,32%) recebeu votação muito próxima a “lazer/cinema/shows” (54,78%), revelando que um bom número de cidadãos está atento às propostas, à atuação e ao desempenho governamental, o que é positivo e revelaria a maturidade do grupo amostrado. Entre outros temas atuais, a questão da “pobreza/desemprego/exclusão social” preocupa ou afeta de alguma forma mais de 40% dos pesquisados, que estariam igualmente sensíveis a essa problemática, fortemente associada à proliferação da atividade informal dos catadores de recicláveis e um dos focos do estudo, embora muitos desconheçam todas as suas interfaces e conseqüências, que serão examinadas adiante.

Tabela 35 Área de interesse dos pesquisados na leitura de jornais ou nos programas de televisão

Opções de Escolha	Frequência	Percentual entre votantes
Segurança/Violência/Criminalidade	76	48,41
Pobreza/Desemprego/Exclusão Social	63	40,13
Saúde/Qualidade de Vida/Meio Ambiente	112	71,34
Política/Ações do Governo	90	57,32
Educação e Literatura	70	44,58
Economia/Finanças/Investimentos	66	42,04
Notícias do Meio Artístico/Novelas	26	16,56
Informática	22	14,01
Lazer/Cinema/Shows	86	54,78
Futebol/Esportes	41	26,11
Outras	10	6,37

A maioria das pessoas (67,51%) que responderam positivamente ao quesito “Você costuma participar de ações de solidariedade em favor de causas sociais, tipo Criança-Esperança, Natal Sem Fome, Auxílio a Desabrigados, “Dia do Kilo”, doações a entidades assistenciais?” mostraram-se participativas e conscientes da necessidade de ser solidárias e complementar o papel do governo na área (Tabs. 36 e 37).

Tabela 36 Participação em ações ou campanhas em favor de causas sociais

É participante?	Frequência	Percentual
Sim	106	67,51
Não	49	31,21
Às vezes	01	0,64
Não responderam	01	0,64
Total	157	100,00

Tabela 37 Justificativa da participação em campanhas de solidariedade

Respostas	Frequência	Percentual
Responsabilidade/Solidariedade/Cidadania	43	40,57
Ajudar nestas campanhas é essencial/importante	17	16,04
Todos doando algo, existirão menos pessoas em dificuldades	14	13,20
Estou engajado/tenho condições/sinto-me bem	11	10,38
A ausência/incompetência do governo na área é problema sério	05	4,72
Para complementar o papel do governo	02	1,89
Participo, desde que oficiais	01	0,94
Participo, mas não com frequência	01	0,94
Não responderam	12	11,32
Total dos participantes	106	100,00

Cerca de um terço não participam das campanhas pelas seguintes razões: falta de confiança ou temor de desvios de recursos, fazem doações pessoalmente ou alegam falta de incentivo, oportunidade ou informação, apontando para deficiências que merecem ser consideradas, de forma a se obter maior credibilidade e angariar novos adeptos. Cabe salientar, ainda, que 10,20% têm consciência de que tais campanhas não resolvem as causas dos problemas sociais e que o percentual de não resposta foi relativamente elevado (Tab. 38).

Tabela 38 Justificativa da não participação em campanhas de solidariedade

Respostas	Frequência	Percentual
Não confio nestas campanhas/há ou pode haver desvio de recursos	09	18,37
Faço doações pessoalmente/prefiro ajudar parentes necessitados	08	16,33
Falta incentivo/oportunidade/informação	06	12,25
Estas campanhas não resolvem as causas dos problemas/são coisa de momento/parecem campanhas publicitárias	05	10,20
Não tenho tempo/dinheiro/não quero	05	10,20
Não acredito nestas campanhas	04	8,16
Opção pessoal	01	2,04
Não responderam	11	22,45
Total dos não participantes	49	100,00

Quando a pergunta buscou a opinião sobre trabalho voluntário, o índice de não resposta caiu. Um expressivo número de pessoas (70%) utilizou-se de adjetivos os mais variados e elogiosos para avaliá-lo. As possibilidades de realização pessoal e o apoio à solução de problemas e às políticas públicas foram considerados (9,55%). A íntegra das opiniões consta da Tab. 39, destacando-se que há ressalvas e que apenas 1,91% apóiam e participam diretamente, sendo esse um ideal de futuro declarado por 1,27% dos pesquisados. As empresas são chamadas a doar parte do tempo dos empregados à causa (0,64%) confirmando que a responsabilidade social corporativa é valorizada e têm o apoio de colaboradores.

Tabela 39 Opinião sobre o trabalho voluntário

Opiniões	Frequência
Considero importante, válido, bom, interessante, generoso, maravilhoso, excelente, ótimo, nobre, digno, correto, útil, estimulante, fundamental, louvável, necessário, essencial, legal, gratificante, relevante, positivo, bonito	109
Possibilidade de realização pessoal e minimiza os problemas sociais	06
Valioso instrumento de apoio às políticas públicas sociais	05
Ótima maneira de ajudar os outros em seu tempo livre	04
Não concordo, cabe ao governo e está sendo feito pela população/importante, mas não deve substituir a ação governamental	04
Deveria ser normal para todos e mais frequente	04
Apóio e participo	03
Importante, mas poucos têm tempo hoje para isso	03
É um ideal de futuro	02
Não me atrai e creio que deva se feito por pessoas que não têm emprego, são sustentadas por outros ou já são aposentadas/não me interessa	02
Seria interessante que a empresa empregadora doasse parte do nosso tempo para esta finalidade	01
Ações positivas, mas não suficientemente eficientes	01
Não responderam	13
Total	157

A Tab. 40 indica os resultados da questão: “Em que área você contribuiria se optasse por ser voluntário?”. Apesar da escolha múltipla, a ênfase em número de indicações foi dada à área de educação (46) e auxílio a jovens e adolescentes carentes (45). Num patamar logo abaixo, estão: assistência a idosos ou deficientes, área técnica e causas ambientais. Portanto, há compatibilidade com os propósitos do estudo: ainda é comum a presença de jovens e crianças em atividades de catação de recicláveis e educação ambiental exige informações técnicas e interesse pessoal pela área, revelado por um bom número de participantes.

Tabela 40 Área de opção para trabalho voluntário

Opções de escolha múltipla (caso optasse por ser voluntário)	Frequência
Não optaria	10
Prefiro fazer doações a entidades ou ONGs	17
Educação	46
Área da saúde	23
Auxílio a jovens e adolescentes carentes	45
Área prisional (junto a presídios)	03
Assistência social a idosos ou deficientes	33
Causas ambientais- Preservação da natureza	29
Área técnica (administrativa, médica, jurídica, informática) compatível com meus conhecimentos	30
Outra Qual? a) prática esportiva	02
b) shows beneficentes	01
c) alfabetização de adultos	01
d) sou emotiva, qualquer uma delas	01
e) com crianças carentes (brincadeiras)	01
f) pessoas conhecidas e necessitadas	01
g) em organização	01
h) escoteiros	01

É surpreendente constatar que mais de 98% dos pesquisados, aí incluídos 28% que não praticam a CS, revelam-se preocupados em preservar o meio ambiente (Tab. 41).

Tabela 41 Distribuição dos pesquisados segundo a preocupação com preservação ambiental

Você se preocupa com a preservação ambiental?	Frequência	Percentual
Sim	154	98,09
Não	02	1,27
Não responderam	01	0,64
Total	157	100,00

Solicitados a apresentar justificativas, cerca de 20% se omitiram e 35% utilizaram a explicação: “as gerações presentes e futuras necessitam do meio ambiente para sobreviver”, “máxima” de relativa freqüência na mídia e nas discussões que envolvem a destruição da natureza e a necessidade de promoção do desenvolvimento sustentável (Tab.42).

Cerca de 20% afirmaram que preservar é ter qualidade de vida, 13% percebem que estão inseridos (e seus filhos também) no meio ambiente a ser preservado, onde tudo se interliga e que, do contrário, “os prejudicados seremos nós mesmos”. A CS como mecanismo para preservação de recursos ambientais é citada por 1,30% dos pesquisados, igual número dos que estão preocupados com a perspectiva da falta d’água. Ambos assuntos intimamente correlacionados ao tema, mas que não foram mencionados pela maioria.

Mais uma vez se conclui que a problemática ambiental, na prática, não está suficientemente clara ou associada ao cotidiano da população, explicando a postura contraditória de inclusão entre os que defendem o meio ambiente, porém não agem ou contribuem para tal no âmbito doméstico ou profissional, mesmo que com atitudes basicamente simples. Na seqüência, será examinado quesito específico sobre reciclagem nos ambientes de trabalho ou estudo dos pesquisados.

Tabela 42 Justificativa para a preocupação com a preservação do meio ambiente

Respostas	Freq.	Percentual
As gerações presentes e futuras necessitam do meio ambiente para sobreviver	54	35,06
Preservar é ter qualidade de vida	30	19,48
Do contrário, os prejudicados seremos nós mesmos	10	6,50
Questão crucial na atualidade/é nosso patrimônio/bem valioso e imprescindível	07	4,54
Vivo dentro dele, e meus filhos também	07	4,54
Atuo de forma a beneficiar o meio ambiente	06	3,90
Tudo se interliga no planeta/interfere no cotidiano	03	1,95
Ajudo a preservar recursos e reaproveitar materiais com a coleta seletiva	02	1,30
A destruição é enorme, vai faltar água	02	1,30
A Terra tem vida, precisamos aprender a respeitá-la	02	1,30
Por educação e formação familiar	01	0,65
Não responderam	30	19,48
Total	154	100,00

A Tab. 43 apresenta os principais problemas ambientais da cidade ou estado na ótica dos pesquisados. Considerando o número de indicações, o mais grave é a poluição de recursos hídricos, do ar e do solo que, coincidentemente ou não, está associada à gestão inadequada de rejeitos industriais e má disposição do lixo doméstico. Lixo nas ruas é a segunda referência que mais preocupa, aliada às inundações urbanas e à falta de saneamento básico, de recursos e de engajamento das autoridades, que totalizam 55 indicações e superam o problema da falta de educação e consciência socioambiental (22). Outras referências diversas indicam que o grupo amostrado tem uma visão abrangente e correta dos problemas ambientais. Não ficou claro, no entanto, se as pessoas percebem que suas ações particulares contribuem para o agravamento dos problemas ou podem amenizá-los.

Tabela 43 Indicação dos principais problemas ambientais da cidade ou estado

Problemas – Escolha múltipla	Frequência
Poluição de recursos hídricos, do ar e do solo	73
Lixo nas ruas	28
Falta de educação e consciência social e ambiental	22
Deficiência de saneamento básico/de recursos para ações/de engajamento de autoridades	17
Inundações, quando chove	10
Desertificação/desmatamento/erosão	08
Poluição sonora e do ar/trânsito	07
SMAM tem regras restritas, mas não atua com eficiência (ex. manutenção de parques e árvores)	05
Plano diretor com expansão exagerada de área construída/moradias irregulares	04
Desperdício de água, de recicláveis e de alimentos	03
Deficiência de fiscalização e de punições contra os danos ambientais	02
Transgênicos/agrotóxicos	01
Extinção de animais e vegetais	01
Calçamentos estragados, dificultando o uso de cadeiras de rodas	01
Pobreza e violência	01
Não responderam	20

Aos pesquisados foi solicitado avaliar o grau de consciência e educação ambiental do cidadão brasileiro (Tab. 44), confirmando percepções já bastante conhecidas. Ela é muito baixa ou baixa para cerca de 73% das pessoas, embora 23% avaliem que a consciência está crescendo. Tanto a deficiência quanto o crescimento da consciência ambiental são situações que estão inter-relacionadas à temática e às proposições desse estudo, detalhadas no Cap. 8.

Tabela 44 Avaliação do grau de conscientização e educação ambiental do cidadão brasileiro

Opções de escolha	Frequência	Percentual
É muito baixa	56	35,67
É baixa	59	37,58
É boa	03	1,91
Está crescendo	37	23,56
É muito boa	01	0,64
Não responderam	01	0,64
Total	157	100,00

As razões que explicam os baixos índices, na visão das 115 pessoas que assim se posicionaram e que representam parte da sociedade porto-alegrense, são convergentes e merecem crédito (Tab. 45). A questão cultural, que dissocia o bem público da idéia de bem comum e o vê como “coisa de governo”, aliada à ausência de comprometimento e noção das conseqüências da degradação, tanto no contexto público como privado, responderia pela baixa conscientização e senso de prioridade que a problemática está a exigir.

Tabela 45 Razões da baixa conscientização e educação ambiental do cidadão brasileiro

Razões apontadas	Freq.	Percentual
Falta de informação, conscientização, comprometimento e noção das conseqüências	45	39,13
Falta educação, ações, fiscalização e campanhas bem estruturadas e eficazes dos órgãos públicos/não é encarada como prioridade	24	20,87
Questão cultural, bem público dissociado da idéia de bem comum, visto como “coisa de governo”/deficiência no nível escolar básico	22	19,13
É muito difícil mudar hábitos/é cômodo ignorar/há desleixo, descaso e preguiça	08	6,96
As famílias não ensinam ou incentivam comportamento adequado	03	2,61
Falta de percepção de que estamos todos interligados	02	1,74
Preocupação com crescimento e ganância, alto custo ambiental	02	1,74
Idéia de que os recursos naturais são abundantes e infinitos	01	0,87
O brasileiro tem muitas outras carências básicas	01	0,87
Não responderam	07	6,08
Total	115	100,00

Convidados a indicar empresa ou produto que no processo de fabricação respeitam a natureza, os pesquisados que se omitiram ou não souberam responder somaram cerca de 74%, contra 26% que fizeram referência a empresas gaúchas, nacionais e multinacionais (Tab.46). Infere-se que a responsabilidade ambiental corporativa não está, ainda, sendo convenientemente divulgada ou valorizada pela grande público, desafio que se impõe aos empresários e gestores públicos que teriam a ganhar com a sua popularização. Confirma-se, uma vez mais, que o tema está longe do cotidiano das pessoas.

Tabela 46 Indicação de empresa ou produto que respeita o meio ambiente

Você sabe indicar alguma?	Frequência	Percentual
Sim	41	26,11
Não	96	61,15
Não responderam	20	12,74
Total	157	100,00

Quando a abordagem recai sobre a existência ou não de programas de separação de resíduos nos ambientes de trabalho ou estudo dos pesquisados, as conclusões apontam para situação relativamente equilibrada (Tab. 47). No entanto, observou-se que de um universo de 79 ambientes que mantêm tais programas, quase a metade são: escolas (15), universidades (10) e hospitais ou clínicas médicas (9), locais de maior foco para essas iniciativas ou que atendem a condicionantes legais.

Há espaço a conquistar nessa área, e uma possível otimização do programa de CS doméstica tem potencial para repercutir favoravelmente nas empresas e, reciprocamente, as ações voltadas à reciclagem nas empresas podem influenciar comportamentos nos ambientes domiciliares, desde que haja convergência e seriedade de intenções, adequada sensibilização e esforço de multiplicação entre participantes. Haveria vantagens para ambos, empresas e poder público, expostas no Cap. 8.

Tabela 47 Informação sobre existência de programa de separação de resíduos recicláveis no ambiente de trabalho ou estudo do pesquisado

Há programa?	Frequência	Percentual
Sim	79	55,24
Não	61	42,66
Não responderam	03	2,10
Total	143	100,00

Examinando-se os dados sobre o funcionamento dos programas (Tab.48), constata-se que, excetuados os casos onde há lixeiras específicas, os demais comentários revelam funcionamento precário ou incompleto. Em 3,80% das situações relatadas, o fator que motivou o programa está vinculado à gestão da qualidade (Filosofia 5S) referida no Cap. 4.

Tabela 48 Dados sobre funcionamento do programa de separação de recicláveis no ambiente de trabalho ou estudo

Como funciona o programa?	Frequência	Percentual
Lixeiras específicas p/ materiais recicláveis	43	54,43
Parece que funciona bem/por adesão/normal	04	5,06
Não conheço os procedimentos	04	5,06
Organizado por alunos sob orientação/na área de ciências	03	3,80
Através do programa 5S (gestão da qualidade)	03	3,80
Reuniões para orientação	03	3,80
Pessoal da faxina separa	03	3,80
Em processo de implantação	01	1,27
Não sei se atualmente está funcionando	01	1,27
Sem muito controle e cobrança	01	1,26
Parcial, só papéis	01	1,26
Não responderam	12	15,19
Total	79	100,00

Pela análise dos motivos da não participação nos referidos programas, constata-se que embora na teoria o processo seja simples, exigindo apenas o descarte em dois tipos de lixeiras específicas, a implementação pode se tornar complexa e desafiadora quando não adequadamente justificada ou compreendida em termos de benefícios socioeconômicos e ambientais (Tab. 49).

Nesse quesito, 39% dos pesquisados não se manifestaram, havendo um caso peculiar de pessoa que, mesmo considerando importante, não participa ou incentiva colegas, o que reforça considerações já feitas sobre cultura e mudança de hábitos, que se manifestam também nas empresas.

Tabela 49 Postura sobre a não participação no programa de recicláveis no ambiente de trabalho ou estudo

Você participa e incentiva colegas?	Frequência	Percentual
<u>Motivos do não</u>		
Não estou engajado c/ os responsáveis/não conheço o processo	06	16,67
Falta maior mobilização/interesse das pessoas	04	11,11
Razões pessoais/já tentamos e acabou em discussão	04	11,11
Não há oportunidade e tempo	03	8,33
Não gosto de doutrinar colegas/minha relação é restrita	02	5,55
O programa já está estruturado	01	2,78
É um projeto que ainda estamos estudando (no campus da Universidade. Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)	01	2,78
Não, mas acho importante	01	2,78
Não responderam	14	38,89
Total	36	100,00

Na pesquisa afirmou-se: "É comum a distribuição de folhetos e cartilhas sobre educação no trânsito, respeito ao meio ambiente, dicas de saúde, qualidade de vida, etc. Que atitude você adota ao receber esses materiais e o que pensa sobre as campanhas?" (Tab. 50). Conclui-se que elas são válidas segundo a maioria das indicações (86), contribuindo para educar e conscientizar a população e atingindo, em alguns casos, familiares, amigos e alunos dos pesquisados.

Há quem considere as campanhas e cartilhas pouco valorizadas em nossa sociedade e mal direcionadas (10) e quem as descarte sem ler ou avalie como desperdício de dinheiro (18). Porém, diversas pessoas fizeram críticas e comentários positivos e pertinentes: tais campanhas não são freqüentes, deveriam ser mais constantes e incentivadas, idealizadas conforme o público-alvo, exploradas em escolas, e se fazer acompanhar de ações práticas. Em resumo, informações úteis aos educadores ambientais.

Tabela 50 Opinião e atitude em relação à distribuição de folhetos e cartilhas educativas

Opinião e atitude	Frequência
Importantes e válidas para educar , informar e conscientizar a população	40
Leio e reflito, mostro a familiares e amigos	28
Leio e procuro aprender/praticar alguma coisa nova	15
Descarto/é lixo/nada significam para mim	15
Leio as que interessam	12
São mal direcionadas/pouco valorizadas em nossa sociedade/não são um bom meio de divulgação	10
Deveriam ser incentivadas/ mais constantes	09
Gosto, são explícitas e interessantes	08
São importantes, mas deveriam ser pensadas de acordo com o público-alvo	06
Não acho que sejam comuns tais iniciativas	04
Importantes, mas cabe pensar em palestras nas escolas sobre esses assuntos	03
Leio, seleciono e uso em sala de aula	03
Em geral conteúdo fraco, desperdício de dinheiro	03
Muitas campanhas ficam só nas propostas, não têm ações práticas	03
Material pouco atraente para o público jovem	02
Não responderam	12

Finalmente, foi abordada a questão dos catadores de lixo que circulam pela cidade. As opiniões estão divididas sobre a atividade em si e sobre a postura que as autoridades deveriam adotar (Tabs. 51 e 52). A atividade é corretamente entendida como uma fonte de renda, decorrente da falta de emprego e escolaridade dos praticantes. É considerada honesta, necessária e digna de respeito, pois ajudaria na limpeza da cidade (60 indicações).

No entanto, há quem observe que alguns catadores atrapalham o trânsito, criam problemas para síndicos e prédios, por revolverem lixeiras e volumes submetidos à coleta municipal, sujam a cidade e maltratam animais. Alguns cidadãos consideram lamentável que a sociedade não ofereça outros meios de vida a esses trabalhadores, cobram atuação oficial e associam a proliferação da atividade à ineficiência da coleta domiciliar e seletiva, o que interessa às autoridades na medida em que pode comprometer a credibilidade do programa.

É interessante observar que para a maioria dos pesquisados a compreensão da realidade é parcial ou mesmo idealizada: “catadores são exemplos de consciência ecológica”. Os impactos socioambientais e econômicos mais amplos da atividade são praticamente desconhecidos, em especial nas finanças públicas, o que será abordado no Cap. 8. Apenas duas indicações revelam preocupação com o descarte inadequado de rejeitos em lixões a céu aberto e arroios próximos aos locais de moradia desses trabalhadores. Situação que onera os cofres municipais devido à necessidade de periódicas operações de limpeza e recuperação ambiental, além dos gastos com tratamento de doenças contraídas por crianças, homens, mulheres e idosos que convivem nessas áreas degradadas.

Tabela 51 Opinião sobre catadores de lixo que circulam pela cidade

Respostas	Frequência
Modo de emprego e fonte de renda pela falta de emprego e instrução	25
Atividade honesta, necessária, digna de respeito	22
Ajudam a cidade com a coleta e sobrevivem/trabalho exaustivo	22
Devem ser organizados em cooperativas formais e incentivados pela prefeitura a usar métodos mais práticos	13
Às vezes atrapalham e sujam a cidade	13
Lamentável que a sociedade não ofereça outros meios de vida, é humilhante	12
Deveriam ser regularizados, atrapalham o trânsito e incomodam moradores	10
Atores de um novo panorama social/sobreviventes	08
Atividade a ser melhor observada pelos órgãos públicos na busca de soluções	04
Péssima, a pior possível, mostra ineficiência pública na coleta de lixo	04
Nós poderíamos facilitar a vida dos catadores no encaminhamento do lixo	04
Geram renda, mas descartam resíduos inadequadamente em lixões/arroios	02
Exemplo de consciência ecológica e são batalhadores	02
Deveriam ser desnecessários	01
Sou contra utilização de cavalos em carroças pelos maus tratos	01
É “ganha-pão” fácil pois há lixo por toda a parte	01
Não responderam	15

Há certa unanimidade quanto às propostas para ação governamental. Cerca de 70% são favoráveis à organização do trabalho em cooperativas ou associações, dotadas de adequado suporte (capacitação e equipamentos). Maior rigor, regularização, controle e

fiscalização da atividade são defendidos por 17% das pessoas, o que reforça a percepção de que há desinformação sobre os impactos “invisíveis” da atividade (Tab. 52).

Tabela 52 Opinião sobre como as autoridades deveriam agir em relação aos catadores

Propostas	Frequência
Cadastrá-los, orientá-los e organizar o trabalho	30
Agrupá-los em associações ou cooperativas, fazer parcerias	28
Preocupar-se com a situação, reconhecê-los, auxiliá-los e valorizá-los	18
Regularizar a atividade, dar educação e incentivos (equipamentos)	18
Oferecer-lhes melhores condições de vida e salários, tratá-los com respeito como cidadãos	13
Criar programas de ressocialização e emprego	10
Exercer maior controle sobre a atividade e os expurgos descartados	05
Torná-los agentes rotineiros da coleta seletiva em áreas específicas	04
Coletar o lixo que é coletado por eles/um sistema eficaz de coleta diminuiria o número de catadores/situação revela que a seletiva não é eficiente	04
Proibir/fiscalizar/fixar horários à noite	04
Nenhuma ação, as autoridades têm coisas mais importantes com o que se ocupar	02
Não é assunto para autoridades. Reciclagem deve ser atividade privada e lucrativa	01
Enquanto o índice de desemprego for alto, deixá-los em paz	01
Problema social muito mais amplo do que aplicar leis	01
Não responderam	18
Total	157

Embora em número reduzido, há pessoas que alheias às repercussões na qualidade de vida e apelo turístico da cidade, aos riscos potenciais do trabalho nas ruas e bairros, inclusive no que respeita à credibilidade do programa da CS, acreditam que não é caso para intervenção do poder público. Conclui-se, portanto, que é urgente melhor orientar a sociedade sobre as ações que estão ao seu alcance, dotando-as de informações sobre os impactos da não separação de recicláveis na fonte o que, de forma conjunta e integrada às políticas públicas, pode contribuir para enfrentar o desafio da gestão de resíduos no município.

7.3.5 Comentários e Resumo

Conforme já referido, foi oportunizado aos participantes registrar comentários ao término da pesquisa. O exame dos mesmos revela tanto pessoas impacientes e desejosas de que a pesquisa sirva para orientar políticas e ações públicas concretas, quanto cidadãos que elogiaram a escolha do tema e se solidarizaram com a causa. Algumas dão dicas, outras fazem críticas, conforme breve resumo abaixo:

- a) a prefeitura deixa muito a desejar no que tange à divulgação da CS;

- b) associações de bairros e clubes poderiam educar para a gestão do lixo e divulgar a utilidade dos recicláveis em cursos e oficinas;
- c) muitas ainda são necessárias, pois não há conscientização suficiente;
- d) desejável maior número de palestras nas escolas, filhos às vezes podem convencer seus pais (estudante de 16 anos);
- e) o poder público parece não ter interesse em divulgar e esclarecer a população, embora dispondo de todos os meios possíveis. A CS deveria ser obrigatória para cidadãos e órgãos públicos;
- f) nossa experiência no condomínio é bastante positiva, porém a rotatividade de moradores exige constante cobrança de conduta dos novos que se inserem. Procuramos exercer influência sobre prédios vizinhos através de contatos com síndicos. São importantes o treinamento e a fiscalização por parte dos zeladores sobre os apartamentos que não separam, embora muitas vezes haja certo constrangimento em relatar ocorrências; e
- g) todo trabalho que vise preservar o meio ambiente é justo e urgente, governos ainda fazem muito pouco e isso só vai mudar quando o custo for considerado “investimento” e não “despesa”.

Consta do Anexo E um quadro-resumo dos resultados da pesquisa, colocado à disposição de eventuais interessados.

8. PROPOSTAS E SUGESTÕES DE ATUAÇÃO

O objetivo geral do presente estudo é a proposição de ações para aumentar e qualificar a adesão de moradores de edifícios residenciais ao programa municipal de CS. Para atingi-lo, foi necessário buscar fundamentação teórica (Cap. 4), conhecer práticas e experiências na área (Cap. 5), realizar um diagnóstico da situação atual do programa na cidade (Cap. 6) e realizar pesquisa para coleta de dados e opiniões dos cidadãos porto-alegrenses sobre o tema (Cap. 7).

Considerando os resultados da pesquisa, a interface com a área de atuação das administradoras de condomínios e o propósito de sensibilizá-las para um maior comprometimento com a gestão de resíduos domésticos, realizou-se, também, uma consulta específica junto a algumas empresas, detalhada na seqüência.

As propostas e sugestões apresentadas decorrem, portanto, da análise cruzada dos temas desenvolvidos e têm duplo foco: o âmbito privado (das imobiliárias) e o público (municipal). Considerando as demandas identificadas, a ênfase está na divulgação do programa e de seus benefícios e nos mecanismos que podem contribuir para uma maior conscientização e educação ambiental, premissa para elevar o número de adesões.

Muitas das possíveis ações independem da aplicação de vultosos recursos financeiros, demandando, no entanto, comprometimento das partes envolvidas, negociação, vontade política, senso de prioridade e persistência para assumir e superar desafios. Sob o argumento da responsabilidade social corporativa há que se buscar ações inovadoras e o estabelecimento de parcerias, não só junto ao setor imobiliário, mas em várias frentes, internas e externas ao DMLU.

8.1 CONTEXTO DAS ADMINISTRADORAS DE IMÓVEIS

Para contextualizar e justificar a abordagem, preliminarmente à análise da consulta e às proposições, serão apresentados breves comentários sobre as entidades representativas, alguns números do setor e as tendências urbanísticas para a cidade.

8.1.1 Entidades Representativas e Tendências Urbanísticas

O Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul (SECOVI-RS), também chamado Sindicato da Habitação, representa 3 mil empresas do mercado imobiliário e mais de 16 mil condomínios comerciais e residenciais no RS. Desde 1999, o SECOVI-RS e a Associação Gaúcha de Empresas do Mercado Imobiliário (AGADEMI) passaram a atuar em conjunto nos assuntos corporativos e representativos e conjugam esforços para defender os interesses da categoria, conscientes da importância econômica e social do segmento.

Entre os diversos objetivos e prerrogativas do SECOVI/RS-AGADEMI estão a promoção de cursos de atualização e qualificação, seminários, painéis e debates para profissionais do mercado imobiliário e para os síndicos dos condomínios comerciais e residenciais e o apoio a eventos e atividades que visem ao engrandecimento do mercado de imóveis, à qualificação das atividades dos síndicos e à elevação da qualidade de vida nos condomínios.

Dados do SECOVI-RS indicam que dos cerca de 16 mil condomínios, cadastrados e representados pela entidade, mais de 9,3 mil contam com o assessoramento de uma administradora (58%). A atividade imobiliária, representada pela instituição, é exercida por 904 empresas em Porto Alegre, com atuação nas áreas de comercialização e locação de imóveis e administração de condomínios.

De acordo com a Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em janeiro de 2002 existiam na cidade aproximadamente 524 mil imóveis, dos quais cerca de 80% residenciais. Em novembro de 2002, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul apresentou alguns dados e tendências urbanísticas para Porto Alegre. Dos 451 mil domicílios existentes em 2000, 196 mil eram edifícios. Os apartamentos correspondem a cerca de 45% das moradias da cidade. A perspectiva é que o número de edifícios triplique em 10 anos. A verticalização é considerada uma tendência irreversível.

Analisando-se as informações e as estatísticas anteriores, conclui-se que há predominância de imóveis residenciais na capital gaúcha e que quase a metade é representada por edifícios, com tendência de crescimento ao longo do tempo. Estas seriam razões suficientemente importantes para focar as discussões que envolvem a otimização do programa de CS no ambiente condominial residencial. E, também, para fazer um chamamento à participação das empresas imobiliárias e seus representantes, até porque há consonância entre os objetivos defendidos pelas instituições e a desejada melhoria da qualidade de vida nos bairros e comunidades onde se inserem os edifícios administrados. As questões da responsabilidade social corporativa e da potencial valorização de imóveis situados em condomínios que adotaram ou vão adotar práticas de preservação ambiental foram detalhadas, respectivamente, nos Caps. 4 e 5 e complementam o raciocínio.

8.1.2 Análise de Práticas Gerenciais Adotadas

É objetivo do estudo incentivar a participação das administradoras em ações que contribuam para o aumento qualificado da adesão de moradores à CS. Para avaliar a viabilidade da proposta e conhecer a postura hoje adotada pelo segmento, procedeu-se à: 1) verificação do conteúdo de algumas páginas na internet; 2) identificação das imobiliárias que concentram um grande número de condomínios na carteira de clientes; e 3) elaboração de quesitos para consulta às mesmas (Anexo F).

O exame do conteúdo das páginas mantidas na internet por diversas empresas atuantes no mercado da capital indicou que:

- 1) a grande maioria dá ênfase à tradição, solidez, experiência e longevidade no ramo;
- 2) muitas afirmam trabalhar para satisfazer e superar expectativas de seus clientes;
- 3) o treinamento e a qualificação dos quadros funcionais são salientados;
- 4) algumas ressaltam seu perfil pioneiro e inovador no uso de tecnologias de informática e na facilitação da vida dos condôminos;
- 5) os desafios da agilidade e da excelência na prestação dos serviços estão presentes em alguns princípios, missões e slogans adotados;
- 6) duas administradoras apresentam, nos “sites” ou em publicações, dicas sobre coleta seletiva, reciclagem e gestão de resíduos domiciliares; e
- 7) uma delas alerta para a necessidade de evitar a poluição e o desperdício de água, faz referência ao compromisso social e afirma seguir as normas do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade.

Cerca de trinta administradoras foram, com relativa insistência, convidadas a responder à consulta. Algumas por terem sido mencionadas por moradores, satisfeitos ou não com os serviços contratados, e outras com base em referências obtidas no mercado e dados do SECOVI-RS. Boa parte das empresas ignorou os pedidos ou alegou falta de tempo para responder. No entanto, dez administradoras se dispuseram a contribuir, felizmente aí incluídas diversas líderes de mercado.

Os quesitos e resultados da consulta, que buscou conhecer práticas, valores e sintonia com a problemática do lixo, são os seguintes:

1) Vocês oferecem serviços pela internet aos condôminos? Caso positivo, qual (is) as vantagens para a empresa?

Das dez empresas participantes, oito afirmaram que sim e duas que não, porém uma delas tem planos nesse sentido. Entre as vantagens, foram citados: redução do número de atendimentos telefônicos e do fluxo de clientes na empresa, agilidade e facilidade para clientes, economia, transparência e reforço da imagem institucional.

2) Vocês fazem periodicamente pesquisas de satisfação de clientes? Caso positivo, com que frequência e o que elas apontam?

Sete imobiliárias (70%) afirmaram que sim, no entanto apenas cinco indicaram a frequência e os resultados. As pesquisas de satisfação são trimestrais, semestrais, eventuais ou anuais e indicam “pontos que não chegam à diretoria da empresa”, apresentam sugestões e críticas, elogiam o atendimento e pedem maior agilidade. O índice de satisfação dos clientes de uma delas é calculado em 73,45%.

3) Sua empresa oferece serviços – que considera diferenciados – na área de administração condominial? Caso positivo, qual (is)?

A resposta é positiva para 80% das empresas consultadas. Entre os diferenciais foram mencionados: atendimento personalizado, sistemas informatizados, departamento jurídico, débitos em banco e pagamento de funcionários por cartão bancário, vistorias, cadastramento e credenciamento de fornecedores e empreiteiros, seleção de pessoal e oferta de produtos variados.

4) A empresa usa algum slogan ou chamada (frase resumida sobre posicionamento da empresa no mercado)? Caso positivo, qual e por quê?

Entre dez, apenas quatro empresas utilizam slogans, que enfatizam a confiança, tradição, comprometimento com a satisfação de clientes, e até mesmo a postura de “solucionadores” de problemas.

5) Com relação à carteira de condomínios administrados, em que faixa a empresa se enquadra?

Os resultados constam da Tab. 53 abaixo

Tabela 53 Número de condomínios administrados pelas empresas consultadas

Faixas para enquadramento	Frequência
Menos de 50	01
Entre 50 e 300	06
Entre 301 e 1000	02
Mais de 1000	01

6) A empresa mantém Programa de Qualidade e pretende buscar a Certificação ISO 9000 (gestão da qualidade)? Caso positivo, quando e o que está impedindo o alcance desta meta? Caso negativo, por quê?

Seis empresas afirmaram que não, justificando que: a) o assunto não foi cogitado ou não existe projeto (02); b) são programas cuja relação custo-benefício ainda não é compensadora (01); c) a empresa tem seu próprio controle de qualidade (01) ou considera “apenas um comércio de certificados” (01); e d) está na fase de levantamento de procedimentos (preliminar à certificação). As quatro outras informaram: a) que estão buscando maior comprometimento de funcionários e melhoria na comunicação, liderança e atendimento ao público; b) realizaram o Programa 5S e estão se informando sobre novas adequações; e c) ainda tabulam os processos. Uma delas não respondeu.

7) A empresa é associada ao SECOVI ou AGADEMI? Todas são empresas associadas.

8) Vocês publicam algum boletim, informativo ou revista direcionada aos síndicos ou condôminos de edifícios residenciais? Caso negativo, por quê? Caso positivo, qual a avaliação sobre os resultados?

Seis empresas afirmaram que não, pelas seguintes razões: a) está em planejamento (01); b) falta de verbas ou custo elevado (03); c) não responderam (02). Aquelas que mantêm publicações objetivam criar um canal de comunicação com clientes (01), informam ser postura já tradicional da empresa (01) ou não responderam (02).

9) A empresa oferece algum curso ou palestra específica para síndicos ou zeladores? Caso positivo, com que frequência e finalidade? Caso negativo, por quê?

Apenas uma imobiliária realiza tais atividades, com frequência bimestral e direcionada para zeladores e funcionários, com a intenção de qualificar o trabalho. Das nove restantes, uma estuda a possibilidade e outra argumenta que já ofereceu, mas a frequência foi baixa. A maioria (70%) respondeu que as palestras são promovidas pelas entidades representativas.

10) No(s) escritório(s) da empresa existe Programa de Separação de Resíduos Recicláveis? Caso positivo, como funciona? Caso negativo, por quê?

Das seis imobiliárias que responderam positivamente três não explicaram o funcionamento, duas realizam a separação de papéis, jornais e plásticos e uma deixa a cargo da servente. Uma das empresas deixou o quesito em branco, outra registrou que não mantém programa, pois “não existe cozinha e na copa só são servidos refrigerantes, água, café e chás”, o que evidencia ainda haver desinformação quanto ao conceito de resíduos recicláveis. Uma última empresa declarou que vai implantar o programa no próximo mês.

11) Qual o principal problema de gestão enfrentado na administração de condomínios?

Para as oito empresas que se manifestaram, são eles: alto custo das despesas condominiais, inadimplência, trocas constantes de síndicos e de rotinas nos prédios, infrações e lei do silêncio, desconhecimento da legislação e das convenções, a gestão de pessoas e a concorrência desleal de administradoras que praticam custos abaixo do mercado para obter o fluxo de caixa dos condomínios.

12) Entre os condomínios administrados pela empresa, há casos de prédios que foram notificados ou multados pelo DMLU devido à disposição incorreta do lixo domiciliar? Caso positivo, quantos no último ano?

Seis administradoras relataram casos. O número de condomínios varia de 3 a 24, sendo que uma delas calcula em menos de 8% os prédios multados.

13) Entre os condomínios administrados, há relato de dificuldades para a gestão do lixo ou para a prática da Coleta Seletiva (separação dos resíduos recicláveis)? Caso positivo, qual (is)?

O quesito revelou posturas diferenciadas: três empresas não se envolvem no assunto, três não sabem, uma afirma que não e outras três apontaram os problemas: coleta em horários diferenciados, falta de funcionários nos prédios, de comprometimento da administração e da coletividade e moradores resistentes à prática.

14) A empresa promove alguma ação específica relativa ao gerenciamento do lixo domiciliar e à coleta seletiva nos condomínios administrados? Caso positivo, qual? Caso negativo, por quê?

A maioria (70%) afirma que faz divulgação em extratos, bloquetes e no site (01); envia informativos e orientações (04) ou repassa informações do SECOVI-RS (02). Houve omissão quanto às que não se envolvem nesse assunto.

15) Há na empresa condomínios cujo síndico já participou do curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos”, promovido pelo DMLU, juntamente com o SECOVI e a AGADEMI?

Nove entre dez administradoras afirmaram “não sabemos” e apenas uma tem conhecimento da participação, porém desconhece o condomínio ou síndico participante.

16) Vocês têm registro de algum condomínio residencial que obtém receita com a venda de resíduos recicláveis gerados no prédio? Caso positivo, quantos prédios e como funciona?

Das dez, oito imobiliárias disseram que não. As duas que têm registros indicam a coleta e venda de latas e uma atividade neste sentido desenvolvida pelo zelador. Não houve indicação de valores de receitas auferidas.

17) Existem no mercado imobiliário algumas empresas preocupadas com responsabilidade social corporativa (compromisso com a comunidade onde atuam). Qual é a posição da empresa a esse respeito?

Uma administradora foi agraciada pela Assembléia Legislativa em 2002 por ter publicado o Balanço Social, outra afirma ser um desafio a assumir. Das oito restantes, uma faz campanhas internas, quatro contribuem para entidades assistenciais ou em campanhas específicas, duas consideram importante ações e projetos que visem melhorar a qualidade do meio ambiente e uma julga a iniciativa “super positiva”, no entanto não revelam eventuais formas de ação.

No espaço para comentários constou o seguinte: “esperamos a parceria da ‘universidade’ para o desenvolvimento de ações objetivas sobre o tema” e “sentimo-nos honrados em participar e desejamos pleno êxito”.

A análise dos resultados da consulta permite concluir que:

- a) a maioria das empresas se beneficia da internet, fator positivo para os propósitos do presente estudo, porque facilita o contato entre síndicos, condôminos e administradoras, a divulgação de orientações e a troca de informações pertinentes;
- b) embora a maioria afirme dar ênfase à satisfação de clientes, não é generalizada a prática de fazer pesquisas, que podem revelar oportunidades reais de melhoria, algumas identificadas no estudo de caso e abordadas na seqüência;
- c) grande parte dos serviços descritos como “diferenciais do negócio” já são praticados pela concorrência, o que justificaria a busca por inovações;
- d) há espaço para melhor uso de slogans e divulgação do posicionamento estratégico das empresas, em especial considerando-se o perfil de liderança das consultadas. Observa-se um relativo conservadorismo e justificado apego aos valores de solidez e tradição. No entanto, ainda que em escala reduzida, surge uma nova postura de “solucionadores de problemas”, demanda freqüentemente associada à área de serviços;
- e) a gestão da qualidade é limitada por condicionantes financeiras e culturais, inclusive no que respeita à continuidade dos programas nas empresas que os adotam (ram), o que pode estar comprometendo o foco no cliente, a própria racionalização das atividades e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros disponíveis;
- f) em grande parte das administradoras, faltariam canais de comunicação voltados a informar e orientar síndicos, zeladores e condôminos sobre assuntos de interesse comum, embora a maioria considere ser papel dos representantes setoriais promover cursos de qualificação e ações institucionais;
- g) apesar de empresas geradoras de lixo seco, a maioria não realiza coleta seletiva, registrando-se inclusive desinformação sobre o conceito de “lixo reciclável”;
- h) casos de condomínios notificados ou multados pelo DMLU são relatados por 60% das consultadas, e apenas uma minoria revela comprometimento com a gestão do lixo domiciliar e demonstra conhecer os problemas associados à prática da coleta seletiva;
- i) não ficou claro se o curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos”, promovido pelo DMLU-SECOVI, é divulgado entre os clientes das administradoras,

- unânicos ao afirmar que desconhecem a participação de seus clientes (síncicos ou zeladores);
- j) as empresas são sensíveis à filantropia, embora ações no campo da responsabilidade social sejam ainda incipientes. Há receptividade, indicando que as propostas defendidas no estudo são oportunas. Uma das imobiliárias mencionou esperar a parceria da universidade para empreender ações objetivas sobre o tema, comentário estimulante e digno de registro; e
 - k) as dez empresas consultadas administram cerca de 3 mil condomínios, segundo cálculo aproximado que considerou números médios em cada uma das faixas indicadas no item carteira de clientes.

8.1.3 Proposições e Justificativas

Hoje as características do setor de serviços e a crescente competitividade impõem a busca sistemática por inovações e diferenciação, especialmente para empresas dinâmicas que têm efetivo foco no cliente. As análises anteriores indicam haver oportunidades a explorar, mas igualmente grandes desafios a superar, pois o mercado imobiliário local é bastante pulverizado e são incipientes as preocupações ambientais, em particular com a gestão de resíduos sólidos domiciliares.

A pesquisa com moradores apontou que, na maioria dos edifícios, há ambiente propício e receptivo ao debate. No entanto, ficou evidente que a CS não é prática uniformemente adotada. Em alguns, há problemas de infra-estrutura para sua realização, falta de procedimentos padronizados e, às vezes, de empregados para dispor o lixo seco à CS, exigindo soluções particulares e criativas. No caso, moradores jovens ou aposentados podem ser chamados a participar, mediante escalas compatíveis com horários de estudo ou compromissos, remunerados ou não. Nos condomínios, a idéia do “síncico mirim” (Cap. 5) poderia ser adaptada, pois resultados da pesquisa indicam que alguns jovens conscientes não participam das reuniões porque seus pais o fazem, mas, havendo pauta específica e assuntos de interesse, debates e ações concretas podem vir a ser estimuladas.

Grande parte dos pesquisados é favorável a um maior envolvimento das imobiliárias no processo, afirmam apoiar obras ou compras necessárias à CS, inclusive revelando dar preferência a empresas ambientalmente responsáveis e preocupadas em combater desperdícios. A íntegra dos resultados e um quadro-resumo (Anexo E) dão maiores indicações sobre formas de atuação desejáveis e possibilidades. As administradoras pela proximidade e

conhecimento dos problemas condominiais têm vantagens relativamente às entidades representantes.

Comentários de moradores e a experiência de imobiliárias paulistas revelam que um maior comprometimento pode aumentar a satisfação de clientes, contribuindo para sua fidelização, e contar pontos na conquista de novos, desde que mantida a excelência na prestação dos serviços tradicionais do ramo. O Quadro 01 (resumo do Cap. 5) foi montado para auxiliar empresas, ONGs. e entidades interessadas no assunto, contendo dicas, experiências bem sucedidas e indicativos de como evitar fracassos.

No campo da educação ambiental de condôminos, há espaço para a atuação conjunta e compartilhada do DMLU, imobiliárias e de ONGs. voltadas exclusivamente a essa temática. Os prédios pequenos são mais numerosos, demandam conscientização de um menor número de pessoas, em tese facilitando o trabalho das administradoras e entidades ambientalistas. Nos de maior porte, o potencial de benefício à cidade é ampliado e favorável à atuação do órgão municipal, já que são grandes geradores de resíduos recicláveis. O DMLU possui equipe específica para tais ações junto à comunidade, mas o assunto não é de conhecimento público, talvez por limitações de recursos humanos. Esse é um dos quesitos pendentes de resposta pelo departamento, que merece ser mais bem investigado e esclarecido.

Cabe ressaltar que a realidade de Porto Alegre, onde a CS abrange 100% dos bairros, facilita bastante o trabalho em relação ao mercado de São Paulo, eliminando as preocupações e etapas associadas à armazenagem, comercialização, doação e retirada regular dos materiais recicláveis selecionados em edifícios.

A ação do SECOVI-RS, no sentido de promover uma ampla difusão da problemática, dos cursos realizados em parceria com o DMLU e das oportunidades na área, seria bem-vinda e elogiável, inclusive incentivando a participação de dirigentes e funcionários das imobiliárias nas visitas técnicas do curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos”. As potencialidades do “site” mantido na internet merecem ser consideradas de forma abrangente para fins de divulgação e dicas pertinentes.

Consta que algumas administradoras divulgam orientações sobre a CS em extratos e bloquitos. Parece interessante sistematizar, padronizar e desenvolver novas versões de mensagens motivadoras com auxílio de parceiros e educadores ambientais do DMLU, enfatizando o aspecto social da geração de trabalho e renda, apelo que comprovadamente tem mais força que o viés ambiental. Cerca de 80% dos pesquisados associa os sentimentos de responsabilidade e cidadania à prática da CS, fator a ser explorado nos esforços para aumento dos níveis de consciência e adesão das pessoas.

O eventual relacionamento do SECOVI-RS com incorporadoras e construtoras de imóveis residenciais pode favorecer, ainda, a discussão da desejável infra-estrutura para gestão do lixo domiciliar, quer na fase de concepção dos empreendimentos ou mesmo antes da entrega definitiva dos imóveis. Segundo depoimento de corretora de imóveis, que visitou unidades operacionais do DMLU com vistas a qualificar sua performance, “hoje, tão importante quanto salões de festa e piscinas, é dotar os edifícios de condições para realização da CS”.

8.2 CONTEXTO MUNICIPAL

8.2.1 Proposições e Justificativas

Em 1990, a prefeitura de Porto Alegre foi pioneira e revelou ousadia na implantação da CS: pensava-se que o cidadão não se dignaria a manter dois sacos ou lixeiras para separar resíduos secos e orgânicos. Passados mais de 10 anos, a realidade atual exige que se ouse novamente para ampliar a divulgação da CS e seus benefícios, transformar adesões individuais em coletivas e difundir o conceito de adesão qualificada, ou seja, aquela que não se restringe a juntar recicláveis, mas inclui limpeza e compactação de embalagens e conhecimento de como agem os demais condôminos ou vizinhos.

Resultados da pesquisa indicaram diferentes níveis de adesão. O índice bruto de 72% supera números de sondagens disponíveis e, caso isento de outras influências, pode indicar que nos edifícios há um maior número de adeptos, em relação às residências unifamiliares.

Assunto que poderia suscitar interessante pesquisa complementar, pois muitos dos argumentos levantados por condôminos não participantes referem-se a problemas de espaço nos apartamentos, falta de apoio de vizinhos e de infra-estrutura nos prédios, situações que, a princípio, não existiriam ou seriam mais facilmente contornáveis em casas. De qualquer forma, surpreende constatar que a grande maioria atribui a terceiros ou a problemas externos a falta de um maior comprometimento pessoal com o tema, o que poderá “não se confirmar” na sondagem sugerida e trazer indicativos importantes para os educadores ambientais do DMLU.

A própria disposição para realizar a compostagem caseira seria outro questionamento oportuno. Ressalte-se que toda e qualquer ação que vise à melhoria da CS resulta em maior volume de lixo orgânico isento de contaminação por plásticos, latas e vidros, favorecendo a implantação da nova UTC. mencionada no Cap. 6.

Assim, mais significativo que o índice de 72% foi constatar que 46% dos adeptos limpam embalagens (embora alguns parcialmente), apenas 34% limpam e compactam e que 24% praticam a referida “adesão qualificada”. Ou seja, o mérito da pesquisa talvez tenha sido desnudar a realidade nos condomínios e as oportunidades para intervenção mais positiva e responsável. Qualificar a adesão tem reflexos importantes na elevação do valor de venda dos recicláveis, aproveita melhor a capacidade dos veículos oficiais do programa (evita novos custos a curto prazo, caso se obtenha avanços nos índices de adesão pretendidos), e minimiza os problemas (desculpas) de falta de espaço sistematicamente levantados por moradores. O monitoramento de vizinhos é complexo, mas talvez facilitado em prédios menores, onde haja apoio de administradoras e treinamento, reconhecimento ou premiação a zeladores e empregados.

Os esforços para ampliar a educação e conscientização ambiental da sociedade, assim como os investimentos na CS são, usando argumentos do próprio DMLU, inquestionáveis e altamente compensadores quando computados os interesses coletivos. Há consenso de que atuar nas causas dos problemas é muitas vezes mais vantajoso que corrigir as conseqüências. O saneamento básico, no qual se insere a questão dos resíduos sólidos, é o exemplo mais evidente: a cada real aplicado economizam-se cinco reais em medicina curativa.

De forma enfática e recorrente, a pesquisa apontou um déficit de divulgação e informações sobre a CS (orientações/dias/horários/destino dos recicláveis), sinalizando que melhorias nessa área têm potencial para aumentar e qualificar a adesão. Portanto, um trabalho mais direcionado, sistemático e intenso nesse campo é oportuno, especialmente num contexto de crescimento da informalidade (ação de catadores) que tem gerado queda dos volumes oficiais coletados, da renda de cooperados regulares e ameaça à credibilidade do programa.

O país e a cidade estão a demandar soluções, muitas vezes ao alcance das pessoas no seu dia-a-dia, em suas lixeiras, porém a falta de compromisso e educação ambiental, associada a desculpas e justificativas que não resistem a simples contra-argumentações, impede avanços. Quem reduz um minuto seu tempo de banho pode lavar dezenas de embalagens diariamente. Gasta-se menos de 30 segundos para enxaguar e abrir as “orelhas” das caixas de leite semidesnatado. Vazias e compactadas 20 delas ocupam o espaço de uma quando cheia. Resíduos limpos não atraem bichos ou deixam cheiro. Gincana familiar pode premiar quem vencer a disputa por maior número ou variedade de recicláveis na semana. Nos edifícios, o bom senso sempre acaba prevalecendo.

Segundo percepções reveladas na pesquisa, não só os cidadãos, mas membros do legislativo, gestores públicos e governos não encaram o assunto como prioridade. A

indignação de muitos poderia ceder lugar a ações concretas, mensuráveis e monitoráveis. Por que não usar a criatividade, vencer o comodismo ou as soluções fáceis e encarar a gestão compartilhada dos resíduos domiciliares como um desafio urgente? Afinal, mais de 300 toneladas de “dinheiro” estão sendo aterradas junto as 1.000 toneladas de resíduos domésticos gerados por dia na cidade, sem contar os gastos necessários para a tarefa, recursos que poderiam estar sendo utilizados em qualificação profissional, infra-estrutura e melhorias urbanas. A cidade, seus moradores e a imagem dos governantes só teriam a ganhar.

A publicação do DMLU intitulada “Cada Resíduo na Sua Lata”, versão 2002, faz uma comparação interessante para avaliar o que isso significa. Elefante é um animal que todo mundo conhece, seu peso em média é de 4 toneladas. Atualmente, são descartados mais de “225 elefantes” em lixo residencial por dia, o que dá uma dimensão do problema, ainda ignorado por muitos.

O cidadão que tem educação ambiental sabe que um simples saquinho plástico de queijo ralado ou um pote vazio de detergente ou “shampoo” tiveram origem no petróleo (recurso natural esgotável, cotado e sujeito às oscilações do dólar), e que descartados junto com o lixo orgânico poluem a natureza por cerca de 100 anos, ocupam espaço em aterros (cada vez mais caros e de menor vida útil) e, o mais importante, deixam de gerar postos de trabalho, renda e negócios nas atividades de coleta, triagem e comercialização de resíduos e nas indústrias de reciclagem, de equipamentos e de tecnologia para o setor.

O raciocínio com papel, papelão, metais e vidros é semelhante, com a única diferença que, ao inutilizá-los para o reaproveitamento, se está exigindo o plantio e corte de mais árvores e gastando maior quantidade de recursos minerais, energia e água para reposição. Uma matemática perversa nos faz gastar “dinheiro” para aterrar “dinheiro” e logo adiante exige mais “dinheiro” para repor o que foi aterrado. O referido cidadão educado tem consciência, ainda, de que se trata do “seu dinheiro”, pois os investimentos públicos são feitos a partir de impostos, verbas e/ou empréstimos internacionais que, em última análise, são ou serão pagos pelo conjunto da sociedade.

Hoje não há um “ranking” de bairros por volume de material coletado ou índice de adesão conhecido, sabe-se apenas que o bairro Menino Deus demanda maior número de caminhões para o recolhimento. Seria interessante reunir esses e outros dados e indicadores de desempenho não só para priorizar ações gerenciais e educativas, mas também estimular uma saudável “competição ecológica ou solidária”, semelhante a que ocorre no Natal, quando bairros e condomínios parecem disputar troféus de decoração, revelando não haver empecilhos técnicos ou financeiros quando a causa tem a simpatia das pessoas.

Talvez a comparação não seja adequada, mas a idéia é dar maior visibilidade à problemática do lixo e ao programa da CS e buscar a co-responsabilidade dos envolvidos. A divulgação de bairros e prédios exemplares (modelos) pode se revelar desafiadora e estimulante, principalmente se mostrar casos e depoimentos de como é simples participar, uma vez quebradas as barreiras comportamentais. A mídia jornalística local tem dado crescente espaço aos temas ambientais e de impacto social. Portanto, no caso referido, há oportunidade para matérias informativas e de conscientização.

Estudos visando instituir premiação a condomínios ou mesmo administradoras que se destacarem por ações inovadoras ou multiplicação de adesões à CS, segundo quesitos prévia e estrategicamente desenhados, também é sugestão a considerar pelo valor simbólico e de reconhecimento público proporcionados. Escultura de artista local é um exemplo de materialização possível para o prêmio, idéia que desenvolvida por profissionais do ramo, voluntários ou não, pode contribuir para a desejada divulgação, visibilidade e popularização do programa municipal.

Atualmente o DMLU promove visitas técnicas a unidades de triagem, abertas ao público, em datas comemorativas e também como parte do curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos” – visando à sensibilização de síndicos e zeladores. Elas poderiam ser mais freqüentes e melhor divulgadas junto às associações de bairros, entidades ecológicas e empresas em geral e tornarem-se eficazes instrumentos de educação e de multiplicação de ações, desde que concebidas de forma a “angariar voluntários e adesões ao programa” e capazes de “acompanhar o desenvolvimento das práticas estimuladas e seus resultados nas organizações e entidades referidas”.

Os desdobramentos da ação entre voluntários e ambientalistas poderia fazer surgir aqui a figura do “ecodetetive”, que busca descobrir não-adeptos e, na medida do possível, orientá-los nos edifícios, locais de trabalho ou estudo. Ou mesmo de “agentes ecológicos” que, nos moldes dos agentes de saúde, dariam ensinamentos simples e eficazes e checariam progressos em áreas restritas de atuação.

O incentivo e convite à participação em tais cursos e visitas de dirigentes de escolas, de funcionários de imobiliárias, bancos, órgãos públicos e legislativos e de representantes de empresas que manipulam grande quantidade de embalagens seriam oportunos e certamente produtivos. Para fins do presente estudo, buscou-se sem êxito obter informações sobre a existência ou não de programas de separação de recicláveis na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, onde provavelmente não seria difícil obter colaboração, caso ainda não exista.

Cabe ressaltar que a visita à Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro (mais bem detalhada no item 6.5) impressiona e tem potencial para conduzir o cidadão comum à seguinte reflexão, enquanto observa o trabalho de triagem feito nas esteiras que conduzem lixo orgânico misturado a recicláveis (a matéria-prima para produção do adubo): costumamos criticar a inoperância dos governantes, mas o que estamos fazendo, cotidianamente, para mudar e melhorar o que está ao nosso alcance? Separar o lixo é apenas um exemplo.

Consultados sobre ações que podem aumentar a adesão à CS na cidade, 47% dos cidadãos apoiaram a criação de leis mais rigorosas, com multas para prédios que não tratam seu lixo de forma adequada, e a cobrança de taxas maiores para o lixo comum descartado sem seleção. O percentual é relativamente elevado e a sugestão não pode ser desprezada como instrumento “motivador”, em especial quando se estudam mudanças no Código de Limpeza Urbana. A consulta às imobiliárias revela que 60% delas têm casos de prédios notificados ou multados pelo DMLU que, embora aparentemente pouco significativos, podem servir de argumento na busca de melhorias.

Embora a pesquisa tenha revelado carência de informação sobre dias e horários da CS e orientações de como participar, o “site” do DMLU na internet disponibiliza esses e outros dados relativos ao programa, como localização dos PEVs. e estatísticas. Há que se ampliar a divulgação desse fato e as imobiliárias podem ser parceiras importantes. No entanto, faz-se necessário “atualizar diversos dados da página que remontam a 1999” como metas para a CS e número de UTs. em operação. Ela poderia trazer, ainda, resumo de argumentos e dicas úteis aos síndicos interessados em angariar adeptos e melhorar as condições para a coleta. As cartilhas distribuídas pela área de educação ambiental do departamento são de excelente qualidade. Condensadas podem se mostrar atrativas e inclusive subsidiar reuniões específicas nos condomínios, caso disponibilizados os respectivos arquivos.

Consta que o DMLU está estudando alteração de roteiros da CS devido às dificuldades atuais decorrentes do crescimento da informalidade. Os riscos da medida devem ser avaliados não só em relação à credibilidade do programa, mas principalmente se as informações atuais (dias/horários) forem amplamente popularizadas, conforme indicações do parágrafo anterior.

Relativamente às metas de ampliar os volumes da CS, com as quais o DMLU vem publicamente se comprometendo, a sugestão é torná-las um “desafio de todos os servidores do órgão”. Afinal são 2 mil potenciais multiplicadores da idéia, computados apenas os servidores municipais, que em seus prédios e bairros poderiam buscar maior engajamento da sociedade.

Hoje, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal interessa aos funcionários públicos garantir o melhor uso possível de recursos orçamentários, não só para se adequar à legislação, mas garantir a desejada transparência e controle social. Outro aspecto que tem relação com indicadores de desempenho e impacto nos resultados pretendidos diz respeito à gestão da qualidade, aspiração de alguns gerentes internos do órgão que merece recuperar o vigor e a prioridade desfrutada em 2000 e 2001.

Embora a população avalie positivamente a limpeza da cidade (4^a colocação entre nove capitais brasileiras pesquisadas pela FGV), o melhor “produto” disponibilizado aos porto-alegrenses é a CS. Muitos, porém, não sabem disso. Exigem mais dias de recolhimento sem noção dos custos envolvidos. Desconhecem que boa parte de seu lixo (os 225 elefantes/dia) viaja 50 km para ser aterrado no município de Minas do Leão e que é cada vez mais difícil e caro encontrar outras áreas para aterros sanitários, obras de engenharia tão ou mais dispendiosas que muitos viadutos ou avenidas remodelados. É urgente melhor informar a sociedade e buscar sua efetiva participação, colaboração e controle. A proposta de trabalho e o modelo de gestão do DMLU estão sintonizados com tais valores e princípios, basta colocá-los efetivamente em prática.

Dados da pesquisa indicam que entre os praticantes da CS mais de 13% não separam as embalagens longa vida. Não se apurou motivos, provavelmente vinculados a maior dificuldade de limpeza ou geração de mau cheiro quando acumuladas sem o cuidado (caso de leite). Trata-se, no entanto, de reciclável cujos volumes crescem pela diversificação de usos e garantia de qualidade dos produtos assim acondicionados. Informações do DMLU indicam que todo material coletado na cidade é enviado para reciclagem em São Paulo/SP.

No Paraná, com apoio estadual, desenvolveu-se tecnologia que permite separar os três itens componentes das embalagens (papel, plástico e alumínio). A sugestão que se apresenta é o estudo da viabilidade de implantação de uma usina recicladora local. Projeto que, se fomentado em conjunto a secretarias, órgãos de governo e parceiros competentes (inclusive centros de pesquisa e universidades), pode contribuir para elevar o valor de mercado do resíduo (elimina o custo de transporte) e gerar postos de trabalho em setor que, cedo ou tarde, encontrará justificativa econômica para se instalar na capital gaúcha, metrópole que se orgulha de ostentar um dos melhores índices de qualidade de vida do país e que, portanto, tem padrões de consumo compatíveis e, às vezes, pouco sustentáveis ecologicamente.

Consta que as novas tecnologias aplicáveis a embalagens laminadas (longa vida) permitem reciclagem também das aluminizadas (de salgadinhos, por exemplo). Hoje, os “rejeitos” do processo de triagem respondem por perdas de até 30% do material coletado pela

seletiva. O desafio é reduzi-los. Caso viabilizada a unidade local, além de elevar o valor e, portanto, o volume coletado do reciclável, a ação poderá ser estrategicamente usada para reforçar a divulgação e os benefícios da CS.

Os esforços para educar cidadãos e otimizar a CS interessam às indústrias recicladoras estaduais, pois resultam no aumento do volume e da qualidade dos resíduos (limpos). Cabe salientar que o mercado opera com capacidade ociosa, enfrenta falta de material e certo preconceito em relação a produtos reciclados. Sob o argumento da responsabilidade social, haveria condições para fazer com que as indústrias se certifiquem da origem dos materiais adquiridos e privilegiem associações regulares, evitando intermediários que empregam idosos e crianças e descartam rejeitos de forma inadequada e, paralelamente, contribuir no marketing de uma série de produtos fabricados a partir de resíduos.

8.2.2 Sugestões para o Desenvolvimento de Parcerias

Conforme descrito no Cap. 4, a educação ambiental não-formal é um desafio de longo prazo, porém urgente, que envolve entes públicos e privados. Os avanços são graduais, mas demandam ações permanentes, sistemáticas e co-responsabilidade, muitas vezes obtida por meio de parcerias.

8.2.2.1 Organizações religiosas

No final de 2002, foram divulgados os resultados de uma pesquisa que ouviu 36 mil pessoas em 47 países sobre o grau de confiabilidade coletiva nas instituições nacionais. Mundialmente, a liderança cabe às forças armadas (69%), seguida das escolas (62%), ONGs. (59%), igreja e polícia (57%). No Brasil, o primeiro lugar cabe à igreja (65%) e na seqüência ONGs. (61%) e forças armadas (59%). A imprensa e as multinacionais, respectivamente, com 58% e 47%, estão mais bem posicionadas que o governo (38%) e o Congresso Nacional (33%). Os dados motivaram reflexões em fóruns internacionais e merecem ser considerados no estabelecimento de estratégias locais de atuação, em especial as que envolvem segmentos específicos da sociedade civil.

A idéia de buscar parcerias com organizações religiosas, visando sensibilizar a sociedade para a problemática do lixo e seu potencial gerador de trabalho e renda para populações menos qualificadas, mostra-se razoável e oportuna. Além de tais instituições

estarem por trás da criação de diversas associações de trabalhadores ligadas à cadeia da reciclagem, observam-se outras ações e posturas recentes e objetivas nesse sentido.

Instituição da Igreja Católica, de âmbito internacional, está investindo R\$ 2 milhões em projeto de incubação de pequenas empresas na capital paulista, com o objetivo de criar oportunidades de trabalho e renda para produtores, desempregados e subempregados. Incubadora é o local, geralmente em universidades ou instituições tecnológicas, onde novas empresas recebem apoio técnico e gerencial para desenvolver produtos e serviços.

Em junho de 2002, os líderes das igrejas católica e ortodoxa assinaram um manifesto proclamando que a proteção do meio ambiente não é um problema apenas econômico e tecnológico, mas moral e espiritual. Embora não contemple qualquer ação vinculada, o documento é pioneiro e alerta para a degradação de recursos naturais básicos, como água, terra e ar. Em dezembro do mesmo ano, o presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil destacou, em Porto Alegre/RS, o papel fundamental das igrejas no apoio a políticas governamentais que visem acabar com a fome e as injustiças sociais, embora tenha afirmado que ações voluntárias só fazem sentido se associadas à atuação do poder público.

O ambiente é, portanto, favorável às parcerias, em especial na gestão do lixo doméstico, cujas implicações e vantagens socioeconômicas estão a demandar melhor difusão, tanto nas camadas socialmente bem posicionadas como nas populares menos privilegiadas. A instalação de PEVs, nas paróquias, acompanhada de campanhas educativas e de logística de recolhimento ou triagem que mobilize as comunidades e associações de bairros, é sugestão a ser avaliada, pois tem potencial para atingir um bom número de pessoas por estar ligada a seu cotidiano e representar chamamentos semanais à consciência, desde que desenvolvida com seriedade, isenção política e transparência.

8.2.2.2 Mídia

O jornal impresso está em alta junto aos porto-alegrenses revela pesquisa da Secretaria Municipal da Cultura que ouviu 600 pessoas. Os resultados indicam que 83% lêem jornais com frequência, mais de 77% diariamente. Como fonte de informação, em primeiro lugar está a televisão (94,2%) e em segundo o rádio (91%).

Reportagem jornalística recente teve grande repercussão ao abordar a questão da “invisibilidade” dos garis para a população em geral. A partir da colaboração de personalidades conhecidas que se fizeram passar por anônimos varredores de rua, o veículo criou matéria que favoreceu a reflexão e contribuiu para conscientização das pessoas.

Importante resultado da pesquisa indicou que 65% das adesões foram devidas à divulgação da CS nos meios de comunicação ou à decisão condominial, evidenciando a relevância do papel da mídia no processo. Portanto, criar fatos novos e aproveitar sistematicamente os espaços cedidos ao tema em veículos diferenciados, inclusive nos dirigidos ao segmento popular de leitores, é ação que merece ser mantida e estimulada entre as áreas do DMLU.

Técnicos do órgão apontam que reportagens e programas televisivos sobre o tema têm impacto imediato no aumento dos volumes coletados, justificando negociações nessa área sob o argumento da responsabilidade social das empresas parceiras. No entanto, a obtenção do compromisso condominial de manter os padrões de participação alcançados é requisito para o sucesso e efetividade das campanhas na mídia e demonstra que o desafio de otimizar a CS exige um conjunto de instrumentos e de pessoas e entidades co-responsáveis.

8.2.2.3 Agências de publicidade e organizações não-governamentais

O Fórum Social da Publicidade, realizado na cidade em janeiro de 2003, aproveitou o palco de indagações, contradições e propostas do III FSM para debater a importância de seu papel na sociedade moderna e concluiu pela necessidade de ampliar o comprometimento com as ações e entidades do terceiro setor. Segundo profissionais da área, as agências brasileiras e gaúchas têm tradição de engajamento em campanhas sociais, sendo oportuno trazer a discussão a público e buscar um efeito multiplicador.

Na ocasião, Nádya Rebouças, publicitária de São Paulo, afirmou: “mais que vender produtos, nós vendemos paradigmas, credos, comportamentos, formas e estilos de vida, porque somos eficientes na criação de imagens e rituais”. Os técnicos acreditam que informando, persuadindo e estimulando a participação, o setor pode contribuir para a criação da “consciência social”, base para a ação social efetiva. Destacam que são raras as agências que não têm entre seus “clientes” (no caso, isentos de pagamento) alguma causa social. Ressaltam, ainda, que as campanhas voluntárias e de utilidade pública, devem ter organização e envolver profissionais especializados, pois “campanha voluntária não é amadorismo”.

Em razão do exposto, parece haver ambiente favorável para, mediante parcerias com ONGs. e entidades que congregam voluntários, desenvolver campanhas voltadas à divulgação e melhoria da CS na cidade, usufruindo do talento de publicitários para explorar o viés socioambiental da causa, hoje vista com simpatia e capaz de obter comprometimentos

importantes, desde que conduzidas tecnicamente, com isenção política e profissionalismo. Na mesma linha, negociações com a empresa municipal de transporte coletivo podem resultar na utilização de alguns veículos e rotas para divulgação da CS e de mensagens relevantes.

Também durante o III FSM, a Federação Nacional dos Engenheiros, seus sindicatos e entidades apresentaram o Programa Nacional de Engenharia Solidária, embrião da futura ONG Engenheiros Voluntários, que pretende ser o agente catalisador de uma inserção mais ampla, organizada e qualificada destes profissionais em ações sociais e de apoio a entidades que demandem seu trabalho. Área de formação com abrangente leque de especialidades, a engenharia possibilita atuação diversificada: de projetos de construção civil, mecânica e elétrica às áreas de saneamento básico, meio ambiente, agricultura comunitária, entre outras.

Embora ainda incipiente, o programa lançado é auspicioso por trazer às causas sociais técnicos que, ao somarem esforços com sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, educadores, administradores e uma série de outros, estarão contribuindo para minimizar dificuldades e solucionar problemas específicos. No âmbito das associações e unidades operacionais (UTs. e UTC) ligadas à CS há desafios que, gradativamente, poderão vir ser superados com esse apoio técnico qualificado, o que justificaria acompanhar os desdobramentos do referido programa.

8.2.2.4 Supermercados

Em São Paulo, onde a CS ainda é parcial nos bairros da cidade, são comuns as parcerias de ONGs. com grandes redes de supermercados, onde são montados postos de coleta de materiais recicláveis, entregues voluntariamente pela população. Além dos ganhos ambientais, sociais e financeiros, em parte revertidos a instituições beneficentes, o objetivo maior é trabalhar a mobilização e educação ambiental das pessoas, criando uma nova consciência para destinação adequada dos resíduos gerados.

Em Jundiaí/SP, recente parceria com supermercados objetivou o fornecimento das já tradicionais sacolas plásticas nas cores verde e branca que, com apoio de campanha específica, deverão ser usadas pela população para, respectivamente, embalar o lixo reciclável (verde associado à natureza) e orgânico. Experiência piloto teria elevado em 2% o volume reciclável coletado no período de testes.

Em São Leopoldo, município da região metropolitana de Porto Alegre, uma nova legislação sobre sacolas plásticas, fornecidas por hipermercados, supermercados e outros estabelecimentos comerciais com área superior a 500 m², estabelece que deverão constar das

mesmas orientações sobre separação de recicláveis, destino de celulares e de lixo tóxico, segundo modelo fornecido pela prefeitura.

As indicações anteriores evidenciam oportunidades no relacionamento com as redes supermercadistas. Na capital, a instalação de PEVs., até mesmo específicos para descarte de produtos tóxicos, poderia ser negociada sob o argumento da responsabilidade social. Parcerias com empresas que reciclam ou dão destino final aos itens coletados podem viabilizar logística de retirada ou custos passíveis de ser assumidos pelo DMLU, entre outras soluções operacionais possíveis. Campanhas de marketing e educativas complementaríamos as ações.

O SECOVI e as administradoras seriam fundamentais para divulgar tais possibilidades, inserindo, também, em seus “sites” endereços de empresas que operam com resíduos tóxicos ou especiais, listagens que talvez por restrições legais não possam ser oficialmente divulgadas pelo órgão municipal em sua página.

8.2.2.5 Centros de compras – (Shopping Centers)

Com “shoppings centers” de grande porte, igualmente sensibilizados a ceder espaços gratuitos ou subsidiados à causa, as parcerias buscariam viabilizar exposições voltadas à educação e conscientização do público adulto. O foco seria a divulgação dos “caminhos do lixo”, da CS à cadeia produtiva da reciclagem e seus impactos socioambientais e econômicos. Material fotográfico e publicitário de impacto, explorando nuances da realidade social, com chamadas fortes à prática da cidadania e solidariedade, aliado à exposição de resíduos brutos (lixo seco compactado) e processados (subprodutos como camisetas, jeans, utensílios plásticos, telhas, entre outros), fariam parte da ação proposta. Caso se obtenha o apoio de ONGs., empresas e indústrias recicladoras e, ainda, depoimentos de personalidades adeptas ao programa, e conhecidas no meio local ou estadual, a efetividade da ação tende a ser maior.

A Usina do Gasômetro, o Mercado Público e as estações do Trensurb são também espaços privilegiados que podem ser palco da referida e inovadora exposição. Chamamentos como: “Separe seu lixo, ajude a criar empregos e novos negócios, afinal o país está precisando!”, ou “Você sabe quantos postos de trabalho e reais (R\$) há dentro da sua lixeira?” ou ainda, “Descaso com o lixo doméstico gera poluição, doenças e gastos públicos evitáveis. Faça parte da solução e não dos problemas: pratique e divulgue a CS”, desde que submetidos à adequada formulação publicitária poderiam ser adotados.

Uma dos resultados da pesquisa que estaria a justificar todos esses esforços diz respeito ao baixo número de novas adesões ao programa nos últimos dois anos em Porto

Alegre, entre moradores de condomínios. Os poucos que declararam adesão no último ano, a fizeram movidos por iniciativa do síndico/condomínio, apelo da mídia ou cultura familiar.

8.2.2.6 Outros órgãos públicos

Uma das preocupações associadas ao rápido crescimento dos “negócios informais do lixo” é a proliferação de locais de descarte inadequado de rejeitos e a conseqüente poluição e degradação de cursos d’água, solo e ar nas regiões afetadas, muitas irregulares ou clandestinamente utilizadas. A parceria com órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente mostra-se importante para identificar, fiscalizar e punir os infratores que, do contrário, estarão lucrando hoje e repassando à sociedade o ônus dos passivos ambientais gerados.

O apelo para proteção dos recursos hídricos é uma demanda social revelada pela pesquisa com moradores que, na grande maioria, se mostraram conscientes e interessados nas questões de saúde e qualidade de vida e alertas à política e às posturas de governo.

Há pessoas que associaram a proliferação da atividade de catadores, que tem aspectos positivos e negativos reconhecidos, à ineficiência do programa de CS conduzido pela prefeitura, sendo que 70% são favoráveis à organização do trabalho em cooperativas, até porque a mídia tem dado ênfase ao sucesso de algumas associações (ex: CEA – Vila Pinto), sendo o próprio programa do DMLU elogiado pelos resultados obtidos nessa área.

Os fatos descritos reforçam a necessidade da integração de políticas e ações no âmbito municipal, metropolitano e estadual. No caso da CS, as sinergias devem ser buscadas nas áreas ligadas à educação, saúde, assistência social, desenvolvimento urbano e turismo, entre outras. Uma oportunidade complementar e urgente que se apresenta é a sensibilização dos respectivos gestores para a adoção de programas internos de separação de recicláveis quando, além dos argumentos socioambientais e econômicos, pode ser interessante enfatizar o trabalho das associações beneficiadas, como a unidade existente no Hospital Psiquiátrico São Pedro (terapia ocupacional) e a que funciona no bairro Itapuã que “limpa” o lago Guaíba removendo garrafas PET, conforme descrito no Cap. 6.

Hoje as compensações ambientais - contrapartidas negociadas nos licenciamentos de obras e atividades potencialmente poluidoras ou danosas ao meio ambiente - e as campanhas do tipo “Adote uma Praça” têm favorecido a chamada “agenda verde”, mas nada impede que se estudem mecanismos para privilegiar e atender demandas da “agenda marrom”, onde se

insere a questão dos resíduos sólidos. Por que não pensar no chamamento “Adote uma Usina de Triagem?”.

A pasta da educação, como parte do Programa de Revitalização dos Espaços Educativos e Comunitários, realizou, em setembro de 2002, mutirão ecológico, curso de educação ambiental e outras ações práticas e de sensibilização em escola da zona norte, congregando cerca de 50 alunos, pais, professores e moradores da região. Consta que o programa prevê novos cursos em 2003. As escolas, segundo o próprio DMLU, são espaços privilegiados para ações de conscientização ambiental. Hoje, algumas parcerias, inclusive com escolas particulares, têm permitido a instalação de PEVs. e trabalhos de educação comunitária para adesão à CS. Ampliar esforços e ações nesse sentido é fundamental, assim como observar algumas das diretrizes e dicas constantes do referencial teórico acerca do protagonismo e voluntariado juvenil (Cap.4).

Dados da pesquisa aplicada aos moradores indicaram, ainda, que 63% apóiam incentivos fiscais representados por desconto no IPTU para condomínios adeptos ao programa, como mecanismo válido para aumentar a participação. A alternativa talvez não se mostre operacionalmente adequada, porém formatos alternativos poderão ser concebidos de forma a privilegiar a fidelidade ao programa e facilitar os controles.

Consta que, em Juazeiro do Norte/CE, lixo reciclável é moeda de pagamento do imposto. O contribuinte entrega o material a uma ONG que o revende. O valor é repassado à prefeitura que emite comprovante ao cidadão quitando o imposto. Há vantagens em três frentes: redução da quantidade de lixo a tratar, proteção dos lençóis freáticos da região e entrada de recursos nos cofres da prefeitura.

O estudo desse benefício pecuniário, junto às esferas competentes, deve considerar os ganhos econômicos em escala mais ampla, bem como o potencial “empurrãozinho” a que certo cidadão não adepto fez referência na pesquisa. Embora o comentário esteja sugerindo “carência educativa”, mudar hábitos e comportamentos exige motivação e talvez o aspecto financeiro seja uma forma de estímulo para algumas pessoas. Com o tempo, consciência ambiental, disciplina e automatismo certamente serão preponderantes. Na dúvida, a tentativa parece válida, até porque, o simples lançamento da idéia suscitará debates e polêmicas que podem contribuir para a popularização do programa e de seus benefícios.

Concluindo, são múltiplas as oportunidades para melhorar a CS nos condomínios residenciais de Porto Alegre. O principal desafio é obter a parceria da sociedade a partir de um “choque” de informações técnicas, de conscientização e de educação ambiental comunitária. Constatou-se haver ambiente condominial favorável para transformar posturas

individuais em coletivas. As administradoras de imóveis e seus representantes, desde que adequadamente sensibilizados e comprometidos, têm muito a contribuir. No segmento, alguns gestores já se mostram atentos aos desafios da qualificação e diferenciação dos serviços prestados. O presente estudo aponta caminhos que podem contribuir para tais objetivos por considerar que inovação e responsabilidade social são uma tendência irreversível para as empresas preocupadas em manter e ampliar seus negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Tânia Nogueira. Entidades discutem como avaliar os resultados sociais. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 08 ago. 2002.

ALVARES, Tânia Nogueira. USP formará gestores para atuar na área social. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 23 out. 2002, Responsabilidade Social, p. A-8.

ANDRADE, Hubmaier. Ciclo de vida de produtos. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 26 fev. 2003. Cartas & Opiniões.

ANDREASSI, Tales. Por que é tão difícil inovar em serviços. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 11 jan. 2002.

BARELLI, Walter. A cooperativa é a empresa do futuro. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 set. 2002, Ano 3, nº 601, 1º Caderno.

BERTOZZI, Rodrigo D. **A crise nos escritórios jurídicos: quais as saídas?** Disponível em: <http://www.jurua.com.br>. Acesso em: 07 mar. 2003.

BETING, Joelmir. E as metas sociais? **O Sul**, Porto Alegre, 06 nov. 2002.

BRITO, Agnaldo. Jundiaí aproveita os usos e costumes. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 06 set. 2002.

BRITO, Agnaldo. Projeto de parceria para separar alumínio e plástico. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 19 mar. 2003, Saneamento & Saúde.

BRITO, Márcio. As expectativas do terceiro setor. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 dez. 2002. ZH Comunidade nº. 10, p. 1.

CADA RESÍDUO NA SUA LATA. **Departamento Municipal de Limpeza Urbana**, Porto Alegre: versão 2002.

CALDERONI, Sabetai. **Inovações normativas conferem viabilidade econômica à reciclagem do lixo com geração de energia elétrica.** Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/02/02/cid025.html>. Acesso em: 04 abr. 2003.

CAMPOS, Poti Silveira. Projeto tenta garantir benefícios a catadores. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jun. 2002, p. 10.

CASTRO, Claudio de Moura. O professor nota 10. **Veja**, São Paulo, 23 out. 2002, Ponto de Vista, p. 20.

CIGANA, Caio. Software gerencia paróquias gaúchas. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 28 nov. 2002, Região Sul.

CONNETT, Paul. **Incineração do lixo municipal: uma solução pobre para o século 21**, 1998. Disponível em: www.abrelpe.com.br/iswa.0019.html Acesso em: 06 mai. 2003.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Uma proposta inovadora de ação. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 set. 2002, ZH Comunidade n.º. 7, p. 7

CRUZ, Flávio da. Repercussão da LRF na administração. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 18 set. 2002.

CURSO OS CAMINHOS DO LIXO – A CIDADE E SEUS RESÍDUOS, 2003, Porto Alegre, **DMLU – SECOVI-AGADEMI-RS**.

DE LUCCA, Marina Strachman. **Nós somos o meio ambiente e devemos lutar por ele**, Revista Educação Ambiental em Ação, 12 dez. 2002. Disponível em: <http://www.revistaea.arvore.com.br>. Acesso em: 07 mar. 2003.

DENARDIN, Valmir. Hotelaria aposta no meio ambiente para cortar custos. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 23 out. 2002, Serviços.

DENARDIN, Valmir. PR inova tecnologia para reciclagem de longa vida. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 09 out. 2002.

ÉBOLI, Carla. Grupo estuda criação da ISO de responsabilidade social. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 03 jan. 2003.

ÉBOLI, Carla. Henkel resolve problema de lixo e aumenta rentabilidade. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 27 jun. 2002, Saneamento & Saúde.

EMERIM, Dulci. Um caminhão de lixo do Dilúvio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 out. 2002, p. 46.

EMÍLIO, Paulo. Empresa investe para agregar maior valor à produção de reciclados. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 13 set. 2002.

ETCHICHURY, Carlos. Antiga mina de carvão vira aterro sanitário. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 out. 2002, p. 34.

FARIA, Marcelo Edgard de Castro. A democratização do sistema. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 18 nov. 2002, Cartas & Opiniões.

FILHO, Demóstenes Romano; SARTINI, Patrícia; FERREIRA, Margarida Maria. **Gente cuidando das águas**, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

FISCHER, Gert Roland. ONGs e o uso da justiça. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 08 nov. 2002.

FROES, José Carlos O. **O conceito dos 4 Rs: o que vem a ser os 4 Rs?** Disponível em: <http://www.portaldoscondominios.com.br>. Acesso em: 07 mar. 2003.

GIOSA, Livio. Novos gestos da “mão invisível”. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 19 jun. 2002.

GOMES, GISANE et al. **O modelo de gestão ambiental pública fundamentado em critérios de excelência**. Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Porto Alegre, 2001.

GONZATTO, Marcelo. Um guia de como ser solidário. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 nov 2002. ZH Comunidade n.º 8, p. 2.

HESS, Geraldo. Trabalho em equipe é determinante para crescimento da organização. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 2002, Gestão.

HUERGO, Mayra Hias Moreira; ALVES, Carlos Augusto de Azambuja; VELASQUES, Vilmar Gladimir Bica. **Coleta seletiva em Porto Alegre**. Departamento Municipal de Limpeza Urbana, Porto Alegre, 2001.

KIEFER, Rogério. Administradoras unem-se para lucrar. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 10 out. 2002, Região Sul.

KNOBEL, Marcia Gil; DARRIGO, Marcia. **Educação ambiental em comunidades: estratégias para o envolvimento da população**. Disponível em: <http://www.5lementos.org.br>. Acesso em: 22 mai. 2003.

LEAL, José Paulo. Auditoria da efetividade da ação governamental. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 25 set. 2001, Espaço Financeiro, p. 25.

LEI COMPLEMENTAR N.º 234/90: **Código de Limpeza Urbana**, Porto Alegre, 1990.

LESSA, Ricardo. Retoque na imagem que aumenta o lucro. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 05 nov. 2002.

LISBOA, Apolo Heringer. Aterro sanitário é uma discussão nacional. **Informativo do Projeto Manuelzão UFMG**, Saúde, Meio Ambiente e Cidadania, Belo Horizonte, mar. 2003, Ano 6, n.º 22, p. 3.

LOVATELLI, Carlo. Voluntariado, arma de cidadania. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 19 dez. 2002.

LOVEJOY, Thomas. A fronteira final. **Veja Especial**, São Paulo, Dez. 2002, p. 68-70.

LUMMERTZ, Vinícius. O capitalismo utópico. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 13 jan. 2003.

MAIA, Paula. Laboratório de análises clínicas tem “selo verde”. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 27 jun. 2002.

MANUAL DA COMPOSTAGEM CASEIRA. **Departamento Municipal de Limpeza Urbana**, Porto Alegre, 2002.

MARTINS, Túlio de Oliveira. Os limites da escola. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 out. 2002.

MEDAUAR, Odete (Org.). **Constituição federal, coletânea de legislação ambiental**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 389-392.

MELLO, Sérgio de Albuquerque e. Longevidade para a empresa-cidadã. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 17 set. 2002.

MILANEZ, Liana. Telemar mobiliza o público interno. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 22 nov. 2002, Recursos Humanos, p. C-2.

MIOLA, Cezar. Custos na administração pública. **Zero Hora**, Porto Alegre, 09 jan. 2003.

MIRANDA, Adriana. Pesquisa faz lixo tóxico virar corante. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 08 ago. 2002, Saneamento & Saúde, p. C-6.

MIRANDA, Adriana. População aprova coleta seletiva. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 02 out. 2002, Saneamento & Saúde.

MIRANDA, Adriana. Reciclagem exige apoio da coleta seletiva. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 09 out. 2002.

MOURA, Moacir. Cliente é solução, não problema. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 17 jan. 2003.

MUSA, Edson Vaz. Novos critérios de gestão. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 05 nov. 2002.

NERY, Antonio César Gargioni. Gestão pública é um grande desafio. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 dez. 2002, Opinião.

NORMAS para apresentação de trabalhos da Escola de Administração, Porto Alegre, 2002, Biblioteca da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. 45 p.

NUNES, Ellen Regina Mayhé. **Entrevista: Uma envolvente estória de amor entre Ellen e a educação ambiental**, Revista Educação Ambiental em Ação, 12 dez. 2002. Disponível em: <http://www.revistaea.arvore.com.br>. Acesso em: 07 mar. 2003.

PÁDUA, Suzana. **Educação ambiental e a diversidade cultural e biológica**. Porto Alegre, V Congresso de Ecologia do Brasil, 06 nov. 2001, apresentação oral em mesa redonda.

PARAGUASSU, Fernanda. Créditos para uso de resíduos. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 01 nov. 2002.

PIRES, Cristine. Além da filantropia. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 22 abr.2003, Empresas & Negócios, p. 14-15.

PONCHIROLLI, Osmar. Por que investir em responsabilidade social? **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 20 fev. 2003, Regional Sul.

PÔRTO, Luiz Carlos. Uma nova economia da natureza. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 05 set. 2002.

SCLIAR, Moacyr. A faca de dois gumes. **Zero Hora**, Porto Alegre, 21 dez. 2002.

SILVA, Christian Luiz da Silva. Os paradoxos da inovação no Brasil. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 06 mar. 2003, Região Sul, p.2.

SILVA, João Martins da. **Promovendo a transformação cultural com o 5S**. Disponível em: <http://www.ibsets.org.br>. Acesso em: 07 mar. 2003.

SILVEIRA, Hely Narizê da. Não é proibido falar em qualidade total. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 18 out. 2001.

SIMON, Marinice; SIMON, Davi. O novo professor. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 abr. 2002, ZH Educação, Mural, p. 2.

SPENGLER, Eugênio. Confema 2002. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 set. 2002.

TAYLOR, Donald C. **Políticas de incentivos para minimizar a geração de resíduos sólidos municipais**. Waste Management & Research, 2000, v.18, p. 406-419. Disponível em: <http://www.abrelpe.com.br>. Acesso em: 30 jan. 2003.

VIALLI, Andrea. Reciclagem: cadeia com remuneração garantida. **Gazeta Mercantil**, Porto Alegre, 16 abr. 2003, Saneamento & Saúde, p. C-2.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZERO HORA SUPLEMENTO ESPECIAL. **Qualidade Empresarial**, Porto Alegre, 29 mai. 2002, p.2 - 5.

OUTRAS REFERÊNCIAS

<http://www.2estado.com.br>. Acesso em: 08 out. 2002.

<http://www.abrelpe.com.br>. Acesso em: 30 jan. 2003.

<http://www.adacon.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.auxiliadorapredial.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.barcellos.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2003.

<http://www.bcoimobiliario.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.ceambiental.org.br>. Acesso em: 07 mar. 2003

<http://www.cempre.org.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.cnpsa.embrapa.br>. Acesso em: 06 mai. 2003.

<http://www.creditoreal.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.enobre.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2003.

<http://www.esplanadaimoveis.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

<http://www.fepam.rs.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.fne.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2003.
<http://www.guarida.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.hubert.com.br>. Acesso em: 09 mar. 2003.
<http://www.institutogea.org.br>. Acesso em: 09 mar. 2003.
<http://www.intermediaria.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.iser.org.br>. Acesso em: 21 jan. 2003.
<http://www.lixo.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2003.
<http://www.matiasimoveis.com.br>. Acesso em: 08 out. 2002.
<http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2003.
<http://www.oniximoveis.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.pmaisl.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2003 e 24. jun. 2003.
<http://www.prodomo.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.
<http://www.secovi-rs.com.br>. Acesso em: 09 mar. 2003.
<http://www.secovi-sp.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2003.
<http://www.seletiva.com.br>. Acesso em: 09 mar. 2003.
<http://www.sema.rs.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2003.
<http://www.sindiconet.com.br>. Acesso em: 09 mar. 2003.
<http://www.sperinde.com.br>. Acesso em: 24 jan. 2003.
<http://www.valoreconomico.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2003.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO–BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO A MATIAS IMÓVEIS LTDA

1 – A Matias Imóveis adota o slogan “Uma empresa que se preocupa com o meio ambiente”. Quando foi criado e qual a relação com o lançamento do Programa de Gestão Ambiental? Além da Internet, onde mais é utilizado (balancetes, documentos/DOCs. para pagamento, correspondências, propagandas)? Havia um slogan anterior? A empresa adota, simultaneamente, outros slogans ou chamadas? Comentar.

2 – Aparentemente, o selo “Meu Ambiente” é anterior ao selo “Reciclondomínio”. Quando e com que objetivo cada um deles foi implementado? Detalhar.

3 – Vocês informam administrar grande quantidade de condomínios no bairro Tatuapé, conceituado como tradicional em São Paulo. O Reciclondomínio é dirigido para prédios comerciais e residenciais. Quando, efetivamente, teve início essa ação? Quais os resultados alcançados até o momento - nº e tipo de prédios que aderiram? Quais foram as dificuldades enfrentadas e as motivações e soluções específicas registradas? Quais os volumes ou taxa de crescimento na coleta (ou comercialização) de materiais recicláveis que foram registrados após a adesão?

4 – Pode o bairro Tatuapé ser considerado de alto padrão aquisitivo (Classes A, B)? Relativamente à adesão ao citado programa, esse fator teria favorecido (elevado padrão cultural/conscientização) ou prejudicado (baixo apelo da possível renda revertida ao condomínio com a venda dos recicláveis selecionados)? Comentar.

5 – Considerando que vocês deixam em aberto no site da Internet a possibilidade de adesão ao Reciclondomínio, qual a participação espontânea registrada (quantidade e percentual do total administrado) e quais as dificuldades mais relevantes apontadas (conteúdo das mensagens)? O apelo da possível renda fruto da venda dos materiais é significativo? Descrever.

6 – Consta que a inspiração para o Reciclondomínio foi a constatação de que, internamente, a empresa usava 70kg de papel/dia. Também a recente crise de energia elétrica, afetando mais drasticamente a região Sudeste do país, teve impacto na iniciativa. No início, buscava-se ainda pesquisar o interesse na compra de coletores especiais de lixo e promover encontros de síndicos e palestras. Que fator foi predominante e por quê? Caso positivo, qual foi o impacto da área de formação ou interesse dos dirigentes da empresa na decisão que criou o programa? Como evoluiu a questão da venda de coletores e quem são os parceiros nesse negócio? Houve foco em algum material (reciclável) ou dificuldade em outros (ex: papel/papelão/alumínio x latas/vidros?) Explicitar. Quanto aos encontros de síndicos e palestras, revelaram-se positivos e produtivos? Justificar.

7 – Vocês têm conhecimento de programa semelhante ao Reciclondomínio em outros bairros ou municípios de S.Paulo e, ainda, em Estados brasileiros ou no exterior? Caso positivo, qual o histórico, evolução e dados para contato?

8 – Segundo recente pesquisa, existem 30 mil prédios residenciais em S. Paulo, registrando-se, ultimamente, uma mudança no perfil dos síndicos – 50% mulheres, crescente

profissionalização e mais de 50% satisfeitos com o trabalho. Ainda assim, menos de 4 em cada 10 candidataram-se, na maioria a escolha é feita ao acaso e requer um centro “empurrãozinho”. Como os síndicos têm recebido mais essa incumbência, qual seja atuar como indutores e multiplicadores de ações para adequada seleção do lixo domiciliar, quando já são tantos seus compromissos e responsabilidades?

9 – Qual foi o retorno (em porcentagem) da pesquisa ambiental encartada em 20 mil exemplares do Informativo Matias? As respostas teriam sido impactadas por questões de escolaridade, faixa de renda, idade, etc? Qual a periodicidade, tiragem habitual e linha de abordagem desse Informativo? Há outros canais visando atingir especificamente moradores?

10 – A Matias informa conhecer as peculiaridades e anseios da comunidade do bairro onde está situada. Como são feitas e quais os resultados mais relevantes das pesquisas de satisfação de clientes realizadas pela empresa?

11 – O SECOVI-SP, além de manter o Programa Qualidade Essencial, incentiva a implantação da coleta seletiva em condomínios indicando a empresa Seletiva Coleta de Recicláveis Ltda (www.seletiva.com.br) em seu *site* para síndicos interessados. Que avaliação vocês fazem desse tipo de apoio e parceria?

12 - O Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente, criado em 1999 por servidoras da CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), orienta gratuitamente condomínios, empresas, escolas e associações de bairro na implantação da coleta seletiva. Que outras instituições dessa natureza, habilitadas a trocar experiências e casos de sucesso nesse tipo de iniciativa, vocês citariam?

13 – Como motivar síndicos e cidadãos a mudar seus hábitos, numa realidade de baixa informação, conscientização e educação ambiental? Relatar experiências e ações práticas desencadeadas e resultados.

14 – Quanto à política ambiental, vocês estão comprometidos em “respeitar os requisitos ambientais e legais a que estão submetidos agora e no futuro”. Que requisitos específicos são esses para imobiliárias e que mudanças são aguardadas no cenário futuro?

15 – Vocês têm uma equipe específica para operar o sistema de gestão ambiental? Foi necessária consultoria externa? Que custos médios estão associados a esse processo? Qual o impacto em termos de faturamento mensal ou outro indicador (número de economias administradas). Qual a meta (prazo) para obter a Certificação ISO 14.001 e quais requisitos (condições) estão sendo mais difíceis de atingir? Comentar.

16 – A Lei sobre Crimes Ambientais é abrangente e relativamente antiga. Como é avaliada a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental em S. Paulo, especificamente na área de condomínios? Há casos de multas, com que justificativas? Há repercussão na mídia ou no setor imobiliário?

17 – Em geral, as empresas do ramo de administração de imóveis são vistas como conservadoras e resistentes a mudanças. Elas estão mais apoiadas na tradição e na credibilidade. A Matias Imóveis derruba essa crença, pois atua há mais de 20 anos no mercado imobiliário, parece ter uma administração familiar e, no entanto, pauta sua gestão pela responsabilidade ambiental e social corporativa. Participa do programa “Qualidade

Essencial” do SECOVI-SP e tem certificação internacional como especialista em administração de condomínios. Além dos ganhos internos em termos de processos de trabalho e satisfação pessoal de dirigentes e colaboradores, são mensuráveis as repercussões em termos de ampliação de negócios, na carteira e na fidelização de clientes decorrentes dessa postura? O marketing ambiental funciona nesse mercado? Comentar.

18 – Pode a Matias Imóveis ser considerada uma empresa de grande porte na sua área de atuação? Qual o impacto (percentual) das receitas oriundas da administração condominial no negócio, ponderando as outras atividades de locação e compra/venda de imóveis? O apelo do Reciclondomínio e da responsabilidade ambiental seriam rentáveis sob o ponto de vista econômico-financeiro? Esclarecer. Seria viável para empresas de menor porte atuar nos moldes da Matias? Por quê?

19 – A Matias Imóveis busca, e certamente tem conseguido, se diferenciar perante clientes e concorrentes, criando uma nova mentalidade no mercado. Já é possível perceber um movimento nesse sentido, mesmo considerando as peculiaridades, complexidade e abrangência do mercado paulista?

20 - Quais os desafios no ramo imobiliário de pequeno e médio porte em termos de inovação em serviços? Para uma empresa como a Matias que foi pioneira no uso da internet, utiliza as ferramentas de qualidade total, busca a ISO 14.001 e atua de forma responsável, social e ambientalmente, quais são os próximos passos em termos de estratégia?

21 – Vocês acreditam que a aprovação do projeto de lei relativo à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em trâmite no Congresso Nacional, que obriga municípios com mais de 100 mil habitantes a realizar a coleta seletiva terá repercussão imediata no volume reciclável em São Paulo? Por quê?

22 – Na sua opinião, considerando que “o bolso é a parte mais sensível do corpo humano” teria efeito mais imediato e positivo a taxaçoão do lixo (coleta) por volume descartado no âmbito residencial? E no comercial? Comentar.

ANEXO B

QUESTIONÁRIO–BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO A HUBERT IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO

1 – A Hubert adota o slogan “A única administradora com ISO 9001-2000 e ISO 14.001”. Para quem está familiarizado, ele é sinônimo de qualidade e responsabilidade ambiental. Em geral os condôminos de prédios residenciais sabem valorizar essas conquistas? Elas são recentes? Além da Internet, onde mais o slogan é utilizado (balancetes, documentos/DOCs para pagamento, correspondências, propagandas)? Vocês tinham outro slogan anterior? A empresa adota, simultaneamente, outras chamadas? Comentar.

2 – O que motivou e quando foi lançado o programa Meu Ambiente da Hubert? Ele é dirigido para prédios comerciais e residenciais? Especificamente quanto à coleta seletiva, quais os resultados até o momento em termos de número e tipo de prédios que aderiram? Quais foram as dificuldades enfrentadas, as motivações e soluções específicas registradas? Quais os volumes ou taxa de crescimento na coleta (ou comercialização) de materiais recicláveis que foram registrados após a adesão? Houve foco em algum material ou dificuldade em outros (papel/papelão/alumínio x latas/vidros)? Comentar.

3 – Apesar de haver um endereço no *site* de Cotia/SP, creio que vocês estão situados no bairro paulistano Jardins, considerado de alto padrão aquisitivo. Suponho, ainda, que os cerca de 300 conjuntos residenciais administrados se localizam no bairro ou arredores. Relativamente à adesão ao projeto de coleta seletiva, esse fator – Classe A - teria favorecido (elevado padrão cultural/conscientização) ou prejudicado (baixo apelo da possível renda revertida ao condomínio com a venda dos recicláveis selecionados)? Comentar.

4 – Vocês são claros quanto ao potencial de valorização dos imóveis (condomínios) que praticam a preservação ambiental. Por outro lado, mostram-se cientes de que a conscientização para essa nova realidade ainda é incompleta. Como tem sido recebida e vem evoluindo a proposta para formação de “comissões de condôminos” que viabilizariam a coleta seletiva no dia-a-dia?

5 – A atuação da Hubert é no sentido de assessorar a coleta, porém, aparentemente deixando que as soluções e as receitas da venda sejam administradas pelos moradores. Há quem defenda que, sem uma forte e sistemática sensibilização e apoio direto, pouco acontece. Refiro-me ao programa Reciclondomínio da Matias Imóveis, aí de São Paulo. Vocês conhecem esse trabalho? Como avaliam o posicionamento descrito e o de vocês?

6 – O portal Sindiconet convoca administradoras de condomínios a estimular a coleta seletiva entre seus clientes e oferece dicas e material personalizado. Como vocês avaliam essa iniciativa? Vocês têm conhecimento de programa semelhante ao Meu Ambiente da Hubert ou ao Reciclondomínio da Matias em outros bairros ou municípios de S.Paulo e, ainda, em Estados brasileiros ou no exterior? Caso positivo, qual o histórico, evolução e dados para contato?

7 – Segundo recente pesquisa, existem 30 mil prédios residenciais em São Paulo, registrando-se, ultimamente, uma mudança no perfil dos síndicos – 50% mulheres, crescente

profissionalização e mais de 50% satisfeitos com o trabalho. Ainda assim, menos de 4 em cada 10 candidataram-se, na maioria a escolha é feita ao acaso e requer um centro “empurrãozinho”. Como os síndicos têm recebido mais essa incumbência, qual seja atuar como indutores e multiplicadores de ações para adequada seleção do lixo domiciliar, quando já são tantos seus compromissos e responsabilidades?

8 – Vocês certamente fazem pesquisa de satisfação de clientes. O programa criado seria reflexo de resultados obtidos nesses levantamentos? A formação profissional ou área de interesse dos diretores da empresa teriam impactado a decisão de lançar o programa Meu Ambiente? Comentar.

9 – O SECOVI-SP, além de manter o Programa Qualidade Essencial, incentiva a implantação da coleta seletiva em condomínios indicando a empresa Seletiva Coleta de Recicláveis Ltda (www.seletiva.com.br) em seu *site* para síndicos interessados. Que avaliação vocês fazem desse tipo de apoio e parceria? Vocês participam (ram) do referido programa, por quê? Qual a experiência de vocês com venda de equipamentos que facilitem a coleta?

10 - O Instituto GEA – Ética e Meio Ambiente, criado em 1999 por servidoras da CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), orienta gratuitamente condomínios, empresas, escolas e associações de bairro na implantação da coleta seletiva. Que outras instituições dessa natureza, habilitadas a trocar experiências e casos de sucesso nesse tipo de iniciativa, vocês citariam? Quais os reflexos percebidos desse trabalho na adesão à coleta por condomínios no mercado de São Paulo? Haveria um dado de pesquisa sobre adesão percentual geral?

11 – Como motivar síndicos e cidadãos a mudar seus hábitos, numa realidade de baixa informação, conscientização e educação ambiental? Relatar experiências e ações práticas desencadeadas e resultados.

12 – Quanto à ISO 14001, quais são os requisitos específicos para empresas imobiliárias e quais foram os mais difíceis de atender? Comentar.

13 – Vocês têm uma equipe específica para operar o sistema de gestão ambiental? Foi necessária consultoria externa? Que custos médios estão associados a esse processo? Qual o impacto em termos de faturamento mensal ou outro indicador (número de economias administradas)? Seria viável para pequenas e médias administradoras?

14 – A Lei sobre Crimes Ambientais é abrangente e relativamente antiga. Como é avaliada a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental em S. Paulo, especificamente na área de condomínios? Há casos de multas, com que justificativas? Há repercussão na mídia ou no setor imobiliário?

15 – Em geral, as empresas do ramo de administração de imóveis são vistas como conservadoras e resistentes a mudanças. Elas estão mais apoiadas na tradição e na credibilidade. A Hubert derruba essa crença, pois atua há mais de 30 anos no mercado imobiliário, parece ter uma administração familiar e, no entanto, pauta sua gestão pela busca da excelência e responsabilidade ambiental. Além dos ganhos internos em termos de processos de trabalho e satisfação pessoal de dirigentes e colaboradores, são mensuráveis as repercussões em termos de ampliação de negócios, na carteira e na fidelização de clientes decorrentes dessa postura? O marketing ambiental funciona nesse mercado? Comentar.

16 – Como convencer inúmeras e pequenas imobiliárias – ou mesmo grandes – de que investir em responsabilidade social e ambiental corporativa é um bom negócio, quando muitas nem missão ou site na internet possuem? Não seria muito idealismo?

17 – A Hubert busca, e certamente tem conseguido, se diferenciar perante clientes e concorrentes, criando uma nova mentalidade no mercado. Já é possível perceber um movimento nesse sentido, mesmo considerando as peculiaridades, complexidades e abrangência do mercado imobiliário paulista?

18 - Quais os desafios no ramo imobiliário de pequeno e médio porte em termos de inovação em serviços? Para uma empresa como a Hubert – pioneira e inovadora, quais são os próximos passos em termos de estratégia?

19 – Vocês acreditam que a aprovação do projeto de lei relativo à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em trâmite no Congresso Nacional, que obriga municípios com mais de 100 mil habitantes a realizar a coleta seletiva terá repercussão imediata no volume reciclável em São Paulo? Por quê?

20 – Na sua opinião, considerando que “o bolso é a parte mais sensível do corpo humano” teria efeito mais imediato e positivo uma maior taxaçoão do lixo (coleta) por volume descartado no âmbito residencial? E no comercial? Comentar.

ANEXO C

QUESTIONÁRIO-BASE PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E ENTREVISTAS JUNTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU)

- 1 – Quais são a missão, os valores e princípios e a visão de futuro do DMLU?
- 2 – Como parte das principais reivindicações da Confema 2002 (Conferência Estadual do Meio Ambiente) constam destinação adequada dos resíduos sólidos e educação ambiental. Na sua área de atuação, quais são os desafios e metas do DMLU nesse sentido?
- 3 – Quais são, com que objetivos são feitas e quais os resultados alcançados pelas eventuais parcerias firmadas entre o DMLU e órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), centros de pesquisa, universidades e segmentos da sociedade civil (empresas, associações e entidades sem fins lucrativos), para fins de apoio ao trabalho de gestão dos resíduos sólidos em Porto Alegre?
- 4 – Segundo o relatório “Prestação de Contas 2002 do Orçamento Participativo e das realizações da Prefeitura de Porto Alegre”, foram criados mais de 80 postos de trabalho na Usina de Triagem Lomba do Pinheiro, totalizando agora 180. Consta, ainda, que o Fórum Municipal Lixo e Cidadania tem buscado soluções para a questão dos resíduos sólidos. O que determinou a abertura dos novos postos e quais as ações concretas e os investimentos envolvidos nessas realizações?
- 5 – Conforme dados obtidos, em janeiro último no *site* do DMLU na internet, provavelmente defasados pois registram meta para o ano 2000, a Coleta Seletiva conta com 100 funcionários, 24 caminhões e recolhe 60 toneladas/dia de recicláveis, que são triadas em 8 unidades (usinas) por 450 pessoas. Quais os números atuais e qual foi a evolução do programa nos últimos cinco anos?
- 6 – Qual é a avaliação do Departamento sobre a adesão dos cidadãos à Coleta Seletiva, reconhecida por especialistas como fundamental para o processo de reciclagem, a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades? Considerar a população do município e parâmetros comparativos.
- 7 - O DMLU atende 100% dos bairros da cidade. Há registros ou estudos indicando percentuais diferenciados de adesão por bairro? O que eles indicam e que fatores de influência estariam impactando os resultados (número ou concentração de habitantes, padrão de renda, escolaridade, nível cultural, ações educativas paralelas, entre outros)?
- 8 – O DMLU dispõe de parâmetros comparativos relativamente à coleta seletiva adotada em outros municípios brasileiros e no exterior. Qual a posição de Porto Alegre, inclusive em relação às cidades de igual porte? A título de referência, Jundiaí/SP possui coleta seletiva há quatro anos e estaria recolhendo 300 toneladas/dia para uma população de cerca de 330 mil habitantes, embora com atividade industrial talvez mais dinâmica ou participativa.
- 9 – É correto afirmar que o potencial de lixo domiciliar reciclável em Porto Alegre seria da ordem de 520 toneladas diárias, considerando que são cerca de 1,3 milhão de habitantes

gerando em média 1 kg/dia de resíduos, dos quais 40% recicláveis? Com base em quais valores o DMLU realiza suas projeções e estabelece suas metas? Quais são elas em relação ao programa da coleta seletiva domiciliar?

10 – Consta do *site* que o DMLU estaria estendendo o sistema a núcleos de grande produção de material reindustrializável, como empresas, condomínios, órgãos públicos e universidades. Qual é a situação atual dessas ações e seus resultados? Há equipes de trabalho e metas específicas para o segmento comercial, escolar ou público (empresas, *shoppings*, escolas/universidades, órgãos públicos)? Comentar, informando os números relativos à geração total e coleta seletiva total de resíduos sólidos do município, ou seja, incluindo indústrias, empresas, comércio, instituições públicas e privadas. Quais são os parâmetros utilizados para as projeções, que se supõe sejam de mais difícil estimativa quando computadas as atividades não domésticas?

11 – Consta do referido *site* que estaria em obras uma usina de beneficiamento de plástico aprovada pelo Orçamento Participativo. Como evoluiu essa obra e quais os resultados alcançados até o momento?

12 – O Departamento dispõe de estatísticas acerca do volume de lixo reciclável recolhido por catadores de rua na cidade e em especial na região central? O que elas indicam? Como operam os veículos diferenciados que servem às ruas centrais, o trabalho é diário nesse caso? Há cumprimento de um horário específico? Detalhar os projetos para o centro da cidade a cargo do DMLU.

13 – Em relação aos catadores de rua, quais são os desafios uma vez que as condições de trabalho são perigosas e por vezes mal compreendidas e questionadas pelos cidadãos? São desenvolvidas ações para sua integração ao sistema de coleta seletiva oficial? Estudam-se mecanismos para evitar o lucro fique com intermediários? Comentar.

14 – Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos recicladores na negociação dos materiais junto às indústrias? Que outros problemas e demandas existem no âmbito das usinas e de que forma o DMLU se articula para atender as que julga adequadas? Considerar aspectos operacionais, de segurança e infra-estrutura. Há registro de recente desabamento parcial de galpão da Vila Dique.

15 – Consta que o DMLU acompanha o trabalho das usinas de triagem para torná-lo mais organizado e qualificado. Qual a situação atual e as perspectivas, supondo-se o desejável crescimento dos volumes selecionados? Há novos locais prospectados ou possibilidade de aumento de capacidade de recepção? Quais são as diretrizes nesse sentido?

16 – Consta que parte dos materiais submetidos à triagem é descartada por contaminação irremediável. Há controle desses volumes e registros de queda ou elevação dos números? Quais são eles? A realidade é a mesma em todas as usinas? Qual o destino e os custos envolvidos para o descarte final desses materiais?

17 – Em recente seminário, afirmou-se que o índice de aproveitamento da coleta seletiva em Porto Alegre é tão baixo que ela estaria provocando ônus aos cofres públicos e danos ao meio ambiente maiores que os benefícios (combustível e emissões atmosféricas). Qual é a avaliação do DMLU nesse sentido, considerando que o programa existe há mais de 10 anos e já teria sido premiado por organismos internacionais?

18 – Quais são os critérios adotados para a definição da escala (dias para o recolhimento semanal) da Coleta Seletiva? Observa-se que bairros geograficamente próximos são atendidos em dias distintos. Assim, qual é a capacidade máxima por veículo? Há aproveitamento médio constante (regularidade), ou os volumes são incertos e geram problemas de desperdício, ociosidade ou sobrecarga a ser regularizados? Comentar questões e eventuais problemas de logística devido à localização das usinas e número limitado de caminhões.

19 - Recentemente foi divulgado pelo DMLU que as embalagens longa vida (Tetra Pak), após triadas, são enviadas a São Paulo para fins de reciclagem. Existem dados sobre a coleta e reaproveitamento desse material? Qual o volume enviado e com que periodicidade? Tendo em vista os custos envolvidos na remessa, não seria viável e oportuno incentivar a instalação de uma indústria recicladora local? Considerar o perfil socioeconômico e hábitos do morador médio de Porto Alegre e a história de 11 anos do programa Coleta Seletiva.

20 – Quais são as mais importantes indústrias recicladoras da grande Porto Alegre e suas perspectivas para os próximos anos, em função dos recentes incentivos fiscais conquistados? O DMLU conhece quais são os valores médios negociados em reais e os volumes por tipo de material?

21 – O DMLU dispõe de dados sobre o ranking da reciclagem no Brasil por Estado e por tipo de materiais? Qual é a situação do RS?

22 – Quais os custos médios por tonelada recolhida na coleta regular e na seletiva? As receitas cobrem as despesas nesse segmento? De que forma a ampliação do volume reciclável recolhido – que a princípio implicaria maior gasto – poderá reverter esse cálculo? Uma dinamização do mercado (cadeia) da reciclagem seria oportuna e traria ganhos de escala? Quais as expectativas do DMLU nessa área, considerando os benefícios sociais e ambientais paralelos gerados pela coleta seletiva e reciclagem?

23 – O DMLU conduz estudos comparativos de custos entre investimentos para ampliar a adesão à coleta seletiva e dinamizar o mercado local da reciclagem comparativamente àqueles necessários em termos de espaços e operação de aterros sanitários, supostamente maiores na medida em que se esgotam as disponibilidades dentro do município? Avaliar ambas alternativas em termos de efeito multiplicador e resultados econômico-financeiros.

24 – A preocupação do DMLU com a gestão dos resíduos sólidos pode ser evidenciada pelos convênios intermunicipais para disposição integrada e pelos programas e usinas de compostagem. Qual a situação atual e o cenário futuro em termos de aterros sanitários e vida útil projetadas para Porto Alegre e região metropolitana? Quais os custos médios envolvidos? Há divulgação para a sociedade dessa problemática, de que forma?

25 – Dados colhidos na internet apontam Porto Alegre como modelo na gestão do lixo por contar, além da coleta seletiva, com aterros para materiais inertes, central de podas com compostagem verde, projeto de suinocultura a partir de resíduos orgânicos e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Consta, ainda, que R\$ 60 milhões/ano são administrados, correspondendo a 9,5% do orçamento municipal e que o custo da coleta é um dos mais baixos do país estimado em US\$ 90 por tonelada. Detalhar os projetos e comentar os números mencionados.

26 – Porto Alegre sediou em 2002 o terceiro RecycleShow. De que forma o evento contribuiu para o trabalho do DMLU?

27 – O DMLU estuda alguma ação – ou mantém parceria – no sentido de dar destino adequado aos resíduos tóxicos domésticos (pilhas/baterias, tintas/solventes, embalagens de inseticidas, lâmpadas fluorescentes e medicamentos vencidos) e aos óleos e gorduras descartados por bares, lanchonetes e restaurantes? O Departamento conhece programas locais ou estaduais nesse sentido?

28 – Alguns PEV – Postos de Entrega Voluntária (e equipamentos em praças) foram desativados. Qual a situação atual, os principais resultados e problemas relativos a essa sistemática de coleta de recicláveis?

29 – Porto Alegre é um dos poucos municípios brasileiros que implantaram a coleta seletiva, “um produto” de primeira qualidade com alto potencial de benefício para o meio ambiente e gerador de postos de trabalho de baixa especialização (desejáveis e necessários devido à conjuntura econômica atual). No entanto, muitos cidadãos ainda desconhecem seu funcionamento e não participam. Quais as ações específicas do DMLU para divulgar a coleta seletiva e elevar a conscientização e educação ambiental da sociedade local?

30 – A mídia frequentemente dá espaço jornalístico para os chamados mutirões de limpeza e educação ambiental, que envolvem exposições de materiais recolhidos e a participação de jovens no processo, algumas vezes em parceria com o DEP (Departamento de Esgotos Pluviais). Como o DMLU analisa esse trabalho e seus resultados efetivos? Eles seriam geradores de ações de multiplicação? Relatar experiências.

31 – O DMLU estuda alguma campanha ou ação que inclua incentivo financeiro aos cidadãos para estimular a separação do lixo reciclável doméstico? Comentar.

32 – Em dezembro/2002, foi lançado o programa Compostagem Caseira do DMLU, que estima serem potencialmente compostáveis 43% dos resíduos domiciliares do município. Que ações e investimentos estão dando suporte ao programa e quais são as metas e desafios, considerando o elevado e crescente número de moradores em edifícios?

33 – Quando foi criada e de que forma a personagem Recicleide contribui para o processo de educação ambiental desenvolvido pelo DMLU?

34 – Qual a posição do DMLU quanto ao artigo do Código Municipal de Limpeza Urbana que diz respeito à colocação de suportes no passeio público para a apresentação de resíduos sólidos à coleta? Considerando a tendência crescente no número de edifícios e no volume de resíduos, o que seria desejável em termos de legislação frente à realidade porto-alegrense da Coleta Seletiva?

35 – Considerando dados do *site*, quais os desdobramentos da nova metodologia gerencial adotada a partir de 1999 que objetivou aperfeiçoar o modelo de gestão em vigor naquela oportunidade (planejamento integrado à gestão)? Qual a idade média e tempo de serviço dos colaboradores do Departamento? Como são avaliados o processo de gestão de pessoas e a comunicação entre os diversos níveis da autarquia?

36 – Parte dos serviços de limpeza urbana e manutenção de aterros sanitários da capital são, provavelmente, terceirizados e remunerados por tonelagem, com base em planilhas de custos. De que forma o Departamento procura conciliar interesses coletivos da sociedade com propostas comerciais, naturalmente que motivadas pelo lucro, por parte das empresas com as quais se relaciona?

ANEXO D

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA APLICADA AOS MORADORES DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS EM PORTO ALEGRE - RS

Nome: _____ Telefone: _____
(preenchimento opcional) (preenchimento opcional)

Idade: _____ Sexo: Masculino Feminino

Escolaridade: 1º Grau 2º Grau Superior Incompleto Superior Completo Pós-graduação

Renda Familiar: Até R\$ 1.500 de R\$ 1.501 a 3.000 Acima de R\$ 3.000

Endereço: _____ Bairro: _____

Nº pessoas que residem com você: ____ Nº de aptos.do prédio/condomínio: _____

1) Você participa do Programa de Coleta Seletiva (separação do lixo reciclável) da Prefeitura de Porto Alegre?

Sim Não (**Passa para a pergunta 9**)

2) Caso positivo, há quanto tempo? 6 meses 1 ano 2 anos 5 anos mais de 5 anos mais de 10 anos

3) De que forma você conheceu o programa e começou a participar?

4) Indique os itens recicláveis que você separa do lixo orgânico (ou comum):

Papel/Papelão Plásticos Embalagens (tipo longa vida/cx.leite) Latas Vidros
 Outro. Qual? _____

5) Que critério(s) você adota na separação? Separa e junta para a coleta Desmonta e dobra caixas Enxágua ou lava as embalagens Corta e procura reduzir o volume Retira rótulos de garrafas de refrigerante

6) Quem fica responsável pela separação do lixo na sua residência? Mãe/Esposa ou Namorada Eu mesmo(a) Faxineira/Empregada Apenas os adultos Toda a Família A Família e os Empregados

7) Qual(is) o(s) principal (is) motivo(s) da sua participação na coleta seletiva?

8) Você enfrenta alguma dificuldade em casa ou no seu prédio para separar o lixo limpo?

Não Sim Qual? _____

9) Entre as justificativas abaixo, qual(is) melhor explicaria(m) a sua não-participação na Coleta Seletiva do DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana? (**Só responda se você não separa**)

Já pago impostos. É obrigação do governo tratar do lixo.

Considero que não vale a pena. A economia é insignificante.

É difícil mudar os hábitos familiares.

Não tenho tempo. Há coisas mais importantes com que me preocupar.

Falta espaço no meu apartamento.

Faltam divulgação e apoio dos moradores e síndico do meu prédio.

O brasileiro não gosta de regras e de disciplina.

Outro motivo.

Qual? _____

10) Azeite e gordura usados, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, tintas e solventes, embalagens de inseticidas e medicamentos vencidos são produtos tóxicos. Qual (is) você descarta todos os meses? _____

- 11) Qual o destino da maioria deles? Pia/Caixa de Gordura Lixo Comum Lixo Separado Fica a cargo do condomínio/zelador Outro. Qual? _____
- 12) Como é o relacionamento entre os moradores de seu prédio ou condomínio?
 Normal Muito Bom Fraco ou Impessoal Ruim Não sei
- 13) Com que frequência há reuniões de condomínio? Raramente (eleição do síndico) Só para aprovar despesas extras Menos de 4 vezes por ano Mais de 4 vezes por ano
- 14) Você costuma estar presente nas reuniões convocadas?
 Sim Por quê? _____
 Não Por quê? _____
- 15) Há mais proprietários ou inquilinos no seu condomínio?
 Não sei Mais inquilinos Mais proprietários
- 16) Qual é a imobiliária que administra seu condomínio? _____
 Não sei Não temos imobiliária Realizamos a auto-gestão
- 17) Qual sua opinião sobre os serviços prestados pela imobiliária ou administradora?
 Muito Bom Bom Regular Péssimo
- 18) Na sua opinião, a Imobiliária poderia auxiliar na coleta seletiva e educação ambiental dos moradores?
 Não Por quê? _____
 Sim De que forma? _____
- 19) Como é a adesão de seus vizinhos à coleta seletiva?
 Considero muito baixa Considero baixa Considero boa A maioria dos moradores participam Não sei
- 20) Caso muito baixa ou baixa, o que poderia ser feito para aumentar a participação das pessoas? _____
- 21) Qual a sua profissão? _____ Não exerço atividade remunerada
(Passe para pergunta 24)
- 22) Em que tipo de atividade você trabalha? _____
- 23) Profissionalmente, você é: Prof. Liberal/Autônomo Empresário(a)/Empregador(a)
 Empregado(a) Func.Público
- 24) Na leitura de jornais e revistas ou em programas de televisão, qual(is) dos seguintes assuntos lhe interessam mais?
 Segurança/Violência/Criminalidade Pobreza/Desemprego/Exclusão Social
 Saúde/Qualidade de Vida/Meio Ambiente Política/Ações do Governo
 Educação e Literatura Economia/Finanças/Investimentos
 Notícias do Meio Artístico/Novelas Informática
 Lazer/Cinema/Shows Futebol/Esportes
 Outro. Qual? _____
- 25) Você costuma participar de ações de solidariedade em favor de causas sociais, tipo Criança-Esperança, Natal Sem Fome, Auxílio a Desabrigados, “Dia do Kilo”, doações a entidades assistenciais?
 Sim Por quê? _____
 Não Por quê? _____
- 26) É comum a distribuição de folhetos e cartilhas sobre educação no trânsito, respeito ao meio ambiente, dicas de saúde, qualidade de vida, etc. Que atitude você adota ao receber esses materiais e o que pensa sobre essas campanhas? _____
- 27) O que você pensa sobre o trabalho voluntário (sem remuneração em favor de causas coletivas ou sociais)? _____
- 28) Em que área você contribuiria se optasse por ser voluntário?
 Não optaria Prefiro fazer doações a entidades ou organizações não-governamentais
 Educação Área da Saúde

- Auxílio a jovens e adolescentes carentes Área Prisional (junto a presídios)
- Assistência social a idosos ou deficientes Causas Ambientais- Preservação da Natureza
- Área técnica (administrativa, médica, jurídica, informática) compatível com meus conhecimentos
- Outra Qual? _____
- 29) Você é uma pessoa que se preocupa com a preservação do meio ambiente?
- Sim Por quê? _____
- Não Por quê? _____
- 30) Na sua opinião, qual(is) é (são) os principais problemas ambientais de nossa cidade ou Estado? _____
- 31) E quanto à conscientização e educação ambiental do cidadão brasileiro, o que você pensa?
- É muito baixa É baixa É boa Está crescendo É muito boa
- 32) Se for baixa ou muito baixa, no seu ponto de vista por que isso acontece? _____
- 33) Na sua opinião, qual(is) das seguintes ações pode(m) aumentar a adesão à coleta seletiva na cidade?
- Buscar o apoio de imobiliárias, zeladores, síndicos e moradores jovens ou aposentados para ações informativas e de conscientização.
- Mobilizar as pessoas já participantes e motivadas para um trabalho de multiplicação, destacando as vantagens econômicas, sociais e ambientais.
- Criar leis mais rigorosas, com multas para prédios que não tratam seu lixo de forma adequada.
- Cobrar taxas maiores para o lixo comum descartado (não selecionado).
- Aumentar a propaganda da coleta seletiva e a divulgação de informações técnicas.
- Incentivar com desconto no IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) prédios que adotam a coleta.
- Outra(s). Qual (is)? _____
- 34) No local onde você trabalha ou estuda existe programa de separação de resíduos recicláveis?
- Sim Como funciona? _____
- Não
- 35) Você participa do programa e cobra a adesão de seus colegas?
- Sim Por quê? _____
- Não Por quê? _____
- 36) Você apoiaria obras ou compras que facilitassem a coleta seletiva em seu prédio, se necessárias?
- Sim Por quê? _____
- Não Por quê? _____
- 37) Você sabe indicar uma empresa ou produto que, no processo de fabricação, respeita o meio ambiente?
- Não sei Sim Qual? _____
- 38) No seu condomínio, você apoiaria a troca de imobiliária por outra que - com os mesmos custos e padrão de serviços – oferecesse apoio para melhorar a coleta seletiva e o controle do desperdício de água, energia, etc?
- Sim Por quê? _____
- Não Por quê? _____
- 39) Que sentimento(s) você associa à atividade de separar o lixo doméstico?
- Solidariedade Cidadania Deveria ser obrigatório Responsabilidade
- Modernidade Orgulho Vergonha Perda de tempo Humilhação
- É coisa de país subdesenvolvido Outro Qual? _____

40) Qual é a sua opinião sobre os catadores de lixo que circulam pela cidade?

41) No seu ponto de vista, como as autoridades deveriam agir em relação aos catadores?

42) Caso você **não** participe da coleta seletiva, o que o faria mudar de idéia ou atitude?

Espaço para comentários sobre a pesquisa.

Muito obrigado!

Parabéns por ter participado de um projeto que visa melhorar a qualidade de vida em nossa cidade!

ANEXO E

QUADRO-RESUMO DA PESQUISA COM MORADORES

<p>1. Características da amostra</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ nº participantes: 157 ▪ bairros atingidos: 40 ▪ homens: 41% mulheres: 55% ▪ 58% têm entre 31 e 50 anos de idade ▪ 55% possuem curso superior completo ou pós - graduação ▪ 42% têm renda superior a R\$ 3 mil ▪ 32% são funcionários públicos e 29% empregados ▪ 64% são famílias com até 3 membros 	<p>2. Situação e relacionamento condominial</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ mais de 50% são prédios com até 30 aptos. ▪ 22% de prédios têm entre 61 e 200 apartamentos ▪ relacionamento entre condôminos é normal para 61% e muito bom para 13% dos pesquisados ▪ 63% dos condôminos são proprietários ▪ 60% sabem indicar a imobiliária que realiza a administração do condomínio ▪ avaliação dos serviços prestados: bom para 43% e regular ou péssimo para 32%
<p>3. Níveis de adesão ao programa de coleta seletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Simplex</u>: a) separa os materiais 72%; e b) limpa as embalagens 46% ▪ <u>Qualificada</u>: a) limpa e compacta 34%; e b) limpa, compacta e sabe avaliar adesão de vizinhos 24% 	
<p>4. Outros resultados sobre o programa e prática da coleta seletiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 65% das adesões se devem à divulgação nos meios de comunicação ou à decisão condominial ▪ os adeptos têm consciência de que contribuem para a preservação do meio ambiente, a reciclagem e a geração de renda ▪ em 65% dos casos a adesão é individual e dependente do grau de consciência do morador ▪ não é realizada de forma harmônica na maioria dos edifícios, tampouco tem procedimentos padrões ▪ 28% enfrentam dificuldades no processo de seleção na família ou no prédio ▪ não é postura familiar consolidada ▪ há desconhecimento ou dúvidas sobre o conceito e descarte de produtos tóxicos ou poluentes ▪ 12% dos adeptos não separam embalagens laminadas (longa vida) ▪ 36% não sabem informar sobre a adesão de vizinhos e 25% a consideram baixa ou muito baixa ▪ não há associação direta entre a adesão e o porte do edifício ou condomínio ▪ a não adesão independe do fator sociocultural e demográfico ▪ 40% de não adeptos alegam faltar divulgação e apoio nos condomínios ▪ há menções para falta de infra-estrutura e integração nos edifícios e de espaço nos apartamentos ▪ 30% não informaram os fatores que os levariam a mudar de idéia ou comportamento (não-adeptos) ▪ 80% associam os sentimentos de responsabilidade e cidadania à prática da coleta seletiva 	
<p>5. Ações sugeridas para aumentar e qualificar a adesão</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 73% defendem ênfase na divulgação do programa e de informações técnicas e benefícios ▪ 63% apóiam incentivos fiscais (desconto no IPTU) para prédios participantes ▪ 50% acreditam que parte da solução está ao alcance dos condôminos e administradoras 	
<p>6. Resultados quanto à possível atuação das imobiliárias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 57% são favoráveis à participação nos processos da coleta seletiva e educação ambiental de moradores ▪ 23% entendem que elas se limitam à administração financeira, preocupando-se em cobrar e aplicar multas e não se interessam pelo tema ▪ 87% apoiariam obras ou compras necessárias à coleta seletiva nos seus edifícios ▪ 66% apoiariam a troca de imobiliária por outra ambientalmente responsável ▪ 38% justificam a troca pelos benefícios econômicos e ambientais resultantes ▪ 12% associam a preocupação ambiental e as ações afins à competência, qualidade e até mesmo dever ou papel da administradora do condomínio 	

Continua

QUADRO-RESUMO DA PESQUISA COM MORADORES

Conclusão

7. Resultados quanto à responsabilidade social e ambiental dos pesquisados e avaliações afins

- 71% estão interessados nas questões que envolvem saúde/qualidade de vida/meio ambiente
- 57% acompanham com interesse a política e as ações do governo
- 45% são sensíveis à problemática da pobreza, desemprego e exclusão social
- 68% costumam participar de campanhas de solidariedade (eventuais)
- 70% avaliam positivamente o trabalho voluntário
- 98% se dizem preocupados com preservação ambiental, embora 28% não pratiquem a coleta seletiva
- apenas 20% associam a preservação ambiental à qualidade de vida
- na prática, a problemática ambiental não está suficientemente clara ou ligada ao cotidiano das pessoas
- não ficou claro se as pessoas percebem que suas ações individuais contribuem para o agravamento dos problemas ambientais ou podem amenizá-los
- 73% avaliam como baixa ou muito baixa a consciência e educação ambiental do brasileiro
- 23% entendem que cresce a consciência ecológica do cidadão brasileiro
- questão cultural, ausência de comprometimento e de noção das conseqüências da degradação, nos contextos público e privado, responderiam pelo baixo nível de consciência ambiental
- 74% não sabem indicar empresa ou produto que respeite a natureza, havendo espaço para melhor divulgação da responsabilidade social corporativa
- programas de seleção de recicláveis nos ambientes de trabalho são restritos e precários
- a maioria considera válidas a distribuição de cartilhas e as campanhas educativas, embora haja ressalvas quanto à frequência, direcionamento e falta de ações práticas acompanhando tais iniciativas
- com relação à atividade dos catadores de lixo, as opiniões estão divididas
- 70% são favoráveis à organização do trabalho em cooperativas e associações, dotadas de adequado suporte (capacitação e equipamentos)
- os impactos socioambientais e econômicos da atividade informal são praticamente desconhecidos em especial nas finanças públicas

Fonte: Questionários da pesquisa aplicada – Valores percentuais foram arredondados

ANEXO F

QUESTIONÁRIO DA CONSULTA APLICADA ÀS ADMINISTRADORAS DE IMÓVEIS DE PORTO ALEGRE - RS

Tema - COLETA SELETIVA EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

Nome da empresa: _____ Telefone: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

1) Vocês oferecem serviços pela Internet aos condôminos?

Não temos página na Internet Não, mas estão nos nossos planos

Sim Qual (is) as vantagens para a empresa? _____

2) Vocês fazem periodicamente pesquisas de satisfação de clientes?

Não

Sim Com que frequência e o que elas apontam? _____

3) Sua empresa oferece serviços – que considera diferenciados – na área de administração condominial?

Não Sim Qual (is)? _____

4) A empresa usa algum slogan ou chamada (frase resumida sobre posicionamento da empresa no mercado)?

Sim Qual e por quê? _____

Não

5) Com relação à carteira de condomínios administrados, em que faixa a empresa se enquadra?

Menos de 50 Entre 50 e 300 Entre 301 e 1000 Mais de 1000

6) A empresa mantém Programa de Qualidade e pretende buscar a Certificação ISO 9000 (gestão da qualidade)?

Sim Quando e o que está impedindo o alcance desta meta? _____

Não Por quê? _____

7) A empresa é associada ao SECOVI ou AGADEMI?

Sim Não Por quê? _____

8) Vocês publicam algum boletim, informativo ou revista direcionado aos síndicos ou condôminos de edifícios residenciais?

Não Por quê? _____

Sim Qual sua avaliação sobre os resultados dessa ação? _____

9) A empresa oferece algum curso ou palestra específicos para síndicos ou zeladores?

Não Por quê? _____

Sim Com que frequência e finalidade? _____

10) No(s) escritório (s) da empresa existe Programa de Separação de Resíduos Recicláveis?

Não Por quê? _____
 Sim Como funciona? _____

11) Qual o principal problema de gestão enfrentado na administração de condomínios? _____

12) Entre os condomínios administrados pela empresa, há casos de prédios que foram notificados ou multados pelo DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana) devido à disposição incorreta do lixo domiciliar?

Não Sim Quantos no último ano? _____

13) Entre os condomínios administrados, há relato de dificuldades para a gestão do lixo ou para a prática da Coleta Seletiva (separação dos resíduos recicláveis)?

Não sabemos Não nos envolvemos neste assunto

Sim Qual (is)? _____

14) A empresa promove alguma ação específica relativa ao gerenciamento do lixo domiciliar e à coleta seletiva nos condomínios administrados?

Sim. Qual? _____

Não Por quê? _____

15) Há na empresa condomínios cujo síndico já participou do curso “Os Caminhos do Lixo – A Cidade e Seus Resíduos”, promovido pelo DMLU em parceria com o SECOVI-AGADEMI?

Não Não sabemos Sim Quantos? _____

16) Vocês têm registro de algum condomínio residencial que obtém receita com a venda de resíduos recicláveis gerados no prédio?

Sim Quantos prédios e como funciona? _____

Não

17) Existem no mercado imobiliário algumas empresas preocupadas com responsabilidade social corporativa (compromisso com a comunidade onde atuam). Qual é a posição da empresa a esse respeito? _____

Espaço para comentários sobre a pesquisa.

Muito obrigado!

Parabéns por ter participado de um projeto que visa melhorar a qualidade de vida em nossa cidade!